



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 33

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça (substituído durante a sessão pela Deputada Isabel Teixeira).*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 11 horas e 19 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se a sessão com o ponto prévio da agenda, no qual foi votado o **Relatório sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados os seguintes votos:

- Voto de congratulação pelo 50.º Aniversário do Futebol Clube dos Flamengos. Feita a apresentação do voto pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*) e José Sousa (*CH*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;
- Voto de congratulação pelos 50 anos do Futebol Clube dos Flamengos. Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Sousa (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;
- Voto de congratulação ao Clube União Desportiva do Nordeste pelo seu quinquagésimo aniversário. Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Gualberto Rita (*PS*) e de o Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*) ter usado da palavra, o referido voto foi aprovado por unanimidade;
- Voto de congratulação à União de Cooperativas e Lacticínios de São Jorge, UCRL, pela distinção com o Estatuto PME Excelência 2023. Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*) e o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), o mesmo foi aprovado por maioria;
- Voto de congratulação Queijo de São Jorge D.O.P. 7 meses conquista medalha de Bronze. Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*) e depois de ter usado da palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*), o referido voto foi aprovado por maioria;
- Voto de congratulação Queijos da Graciosa em destaque. Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por maioria;
- Voto de congratulação pelo Reconhecimento do Queijo Milhafre da Graciosa. O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos (*PSD*);

- **Voto de congratulação pelo Reconhecimento a Santa Cruz da Graciosa.**

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de congratulação pelos 25 anos do Clube Naval da Povoação.**

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de congratulação pelos 20 anos do Festival dos Moinhos da ilha do**

Corvo. Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Paulo Margato (*PPM*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça (*PS*) e a Sra. Deputada Cecília Estácio (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de congratulação ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo pelas conquistas no 35.º aniversário do Judo Clube Pragal/Almada.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados José Toste (*PS*) e Paulo Gomes (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de congratulação a Augusto Fraga pelo Globo de Ouro de Melhor Projeto de Ficção na XVIII Gala dos Globos de Ouro.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Flávio Pacheco (*PS*) e depois de ter usado da palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de congratulação aos vitivinicultores da ilha do Pico.**

Feita a apresentação do voto pela Sra. Deputada Ana Jorge (*PSD*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Marta Matos (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico foi a Vencedora da Final Nacional da 10.ª Edição do Apps for Good. Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de protesto contra a exclusão dos imigrantes residentes nos Açores do acesso ao subsídio social de mobilidade. Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Luís Leal (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Margato (*PPM*), o mesmo foi aprovado por maioria. No final, o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) proferiu uma declaração de voto.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação e discussão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII – “Programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores” da iniciativa do Bloco de Esquerda.

Esta proposta foi apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*). No decorrer do debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Hélia Cardoso (*CH*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Luís Raposo (*PSD*), Paulo Margato (*PPM*), Russell Sousa (*PS*), Paulo Chaves (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*). Em votação final global, o diploma foi rejeitado por maioria. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Luís Raposo (*PSD*) e Russel Sousa (*PS*).

Seguiu-se a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores” apresentado pelo PAN. A intervenção inicial coube ao

Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), tendo o debate prosseguido com as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Olivéria Santos (*CH*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), José Eduardo (*PS*), Paulo Margato (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Luís Soares (*PSD*) e Flávio Soares (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*). Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por unanimidade, tendo sido proferidas declarações de voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e pela Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*).

Por fim, deu-se início ao debate sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”](#), apresentado pelo CHEGA. Após a apresentação do projeto pelo Sr. Deputado José Sousa (*CH*), intervieram no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Luís Soares (*PSD*) e Pedro Neves (*PAN*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Srs. Secretários Regionais.

Eram 11 horas e 19 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Cabral

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas Toste

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Mário José Dinis Tomé

Edite Souto de Freitas Preto

Marta Ávila de Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas e desejar bom trabalho a duas caras já conhecidas do nosso Parlamento, o Sr. Deputado Jorge Paiva e a Sra. Deputada Edite Preto, sejam bem-vindos, bom trabalho.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos proceder ao ponto prévio da nossa agenda, que tem que ver com o relatório sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Sr. Deputado Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato.

O relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e foi distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados e pergunto se há inscrições sobre esta matéria?

(Pausa)

Não havendo, vamos pôr o relatório da Comissão à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor se sentar.

Secretária: O relatório da Comissão dos Assuntos Parlamentares foi aprovado com 23 votos do PSD, 22 votos do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP... Não, desculpe.

Presidente: Pretendem que se repita a votação, é isso?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório da Comissão dos Assuntos Parlamentares foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, tendo sido aprovado o relatório, peço ao Sr. Deputado Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato, que ocupe o seu lugar.

(Neste momento, o Deputado ocupa o seu lugar na sala)

Seja bem-vindo, Sr. Deputado, desejo-lhe bom trabalho.

Vamos continuar os nossos trabalhos com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos (PTAP). Iniciamos com os votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto é pelo 50º aniversário do Futebol Clube dos Flamengos, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50º Aniversário do Futebol Clube dos Flamengos

Na década de 40, foi formado, na freguesia dos Flamengos, o Desportivo dos Flamengos tendo participado na época de 1943/44 nas provas da Associação de Futebol da Horta onde se sagrou campeão dessa Associação nas categorias de honra e reservas, equipas formadas com base nos militares do Batalhão de Infantaria 20 que a freguesia alojou.

Depois de uma interrupção, em 1954, um grupo de flamenguenses faz renascer na freguesia um novo grupo desportivo, o Centro de Recreio Popular dos Flamengos, que poucos anos depois se filia na Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, participando nas provas daquela Instituição, sagrando-se campeão por cinco vezes e participando na época desportiva 1965/66 na fase final do campeonato nacional garantindo um honroso 3º lugar.

Sendo desejo de muitos participarem nas provas da Associação de Futebol da Horta, Manuel Silveira Rosa, António Correia Lobão, João Ângelo Miguel, João Pereira Duarte, Joaquim Furtado Cardoso, José Garcia Lobão e José Henrique Vieira tomaram a iniciativa de formar um clube desportivo nos Flamengos e assim nasceu o Futebol Clube dos Flamengos, fundado a 1 de dezembro de 1974, e que conta com um nobre historial, marcando o desporto faialense e açoriano.

Na época de 1975/76, o Futebol Clube dos Flamengos participou nas provas da Associação de Futebol da Horta nas categorias de juniores e seniores, sendo que o primeiro jogo se realizou em dezembro de 1975 no estádio da Alagoa, uma vez que o campo dos Flamengos ainda não tinha as condições necessárias para a prática desportiva federativa.

A primeira direção do Futebol Clube dos Flamengos foi eleita em Assembleia geral dos seus sócios no dia 25 de setembro de 1976 e foi o seu primeiro presidente José Alberto Tavares.

O hino do clube foi criado em 1977 com música de Manuel Gaudêncio e letra de Albino Garcia.

No ano de 1985, o Futebol Clube dos Flamengos tornou-se a filial nº 79 do Futebol Clube do Porto e em 1993, foi-lhe atribuída nova numeração, passando o Futebol Clube dos Flamengos a ser a filial nº 54.

O Futebol Clube dos Flamengos foi declarado instituição de utilidade pública em 1996, por despacho do Governo Regional dos Açores.

Este clube desportivo, atualmente, só pratica a modalidade de futebol, mas durante estes últimos 50 anos teve outras modalidades nomeadamente andebol, basquetebol e hóquei em patins.

Durante o último meio século, foram muitos os atletas, dirigentes, sócios e adeptos que contribuíram para a construção da história deste clube, com variadas conquistas desportivas e valores de formação humanista, que é referência de cidadania e participação.

O Futebol Clube dos Flamengos tem equipas desde os petizes aos veteranos e é um exemplo da prática desportiva entre os jovens e promovendo hábitos de vida saudável.

Com cerca de 230 atletas federados em sete escalões de formação incluindo uma equipa de juvenis femininos, uma equipa de futebol sénior masculino, uma equipa sénior feminina e uma equipa de veteranos, o Futebol Clube dos Flamengos tem sido um embaixador da Ilha do Faial e dos Açores, tendo-se deslocado várias vezes ao continente português e ao Canadá.

No dia das comemorações do quinquagésimo aniversário do Futebol Clube dos Flamengos foi lançado o selo das Comemorações, uma parceria entre o Futebol Clube dos Flamengos, os CTT e o Clube de Filatelia o Ilhéu.

Para assinalar as comemorações do 50º aniversário deste clube, foi criada uma Comissão Organizadora dos 50 anos que elaborou um vasto programa, em que se recordou o passado e dignificou o presente com diversas homenagens na sessão solene realizada.

Felicitando, de uma forma especial, todos quantos contribuíram para o desporto na ilha do Faial através do Futebol Clube dos Flamengos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pela passagem dos 50 anos do Futebol Clube dos Flamengos, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, ao Serviço de Desporto da Ilha do Faial, à Associação de Futebol da Horta e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naturalmente, para nos associarmos ao voto de congratulação apresentado pelo Partido Social Democrata e para informar a Câmara que apresentaremos, também, um voto de igual teor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA também se associa a este voto e irá apresentar, nesta Assembleia, um voto de igual teor. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação do 50º aniversário do Futebol Clube dos Flamengos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação também ao Futebol Clube dos Flamengos é apresentado pelo CHEGA.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos do Futebol Clube dos Flamengos

Foi fundado a 1 de dezembro de 1974, no Faial, o Futebol Clube dos Flamengos, e depressa se começou a destacar pela dinâmica desportiva que imprimiu na

freguesia dos Flamengos e na cidade da Horta. Ao longo destas cinco décadas, o Futebol Clube dos Flamengos destacou-se tanto pelas suas conquistas como pelo seu compromisso com a excelência desportiva e dedicação aos valores de inclusão e fair play, contribuindo para fortalecer o desporto na Região e posicionar-se como uma referência positiva na identidade da ilha e na Região Autónoma dos Açores. O Futebol Clube dos Flamengos conta atualmente com 230 atletas federados e obteve, pelo terceiro ano consecutivo, a certificação de entidade formadora de três estrelas. O Futebol Clube dos Flamengos tem desempenhado um papel fundamental na formação de jovens atletas e na dinamização da formação de futebol na comunidade da ilha do Faial. Dirigentes, técnicos, atletas, famílias e sócios foram fundamentais para que o Futebol Clube dos Flamengos se mantivesse ao longo de meio século de vida.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Futebol Clube dos Flamengos que deverá ser dado conhecimento ao próprio Clube, à Direção Regional do Desporto, à Junta de Freguesia dos Flamengos e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 50 anos de Futebol Clube dos Flamengos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Clube União Desportiva do Nordeste, também pelo seu 50º aniversário. Sr. Deputado Gualberto Rita, tem a palavra, faça favor.

Deputado Gualberto Rita (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Clube União Desportiva do Nordeste pelo seu quinquagésimo aniversário

No passado dia 7 de outubro, o União Desportiva do Nordeste, conhecido como UD Nordeste, celebrou o seu quinquagésimo aniversário, marcando uma trajetória de grande significado para a vila do Nordeste.

Ao longo de cinco décadas, o clube desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e social do concelho, sempre guiado por um profundo espírito de comunidade e paixão pelo desporto.

Fundado a 7 de outubro de 1974, por um grupo de nordestenses, liderado por António Barata, Norberto Vaz de Medeiros, Guilherme Inácio e António Nascimento Borges Resendes, o UD Nordeste rapidamente tornou-se um símbolo de união e entusiasmo pelo desporto neste concelho.

A primeira participação em competições federadas deu-se na época de 1975/76, marcando o início de um percurso que viria a consolidar o clube como uma referência desportiva neste concelho.

O empenho dos fundadores, dirigentes e jogadores permitiu ao UD Nordeste estabelecer-se como uma força emergente nos campeonatos regionais.

A década de 1990 marcou uma fase de crescimento sustentado para o Clube União Desportiva do Nordeste, com o clube a competir regularmente nos campeonatos distritais. Durante este período, o UD Nordeste consolidou a sua aposta na formação de jovens atletas, criando escalões que permitiram às novas gerações da vila praticar desporto e desenvolver os seus talentos.

Foi na época 2005/2006 que o clube viveu aquele que é considerado o seu momento mais glorioso. Nessa época o UD Nordeste conquistou a Taça de Honra e a Taça de São Miguel, ambas em finais disputadas contra o Capelense.

Para além destas conquistas, o clube sagrou-se também vice-campeão de São Miguel, numa época memorável que ficará para sempre gravada na história deste clube.

Atualmente, o clube desenvolve uma atividade ao nível da formação, com atletas de seis anos, procura manter viva a prática desportiva e a ligação à comunidade, e ambiciona conseguir reativar a sua equipa sénior e regressar ao cenário competitivo do futebol açoriano.

O legado de cinco décadas de devoção ao desporto e à comunidade são uma realidade deste clube, e espera-se que os próximos 50 anos tragam um novo ciclo de conquistas e a realização do sonho de ver o clube novamente a competir ao mais alto nível.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro, a aprovação do Voto de Congratulação ao Clube União Desportiva do Nordeste pelo seu quinquagésimo aniversário.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Direção do Clube União Desportiva do Nordeste, à Câmara Municipal do Nordeste e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, obviamente, este voto de congratulação e felicita o Grupo Parlamentar do Partido Socialista por haver uma palavra para o Nordeste e para os nordestenses, ainda, para mais, vindo de um Sr. Deputado povoacense.

Mas, obviamente, que queremos também voltar a reiterar a importância deste clube para o concelho, nós já o fizemos com o voto apresentado do mesmo teor no passado mês de outubro a felicitar o clube pelo seu 50º aniversário, mas, na verdade, este clube deu muito ao Concelho, é uma referência para o Nordeste, é uma referência para a ilha de São Miguel e obviamente que é uma referência para todo o regional. Estamos felizes por esta comemoração e desejamos, obviamente, um excelente trabalho para os próximos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Clube União Desportiva do Nordeste pelo seu 50º aniversário foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação à União de Cooperativas Agrícolas e Laticínios de São Jorge. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À União de Cooperativas Agrícolas e Laticínios de São Jorge, Uclrl, pela distinção com o estatuto PME Excelência 2023

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) e o Turismo de Portugal, desde 2008, atribuem o Prémio de Excelência a 4.136 empresas portuguesas de vários setores de atividade, enquanto selo de reputação e reconhecimento da sua ação, potenciando maior visibilidade e reforço de base estratégica e competitiva.

No corrente ano de 2024, na cerimónia que aconteceu no início do mês de dezembro, em Santa Maria da Feira, foi distinguida a União de Cooperativas Agrícolas e Laticínios de São Jorge com o Estatuto PME Excelência 2023.

A conquista deste selo acontece num momento em que a Cooperativa atravessa um período favorável, pelas suas recentes conquistas de âmbito nacional e internacional do Queijo de São Jorge, assim como pelo estímulo à produção leiteira em São Jorge, na medida em que São Jorge é a ilha que melhor paga o

leite ao produtor da Região, tendo o preço médio se situado em 50 cêntimos por litro, entre janeiro e agosto.

Também acontece num momento em que a Cooperativa pretende certificar toda a fileira do leite da ilha de São Jorge com o selo de Bem-Estar Animal, em 2025, assim como procura alcançar o patamar de 27,5 milhões de litros de leite produzidos, para que as três fábricas da ilha de São Jorge sejam rentáveis.

Em 2024, a Cooperativa espera atingir 26,4 milhões de litros de leite.

Deste modo, a distinção com o Estatuto de PME Excelência de 2023, pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal, é um motivo de orgulho e de persistência para a boa gestão, produção e promoção da União de Cooperativas Agrícolas e Lacticínios de São Jorge.

Mais: é motivo para satisfação da capacidade produtiva da ilha de São Jorge que, pela sua qualidade e excelência se torna única e singular, sendo o ex-libris dos lacticínios açorianos.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2024, a aprovação de um voto de congratulação à União de Cooperativas Agrícolas e Lacticínios de São Jorge, UCRL, pela distinção com o Estatuto PME Excelência 2023.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à LactAçores - União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, à Federação Agrícola dos Açores, à União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge e ao Conselho de Ilha de São Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se este voto de congratulação à União de Cooperativas Agrícolas e Laticínios de São Jorge, pela distinção com o Estatuto Pequena e Média Empresa Excelência 2023. Esta distinção vem reforçar a reputação da UNIQUEIJO na produção de queijos de alta qualidade. A empresa tem investido em tecnologias de produção e controle de qualidade ao mesmo tempo que preserva os métodos artesanais que conferem ao queijo de São Jorge as suas características únicas e apreciadas. O reconhecimento como Pequena e Média Empresa de Excelência 2023 é um testemunho do esforço coletivo dos dirigentes, dos produtores agrícolas e de todos os que trabalham de forma diligente e apaixonada para garantir que cada queijo corresponda aos mais altos padrões de excelência. Este estatuto prestigiante celebra o passado da UNIQUEIJO e abre portas para novas oportunidades, reafirmando o compromisso da UNIQUEIJO com a inovação e a sustentabilidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece que estamos a tentar transformar a Assembleia Regional numa publicidade das páginas amarelas, a enaltecer quem paga mais, de uma empresa PME em detrimento das outras ou então parece um restaurante ou um serviço de catering; temos 4 votos...

(Neste momento, o Deputado Pedro Neves exhibe documentos)

O Orador: ...sobre um alimento numa Assembleia Regional dos Açores. Isto não é uma Assembleia de Freguesia, não é uma Assembleia Municipal. Nós estamos a falar na Assembleia Regional dos Açores, em vez de fazermos política e tratarmos dos assuntos de todos os açorianos e dos seus residentes, estamos aqui com 4 votos sobre queijos e sobre uma empresa em detrimento de outras. Obviamente que eu vou votar contra e vou votar contra, também, as outras. Não vou falar mais porque vou precisar de tempo para a declaração política. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação à União de Cooperativas Agrícolas e Lacticínios de São Jorge pela distinção com o Estatuto PME de Excelência 2023 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Próximo voto de congratulação ao Queijo de São Jorge D.O.P. 7 Meses, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva, para a sua apresentação.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Queijo de São Jorge D.O.P. 7 Meses conquista medalha de Bronze

O Pavilhão Multiusos da cidade de Viseu recebeu, nos passados dias 16 e 17 de novembro, a 36.^a edição do World Cheese Awards.

Este evento, o maior dedicado exclusivamente ao queijo a nível mundial, realizou-se desta vez e pela primeira vez, em Portugal.

Com cerca de 47 países inscritos, a diversidade de queijos em competição foi enorme, tendo existido, nesta edição, uma especial atenção para os queijos produzidos com práticas sustentáveis.

Portugal, país conhecido pela sua vasta e rica tradição queijeira, foi muito bem representado dada a qualidade e autenticidade dos nossos produtos, em particular os queijos açorianos.

Uma vez mais, os Queijos São Jorge DOP 4, 7 e 12 Meses da UNIQUEIJO – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge foram a concurso entre cerca de 4500 queijos dos quatro cantos do mundo.

Este concurso envolveu rigorosos processos de avaliação, com base em critérios específicos, como cor, textura, consistência, aroma e sabor, avaliados por um painel com mais de 250 jurados, oriundos de 40 países, que avaliaram os melhores queijos.

O Queijo São Jorge DOP 7 Meses foi distinguido com medalha de Bronze, nesta edição do maior concurso de queijo do mundo.

A distinção obtida é um orgulho para todos os jorgenses e açorianos, mantendo uma tradição com mais de 500 anos de história. Uma conquista que só poderia ser

obtida graças a todos aqueles que trabalham em prol de um produto final diferenciado, desde logo graças aos produtores de leite, com a obtenção da matéria-prima de excelência, a qual é depois trabalhada pelas melhores “mãos” com a experiência que este produto exige. Só assim se obtém um Queijo São Jorge DOP.

O Queijo de São Jorge DOP é caracterizado, por muitos especialistas regionais e nacionais, como um dos queijos com maior personalidade, e que raramente deixa indiferente quem o aprecia.

É, pois, um enorme orgulho receber estes galardões para os nossos queijos, através dos quais fica demonstrada a grande qualidade dos produtos jorgenses e açorianos e, em especial, a grande qualidade da matéria-prima, ou seja, do leite produzido nas nossas pastagens.

E uma vez que falamos de queijo, de matérias-primas e de produção, cumpre também referir a prestigiada distinção obtida por parte da União de Cooperativas Agrícolas e Lacticínios de São Jorge, galardoada com o prémio Estatuto PME Excelência 2023, sendo a única empresa do setor com esta distinção. O importante estatuto assim alcançado, que reconhece a qualidade do parque empresarial português e das empresas que apresentam as melhores performances, é mais um sinal claro do caminho positivo que a União de Cooperativas Agrícolas e Lacticínios de São Jorge está a percorrer.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no mês de dezembro de 2024, aprove o seguinte voto de congratulação: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da UNIQUEIJO ter conquistado uma Medalha de Bronze com o Queijo São Jorge DOP 7 Meses no maior festival de queijo do mundo. Esta congratulação é extensiva a todos os produtores, funcionários, direção, confraria,

e a todos os intervenientes no processo de produção, transformação, certificação e comercialização, que dedicam o seu tempo, trabalho e empenho em prol do nosso produto de excelência, o Queijo de São Jorge DOP.

Deste voto, deve ser dado conhecimento à UNIQUEIJO e às suas associadas Cooperativas da Beira, dos Lourais e da Finisterra, à Confraria do Queijo de São Jorge, à Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge e à Associação de Jovens Agricultores da Ilha de São Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

(*) Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação ao queijo de São Jorge DOP 7 meses que conquista medalha de bronze. Os constantes prémios e distinções ao queijo de São Jorge não só elevam o nome da ilha e da região dos Açores, como também incentivam os produtores a continuar a apostar na qualidade e inovação. O queijo de São Jorge continua a sua trajetória de sucesso cativando paladares e conquistando corações por todo o mundo. Enaltecer os prémios aos queijos de São Jorge é reconhecer a excelência de um produto que é símbolo de tradição, qualidade e autenticidade; é celebrar o esforço e a resiliência dos produtores agrícolas que, geração após geração, preservam e elevam a arte da queijaria jorgense a patamares de reconhecimento global.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação de Queijo de São Jorge D.O.P. 7 Meses conquista medalha de Bronze foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 4 do CHEGA, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: O próximo voto de congratulação aos queijos da Graciosa em destaque apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Sr. Deputado José Avila, faça favor.

Deputado José Ávila (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Queijos da Graciosa em destaque

No passado dia 25 de outubro, em Vila Nova de Gaia, realizou-se o 15º Concurso Queijos de Portugal, organizado pela Associação Nacional dos Industriais de Laticínios.

Dos cerca de 200 queijos a concurso de várias regiões do país, o Queijo Milhafre da Ilha Graciosa da Pronicol foi o vencedor na categoria de queijo de vaca de cura prolongada (12 meses).

A 15 de novembro, em Viseu, desta vez no Word Cheese Awards 2024, em que participaram 4786 queijos de mais de 40 países, o Queijo Milhafre da Graciosa de 18 meses ganha a medalha de prata e os de 9 e 12 meses ganham a medalha de bronze nas respetivas categorias.

Estes reconhecimentos confirmam a excelência dos produtores de leite da Graciosa, cuja excelente qualidade da matéria-prima está comprovada pelas entidades que regulam e fiscalizam este setor e são fruto do trabalho árduo e da dedicação exemplar dos colaboradores da fábrica Pronicol, sediada na Ilha Graciosa.

Não obstante as adversidades, nomeadamente o preço mais baixo do leite praticado nos Açores e no país, fica demonstrado que, mesmo assim, a aposta na qualidade permite destacar os produtos lácteos produzidos na Graciosa em concursos no exterior.

A esta realidade estão associados os enormes investimentos feitos no setor naquela ilha, nomeadamente para modernizar e melhorar as infraestruturas agrícolas, proporcionando melhores condições para os agricultores locais.

A construção da nova fábrica de laticínios, a eletrificação e abastecimento de água às explorações agrícolas, a construção de salas de ordenha, o melhoramento animal - com um projeto de transferência de embriões que visou a reprodução de animais com melhores características genéticas - foram fundamentais para aumentar a produtividade e a qualidade do gado na ilha.

Estas ações, desenvolvidas nos últimos 30 anos, permitiram passar de uma produção insipiente, na ordem dos 2,6 milhões de litros de leite, para 7,8 milhões de litros por ano, provocando um incremento da produção de queijo na ordem dos 208 % e ainda, criando condições para a produção de mais de 70 toneladas de manteiga, toda ela dirigida à exportação.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, apresenta, para eventual aprovação, na reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada a 10 de dezembro de 2024, o seguinte Voto de Congratulação:

“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula os produtores de leite da ilha Graciosa, a Pronicol-Graciosa e os seus colaboradores, pelo trabalho, dedicação e persistência, reconhecidos, este ano, com os prémios conquistados nos concursos 15º Concurso Queijos de Portugal e Word Cheese Awards 2024.

Na ilha Graciosa, o setor leiteiro possui relevância significativa para a economia local e regional, sendo importante reconhecer os esforços dos produtores em manter a qualidade e a sustentabilidade do setor, mesmo diante das dificuldades enfrentadas com os preços pagos à produção.”

Que deste voto, seja dado conhecimento à Associação dos Agricultores da Graciosa, Associação de Jovens Agricultores Graciosenses, Federação Agrícola dos Açores, Pronicol, Unicol, Lactogal e Assembleia e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais um bom dia a todos.

Nós estamos todos fartos de votos, os açorianos são todos fartos de votos. Estamos todos à espera de um novo Regimento, isso é mais que certo. Nós achamos – é unanime – que, na Assembleia, os votos são importantes, mas deviam ser agilizados. Não é isso que está em discussão, o que está aqui em discussão é que existe, podemos usar e temos que usar e estamos a usar. O que é que está aqui em causa? Está aqui em causa enaltecer o nobre produto que os Açores têm.

Nós não temos muita coisa, se olharmos bem. Mas temos produtos lácteos de excelência, e eu tenho dito, e o meu grupo parlamentar tem dito, que tem sido desvalorizado muitas vezes pelo preço. Devia ter um preço melhor; quem quiser comer bom queijo de São Jorge, tem que pagar por ele; quem quiser comer um bom queijo da Graciosa, que também um grande apreciador, tem que pagar por ele. E nós temos que saber enaltecer isto, nós temos que saber valorizar o pouco que temos. Nós não podemos é fingir que a nossa terra tem petróleo ou minas de diamantes quando não tem, mas tem um queijo que é um diamante, tem! Todo ele que é de excelente qualidade, a única coisa que podemos diferenciar é se gostamos mais de um, ou menos do outro, mas isso é o gosto pessoal de cada um. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação de queijo da Graciosa em destaque foi aprovado com 23 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Vamos passar ao próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, Reconhecimento ao Queijo Milhafre da ilha Graciosa. Tem a palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos.

Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Reconhecimento do Queijo Milhafre da Ilha Graciosa

O Queijo Milhafre dos Açores da ilha Graciosa foi recentemente galardoado com dois prémios distintos na cerimónia World of Wine, em Vila Nova de Gaia, e no concurso World Cheese Awards 2024, em Viseu.

Na cerimónia organizada pela Associação Nacional dos Industriais de Laticínios, foi reconhecido como um dos melhores queijos de Portugal de 2024, na categoria de queijo de vaca, cura prolongada de 12 meses, pelo sabor intenso e singular.

Para o World Cheese Awards 2024, foram levados a concurso três queijos: um com 9 meses de cura, outro com 12 meses de cura e, por fim, um com 18 meses de cura.

Todos eles foram distinguidos pelas suas curas diferenciadas, acolhendo duas medalhas de bronze e uma de prata, num reconhecimento internacional que destaca a excelência e a qualidade dos produtos da Graciosa, colocando-a no mapa mundial dos melhores queijos.

As conquistas destes prémios comprovam a dedicação e o trabalho árduo dos produtores de leite e dos colaboradores da fábrica da Pronicol na Graciosa, reforçando a qualidade e a diversidade dos queijos açorianos, a par da Associação de Agricultores da Ilha Graciosa.

Cada queijo é o resultado de um compromisso firme com a tradição, a qualidade e a inovação, refletindo o melhor que a Graciosa tem para oferecer, celebrando também a excelência dos Queijos Milhafre e a importância da indústria queijeira e cultura da ilha.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo reconhecimento do Queijo Milhafre da Ilha Graciosa e pelo empenho e dedicação de todos os envolvidos.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à empresa Queijo Milhafre da Graciosa, à PRONICOL, à Associação de Agricultores da Ilha Graciosa, à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação reconhecimento do queijo Milhafre da Ilha da Graciosa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo de voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Reconhecimento a Santa Cruz da Graciosa. Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Reconhecimento a Santa Cruz da Graciosa

Santa Cruz da Graciosa conquistou o prémio Melhor Aldeia Turística 2024 (Best Tourism Village 2024), atribuído pela Organização Mundial de Turismo.

Esta distinção é um testemunho do empenho, dedicação e trabalho da comunidade local, dos vários executivos municipais e de freguesia e dos agentes do setor turístico, que, juntos, têm promovido e protegido a riqueza cultural, natural e o património construído de Santa Cruz da Graciosa, apesar das dificuldades ainda sentidas.

O prémio Melhor Aldeia Turística é uma das mais altas distinções no panorama turístico internacional, que reconhece vilas e municípios que se destacam pelo seu compromisso com a sustentabilidade, a inclusão e a inovação no turismo.

A conquista deste prémio coloca a ilha Graciosa e a Região Autónoma dos Açores em destaque no mapa mundial do turismo, evidenciando a beleza singular e a autenticidade das nossas ilhas, e, por outro lado, constitui um estímulo para o trabalho que ainda falta fazer.

A ilha Graciosa, com as suas paisagens deslumbrantes, património construído valioso e bem conservado e a hospitalidade ímpar, serve de exemplo de como o turismo pode ser desenvolvido de forma harmoniosa e respeitadora do meio ambiente e das tradições locais.

A juntar a isso, temos os investimentos nesta área, como é o caso do hotel e das inúmeras camas criadas no turismo em espaço rural: de 80 acamas disponíveis para alojamento turístico em 2000, passamos para 235 em 2020.

Os investimentos nas Termas do Carapacho e no Centro de Visitação da Caldeira, incluindo toda a área envolvente, os encerramentos das lixeiras a céu aberto no

aeroporto e na entrada do porto, contribuíram para a qualificação do destino e o reconhecimento como Reserva da Biosfera, em 2007, deu projeção à ilha além-fronteiras.

Este reconhecimento internacional reflete o potencial turístico da Graciosa e também a capacidade da nossa Região de oferecer experiências únicas aos visitantes que, desde há alguns anos a esta parte, tem sido a principal aposta.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, apresenta, para eventual aprovação, na reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada a 10 de dezembro de 2024, o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Município de Santa Cruz da Graciosa, as juntas de freguesia de Santa Cruz, S. Mateus, Guadalupe e Luz, pela conquista deste importante prémio que muito dignifica os graciosenses, sobretudo os empresários do turismo e os seus colaboradores pelo seu empenho e resiliência demonstrada.

Este reconhecimento deve constituir para as autoridades um sinal de incentivo, mas também uma responsabilidade na sua promoção de forma que o crescimento do turismo chegue, efetivamente, a todas as ilhas.”

Que deste voto, seja dado conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa e às juntas de Freguesia de Santa Cruz, S. Mateus, Guadalupe e Luz, à Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo e ao Núcleo Empresarial da Ilha Graciosa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores se associa ao voto apresentado aqui pelo Partido Socialista e dizer que, durante esta semana, apresentará um voto de igual ou de semelhante teor e, com esta intervenção, dizer que na Graciosa se está a trabalhar bem e cada vez melhor. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação Reconhecimento a Santa Cruz da Graciosa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação pelos 25 anos do Clube Naval da Povoação, apresentado pela Sra. Deputada Olivéria Santos, do Grupo Parlamentar do CHEGA.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Congratulação

pelos 25 anos do Clube Naval da Povoação

O Clube Naval da Povoação celebrou, este ano, os seus 25 anos de existência, assinalando um quarto de século de dedicação ao desenvolvimento das atividades

náuticas e à promoção da identidade marítima do concelho da Povoação e da Região.

Fundado em 1999, o Clube Naval da Povoação conta com mais de 180 sócios e 20 atletas federados, tendo vindo a desempenhar um papel fundamental na formação de várias gerações de atletas, dinamizando a prática desportiva em modalidades como vela, canoagem, pesca desportiva, contribuindo para o enriquecimento desportivo, social e cultural da comunidade local.

Ao longo destes 25 anos, o Clube Naval da Povoação tem sido um exemplo de resiliência e compromisso, incentivando a ligação dos jovens ao mar, promovendo o respeito pelo ambiente marinho e fomentando valores como a camaradagem, o esforço e a superação. Esta celebração, não só reconhece os feitos desportivos e sociais alcançados, como também homenageia os fundadores, dirigentes, técnicos, atletas e sócios que, com dedicação e paixão, fizeram do Clube Naval da Povoação uma instituição de referência.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Clube Naval da Povoação, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio Clube Naval, à Direção Regional do Desporto e à Câmara Municipal da Povoação.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Gaspar, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Gaspar (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto. Aliás, como bem se recordam, durante o plenário do mês de outubro, este mesmo grupo apresentou um voto do mesmo teor. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 anos do Clube Naval da Povoação foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira substituiu o Deputado Lubélio Mendonça na Mesa)

Presidente: Voto de congratulação pelos 20 anos do Festival dos Moinhos da Ilha do Corvo, é apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Margato, do PPM. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Margato (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

pelos 20 anos do Festival dos Moinhos da Ilha do Corvo

Foi no mês de agosto de 2004, há 20 anos, que se deu início à primeira edição do “Festival dos Moinhos”, da ilha do Corvo. Este é realizado, em simultâneo, com as Festas de Nossa Senhora dos Milagres, padroeira da ilha do Corvo, que se celebram no dia 15 de agosto.

A devoção e a fé na Nossa Senhora dos Milagres são características que se encontram bem presentes em cada corvino.

O festival surge como uma extensão cultural das festividades religiosas, enriquecendo a celebração com uma vertente de valorização do património e do convívio comunitário. A ideia da sua criação partiu do Sr. Luís Bettencourt, reconhecido músico açoriano. A mesma foi prontamente acolhida e executada pelo então Presidente da Câmara Municipal da vila do Corvo, Sr. João Greves, e pela Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Milagres.

O festival desempenha um papel crucial na preservação do património histórico da ilha, designadamente os tradicionais moinhos de vento, e dinamiza a economia local.

A continuidade deste evento é fruto do trabalho da Associação de Juventude da Ilha do Corvo, da Comissão Organizadora das Festas de Nossa Senhora dos Milagres e da empenhada participação popular.

Ao longo dos anos, participaram no “Festival dos Moinhos”, da ilha do Corvo, diversas filarmónicas, grupos folclóricos, grupos corais, grupos de teatro e grupos musicais, entre outras manifestações culturais e artísticas, oriundos de diversas ilhas dos Açores, do resto do país e do estrangeiro. O Festival acolheu, igualmente, outras manifestações culturais de diversa índole, no qual se destaca a

gastronomia local, nomeadamente as comidas tradicionais do Corvo, que são sempre muito apreciadas por locais e visitantes.

A integração entre o Festival dos Moinhos e as festividades religiosas em honra de Nossa Senhora dos Milagres promovem a união entre a fé e a cultura fortalecendo assim a identidade da ilha do Corvo. Os apoios da Câmara Municipal da vila do Corvo, do Governo Regional e de privados são essenciais para a sua rentabilização e realização anual.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária, no dia 10 de dezembro de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 20º. aniversário do Festival dos Moinhos da ilha do Corvo.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à: Câmara Municipal de Vila do Corvo; Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Milagres; Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres; Associação da Juventude do Corvo; Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

O Deputado Regional

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Lubélio Mendonça, faça favor.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça** (*PS*): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS/Açores associa-se, com naturalidade, a este voto dos 20 anos do Festival dos Moinhos, na ilha do Corvo, festival este, como o próprio voto indica, nasceu de uma ideia do ilustre músico açoriano, o Sr. Luís Bettencourt, meu caro amigo, um abraço.

Fiz parte, com muito orgulho, da Comissão Instaladora deste festival, juntamente com outros jovens corvinos, a convite do Luís, e é com muito orgulho que vejo o festival, 20 anos depois, continuar a fazer parte da cultura e da identidade corvina.

Este festival, como não podia deixar de assinalar, é celebrado em conjunto com as festividades da nossa padroeira, Nossa Senhora dos Milagres, padroeira esta que nos protege há séculos, segundo a lenda, contra os ataques piratas e estou certo que continuará a proteger-nos no futuro. Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Cecília Estácio, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Cecília Estácio (PSD):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto, apresentado pelo PPM, pela importância que o Festival dos Moinhos tem, na ilha do Corvo, importância essa que se reveste numa manifestação cultural, religiosa e gastronómica. Mas sobretudo em relação a um fator muito importante que é de valorizar e que é a dedicação e empenho da população corvina na organização deste evento, porque estamos a falar de uma ilha muito pequena, com um número muito reduzido de habitantes e de pessoas envolvidas neste evento, o que demonstra a perseverança do povo corvino. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada. Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 20 anos do Festival dos Moinhos da ilha do Corvo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O CDS-PP apresenta um voto ao Judo Clube de Angra do Heroísmo. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo pelas conquistas no 35.^o aniversário do Judo Clube Pragal/Almada

O Grupo Parlamentar do CDS-PP congratula o Judo Clube de Angra do Heroísmo (CJAH) pelos notáveis resultados alcançados no torneio comemorativo do 35.^o aniversário do Judo Clube do Pragal/Almada, realizado no Pavilhão Municipal da Costa da Caparica, no passado fim de semana de 7 e 8 de dezembro. O CJAH honrou o nome dos Açores com uma brilhante prestação, destacando-se com diversas conquistas individuais: Na categoria de Juvenis, o clube alcançou três primeiros lugares com o atleta João Braga (-46 kg), Ana Rendeiro (-52 kg) e Liliana Veríssimo (-70 kg), um segundo lugar com Guida Pereira (-40 kg), um terceiro lugar com Matilde Oliveira (-57 kg) e uma prestação honrosa de Helena Monjardino (-44 kg). Na categoria de Cadetes, João Pavão (-66 kg) alcançou o segundo lugar, e Rodrigo Henriques (-60 kg) demonstrou também um desempenho notável. Entre os 43 clubes participantes, o Judo Clube de Angra do Heroísmo obteve um meritório 5.^o lugar na classificação coletiva, resultado que reflete o talento, a dedicação e o trabalho árduo dos atletas, treinadores, dirigentes

e familiares. Esta é mais uma demonstração do elevado nível desportivo que os Açores continuam a cultivar, nos escalões de formação, reforçando o papel do Clube de Judo de Angra do Heroísmo como referência desportiva da nossa região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo pelas conquistas no 35º aniversário do Judo Clube Pragal/Almada.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Direção do Clube de Judo de Angra do Heroísmo, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, à Direção Regional do Desporto e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação aqui apresentado ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo pelos notáveis resultados alcançados no torneio de comemoração do 35º aniversário do Judo Clube Pragal/Almada, felicitando todos os atletas pelas suas conquistas que honram o desporto açoriano e que honram os Açores. Não posso deixar também de destacar os treinadores Vítor Machado, Luís Rendeiro, Valter Braga e Diogo Araújo, que, treino após treino, desenvolvem o potencial dos atletas, bem como a instituição Clube de Judo de Angra do Heroísmo, que celebrou, há cerca de uma semana, o seu 41º aniversário. Um clube idealizado pelo Dr. Pedro Rocha Alves e que se concretizou no plano desportivo pelo trabalho meritório do Prof. Mário

Duarte. Que os feitos agora que agora congratulamos sejam o alento para que o clube continue a formar campeões para a vida, como é seu lema. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Gomes, faça o favor.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP. Já é recorrente o número de votos de congratulação pelas conquistas e feitos que o desporto açoriano tem vindo a alcançar no panorama nacional. Sim, nacional! Porque é disto que se trata, e essencialmente, quando estamos a falar de formação. O judo tem sido uma das modalidades que tem projetado muito os Açores além-fronteiras, naquilo que diz respeito aos Açores e é preciso nunca esquecer que somos um pequeno cantinho, aqui, longínquo em relação ao continente. O continente tem cerca de dez milhões de habitantes e nós aqui, com cerca de 250 mil, conseguimos ombrear lado a lado contra todos esses atletas. Portanto, parabenizar os atletas, os treinadores, o clube e a modalidade em si porque o judo tem trazido grandes sucessos, grandes vitórias para os Açores. Um bem-haja.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo pelas conquistas no 35º aniversário do Judo Clube Pragal/Almada foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Sr. Augusto Fraga. Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Pacheco.

Deputado Flávio Pacheco (PS): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Augusto Fraga pelo Globo de Ouro de Melhor Projeto de Ficção na XVIII Gala dos Globos de Ouro

Augusto de Fraga, nascido a 7 de outubro de 1978, natural de Vila Franca do Campo, é um destacado realizador e guionista português, com especialização em realização publicitária. Representado pela Krypton Films em Portugal, é também cofundador da Spectacular Studio, um estúdio dedicado à escrita e desenvolvimento de conteúdos audiovisuais.

Augusto de Fraga é membro da Directors Guild of America (DGA) e possui uma vasta experiência na realização de spots publicitários e videoclipes a nível global. Colaborou com marcas de renome como Vodafone, Mercedes, Nivea, Adidas, VW e Coca-Cola internacional, trabalhando com grandes estrelas do desporto como Rafael Nadal, Lionel Messi, Neymar e Cristiano Ronaldo.

Licenciado em Comunicação Social pela Universidade do Minho, Augusto de Fraga, prosseguiu os seus estudos na Universitat Autònoma de Barcelona e na New York Film Academy. Ele é representado mundialmente como diretor de publicidade por grandes produtoras internacionais, incluindo Little Minx nos Estados Unidos, Grayskull em Espanha e Satellite My Love em França.

Reconhecido como um dos melhores realizadores de spots publicitários da Europa, Augusto de Fraga foi premiado em diversos festivais, incluindo o International Cannes Film Festival (publicidade), New York Festivals, Chicago Film Festival, Clube de Criativos de Portugal e San Sebastian Advertising Film Festival.

A sua abordagem inovadora, com especial atenção à estética e narrativa, é uma marca constante no seu trabalho. A paixão pelo guião tem sido uma ferramenta fundamental na sua carreira, tanto na publicidade como na ficção. O seu videoclipe, do artista BRANKO, foi considerado o melhor do ano em Portugal nos Play - Prémios da Música Portuguesa, em 2020.

Mais recentemente, em maio de 2023, estreou a série “Rabo de Peixe”, criada por Augusto de Fraga para a Netflix, tendo alcançado, rapidamente, o Top 10 Mundial da Netflix para séries de língua não inglesa. Este sucesso levou à confirmação de uma segunda temporada.

No dia 29 de setembro, deste ano, a série “Rabo de Peixe” foi galardoada com o Globo de Ouro de Melhor Projeto de Ficção na XVIII Gala dos Globos de Ouro. Durante a cerimónia, Augusto de Fraga expressou o seu orgulho por ser açoriano ao declarar: *"(...) quero agradecer a todos os açorianos. Aqueles que vivem nas nossas ilhas e os que vivem fora. Do Canadá às Bermudas, de Fall River à Califórnia, representando Portugal de uma maneira inacreditável. Para mim é um orgulho enorme poder dizer: eu sou o Augusto e sou açoriano!"*.

Este projeto, gravado em vários locais da ilha de São Miguel, nos Concelhos de Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Ponta Delgada, Lagoa e Povoação, destacou-se como um dos maiores sucessos de 2023, tanto a nível nacional como internacional.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de congratulação a Augusto Fraga pelo prémio recebido enquanto guionista, publicitário e realizador.

Deste voto, deve ser dado o conhecimento ao próprio, bem como à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os sucessos de Augusto Fraga somam e seguem, ao ponto que já são alguns os votos de congratulação apresentados aqui, nesta Casa, pelo percurso na sua carreira, da qual o Sr. Deputado naturalmente, e porque o tempo também não é infinito, apenas pôs uma parte do seu currículo, da sua carreira, mas também pelo reconhecimento mais recente com a série “Rabo de Peixe” e naturalmente, que culminou na atribuição do Globo de Ouro pela série.

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD também se associa a este voto, já tendo, no passado recente, apresentado um outro voto exatamente à mesma pessoa pela mesma série e, por esse motivo, não apresentamos outro pelo globo de ouro, mas associamo-nos a este voto.

Também para dizer que quem teve e quem tem a sorte de conhecer o Augusto Fraga, e de o ter como amigo de infância, de o termos como amigos de infância, sabemos que o Augusto Fraga, além de ser uma excelente pessoa, sempre foi

sonhador e muito determinado. Muitas vezes, durante a infância, quando dizia que projetos queria fazer, muitos de nós não acreditavam. O facto é que ele conseguiu, não só conseguiu como continua a somar sucessos. É um vila-franquense que se destaca no estrangeiro e para nós, naturalmente, um grande motivo de orgulho. Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA também se associa a este voto, até como descendente de vila-franquenses, sinto-me orgulhoso. Já conhecia algum trabalho no mundo publicitário e fui surpreendido pela série da Netflix – que depois é como o queijo, gostasse ou não. É uma obra de ficção, não é propriamente a Bíblia, não é propriamente um jornal daquilo que aconteceu. Acho que está extremamente bem feito, aguardo a segunda temporada e é com orgulho que vemos o Augusto Fraga, um nobre açoriano, aparecer ao mais alto nível. Nós devemos sempre destacar isto, que, às vezes, somos pequeninos demais para nos orgulharmos do que somos. Não, nós somos bons em qualquer parte do mundo e fazemos coisas de grande qualidade. Nós só precisamos de uma coisa, uma oportunidade, e isto às vezes falha.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação a Augusto Fraga pelo Globo de Ouro de Melhor Projeto de Ficção na XVIII Gala dos Globos de Ouro foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, aos vitivinicultores da ilha do Pico. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

Deputada Ana Jorge (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos Vitivinicultores da Ilha do Pico

O voto que hoje apresentamos pretende enaltecer o trabalho ímpar e o extraordinário percurso dos vitivinicultores da ilha do Pico que, através do seu trabalho árduo e dedicação incansável também, têm elevado o nome da Região a patamares de excelência, projetando os Açores a nível nacional e internacional.

Na última década, foram reabilitados mais de 900 hectares de vinha nos Açores, criadas 79 novas marcas de vinho e gerados dezenas de postos de trabalho relacionados com a vitivinicultura. Estes dados são uma prova inequívoca de que o setor vitivinícola é uma força motriz para o desenvolvimento dos territórios rurais.

É na ilha do Pico que estes números assumem maior relevância, com 65 % dos agentes certificados com Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação

Geográfica Protegida (IGP) e 84 % dos produtos certificados da região, atualmente representados por 22 agentes económicos.

Os vitivinicultores da ilha do Pico são herdeiros de uma tradição secular enraizada na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, classificada como Património Mundial da UNESCO, que este ano celebra 20 anos. Este legado reflete o esforço coletivo de gerações que, enfrentando condições adversas, transformaram a dureza da terra em vinhos únicos, reconhecidos pela sua qualidade e identidade singular.

Neste contexto, destacamos o papel essencial de todos os trabalhadores agrícolas, desde os de maior aos de menor dimensão, cujo contributo diário assegura a produção de uvas de excelência. São homens e mulheres que, com as suas mãos, calejadas pelo trabalho, dedicam dias inteiros ao cultivo da terra, preservando práticas ancestrais, que combinam o rigor tradicional com as inovações modernas, garantindo a continuidade de um património vivo.

Estes homens e mulheres são mais do que vitivinicultores, são verdadeiros guardiões de um legado histórico e cultural. São agentes de transformação, valorizadores das suas comunidades e territórios, construtores de um futuro sustentável para o Pico e para os Açores. O seu trabalho reflete um compromisso com a preservação da identidade regional, enquanto promovem o enoturismo, dinamizam a economia local e projetam os Açores como referência internacional na produção de vinhos de excelência.

A sua entrega e determinação fazem deles verdadeiros pilares do sucesso deste setor, sem os quais não seria possível alcançar os níveis de qualidade e prestígio que os vinhos do Pico hoje ostentam.

Graças ao seu esforço resiliente, os vinhos do Pico são hoje distinguidos com grandes prémios internacionais, incluindo “grandes” medalhas de ouro em

competições de renome. Estes reconhecimentos honram, não apenas o seu trabalho, como enaltece a ilha, as suas gentes e a identidade açoriana, projetando o nome dos Açores no mundo.

Expressamos, assim, o mais profundo reconhecimento a todos os vitivinicultores da ilha do Pico, pelo seu compromisso com a excelência, a sustentabilidade e a preservação do património; são uma inspiração para as gerações presentes e futuras.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2024, a aprovação de um voto de congratulação aos vitivinicultores da ilha do Pico.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Adega Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, à Associação de Vitivinicultores dos Açores, à Confraria do Vinho do Pico, à Associação de Agricultores da Ilha do Pico, à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação, à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e à Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Marta Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Marta Matos (PS): Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao presente voto que congratula e homenageia os vitivinicultores da ilha do Pico.

A identidade da nossa ilha está, de facto, marcada pela vinha e pelo vinho e por uma história secular com 600 anos no cultivo e na produção de vinhos, numa paisagem elevada ao estatuto de Património Mundial da Humanidade.

A homenagem é, portanto, devida aos homens e às mulheres que ergueram currais e que, de um imenso chão de pedra, fizeram brotar vinhos de qualidade e é devida àqueles que também, hoje, continuam a escrever essa história, aos nossos produtores, às nossas adegas que fazem perdurar esse legado produzindo vinhos de qualidade reconhecida e premiada nacional e internacionalmente. Nunca é demais reconhecer que, só na ilha do Pico, foram já recuperados mais de 900 hectares de vinha, existem 22 agentes económicos inscritos para a certificação de vinho. São milhões os litros de vinho certificados e o investimento realizado no âmbito do programa VITIS ultrapassa os 20 milhões de euros.

A este espírito empreendedor e resiliente das nossas gentes, associam-se as características naturais da nossa ilha, as condições naturais do clima e o solo vulcânico que se refletem neste *terroir* do Pico e na excelência dos nossos vinhos. Eu acredito que uma garrafa de vinho quando aberta deve contar uma história e assim são os vinhos do pico: contam histórias, carregam história, têm alma e têm identidade. E é por essas razões que naturalmente nos associamos ao presente voto. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação aos vitivinicultores da ilha do Pico foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, o Deputado Lubélio Mendonça reocupa o seu lugar na Mesa)

Presidente: Próximo voto de congratulação à Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No passado plenário do mês de outubro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associou-se a um voto de congratulação à Escola Básica e Secundária das Lajes, relativa à final do Apps for Good e assumiu que iria apresentar um voto semelhante teor. Na altura, não foi possível, por motivos de tempo do PTAP, e, conforme nós assumimos, honramos esse compromisso hoje aqui.

Voto de Congratulação

Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico foi a Vencedora da Final Nacional da 10.ª Edição do Apps for Good

No passado dia 18 de setembro do corrente ano, decorreu no pavilhão do conhecimento em Lisboa, o evento final do Apps for Good.

A equipa composta pelos alunos Raquel Bettencourt, David Cardoso, Fernando Cardoso e Gabriel Silva, do nono ano de escolaridade, sob a coordenação das professoras Maria Machado e Estefânia Silva, obtiveram o primeiro lugar na categoria do básico.

O projeto apresentado, intitulado preAgir, foi elogiado pela qualidade e originalidade, e visa proporcionar um espaço para que os reformados possam partilhar as suas competências e interagir com outras gerações.

A aluna Raquel Bettencourt ganhou também o prémio jovem aluna.pt, atribuído pela empresa PT., parceira da iniciativa Apps for Good desde 2016.

O aluno Eric Dutra, depois de ter participado no ano anterior, nesta edição foi convidado para coapresentar e integrar o programa de *fellows*.

O Apps for Good é um programa educativo voltado para o desenvolvimento tecnológico, que incentiva estudantes e professores a criar aplicações para dispositivos móveis, demonstrando como a tecnologia pode impactar positivamente a sociedade e as comunidades locais. Utilizando uma abordagem baseada em projetos, o programa permite que os alunos experimentem todas as fases do desenvolvimento de produtos digitais e se conectem com uma rede de especialistas.

O programa chegou a Portugal em janeiro de 2015, trazido pelo Center of Digital Inclusion (CDI Portugal), uma ONG (Organização não governamental) que promove a inclusão e a inovação social através da tecnologia. Desde 2013, o CDI atua em Portugal com a missão de usar a tecnologia como ferramenta para enfrentar desafios comunitários e globais. O Apps for Good visa transformar o modelo tradicional de ensino, enquanto os Centros de Cidadania Digital promovem uma participação cidadã ativa.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de dezembro, aprove e emita um voto de congratulação aos alunos da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, Raquel Bettencourt, David Cardoso, Fernando Cardoso e Gabriel Silva, sob a coordenação das professoras Maria Machado e Estefânia Silva, pelo feito e

conquista do primeiro lugar na categoria do ensino básico no evento final do Apps for Good e que dele seja dado conhecimento aos citados alunos e professoras, à EBS das Lajes do Pico, à Assembleia de Escola da EBS das Lajes do Pico e à Direção Regional da Educação.

Horta, Sala de Sessões, 10 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Freitas, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que, é com naturalidade, que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto e dizer também que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou, há cerca de 2 meses, um voto de igual teor, nesta matéria. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, que foi a vencedora da final nacional da 10ª edição do Apps for Good foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminamos, assim, os votos de congratulação.

Há mais um voto que deu entrada na mesa, um voto de protesto contra a exclusão dos imigrantes residentes nos Açores do acesso ao subsídio social de mobilidade.

É apresentado pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de protesto

Contra a exclusão dos Imigrantes residentes nos Açores do acesso ao subsídio social de mobilidade

Em 2015, com o objetivo de assegurar a coesão social e territorial e como forma de atenuar os efeitos da liberalização das rotas de São Miguel e da Terceira para o continente, foi criado o subsídio social de mobilidade, que garantiu a todos os residentes nos Açores a possibilidade de viajar para o continente com um custo máximo de 134 euros - após adiantamento do valor total da viagem e levantamento do respetivo reembolso.

Durante 9 anos, todos os cidadãos e todas as cidadãs com residência nos Açores acederam ao subsídio social de mobilidade em condições idênticas, independentemente do seu país de origem ou nacionalidade. No entanto, no passado mês de novembro, sem que tenha havido qualquer alteração legislativa ou regulamentar sobre esta matéria, imigrantes com residência nos Açores passaram a ser impedidos de aceder ao subsídio social de mobilidade.

Estamos a falar de cidadãos que têm a sua residência permanente nos Açores, que trabalham nos Açores, com contrato de trabalho, e aqui pagam os seus impostos na Região. De um momento para o outro, sem qualquer explicação, estas pessoas, que sempre tiveram acesso ao subsídio social de mobilidade, deixaram de o ter. Esta situação configura uma violação do princípio da equiparação entre cidadãos nacionais e estrangeiros residentes, legalmente previsto no artigo 15.º da Constituição da República Portuguesa, e fere também o princípio jurídico das

expetativas legítimas em relação à ação do Estado, que agiu de uma forma, durante 9 anos, e alterou o seu modo de atuação, com prejuízos significativos para os cidadãos, sem qualquer explicação ou aviso prévios. O facto de a aplicação desta exclusão no acesso ao subsídio social de mobilidade ter efeitos retroativos – incidindo sobre viagens já realizadas – torna esta situação ainda mais incompreensível.

Pouco depois de o Governo da República ter imposto um teto máximo de 600 euros na abrangência do subsídio social de mobilidade – através de uma portaria ilegal que incompreensivelmente continua em vigor – surge mais um obstáculo no acesso ao subsídio social de mobilidade, desta vez dirigido especificamente aos imigrantes.

Por outro lado, todas as alterações ao subsídio social de mobilidade que são potencialmente positivas para os cidadãos, como a plataforma para acabar com os adiantamentos na compra das passagens ou a redução do valor máximo que o passageiro terá que pagar, estas nunca passaram de promessas. Quando é para colocar obstáculos e restrições no acesso ao subsídio social de mobilidade, o Governo da República é muito rápido a decidir e a implementar, mas quando é para melhorar a vida dos cidadãos, o mesmo governo não tem pressa nenhuma.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de protesto contra a exclusão dos imigrantes residentes nos Açores do acesso ao subsídio social de mobilidade. Do presente voto, propõe-se dar conhecimento à AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores, à Associação S.O.S. Racismo, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, à Assembleia da República e aos grupos parlamentares nela representados, assim como ao Governo Regional e ao Governo da República.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta matéria que o Bloco de Esquerda traz aqui, sob a forma de voto de protesto, naturalmente que é uma matéria importante, sensível e que convoca, naturalmente, a nossa atenção. Mas não convoca a nossa atenção hoje. Mal surgiu este problema, que é uma interpretação *ipsis verbis* do que está, de facto, na lei desde 2015, mas que agora dá azo a uma aplicação concreta por parte da entidade que tem a seu cuidado o reembolso das viagens, concretamente os CTT.

Não pode, todavia, este voto de protesto do Bloco de Esquerda passar sem que façamos algum comentário, desde logo, à forma oportunista como o Bloco habitualmente faz, de também aqui, *en passant*, fazer uma referência ao teto máximo fixado, matéria sobre a qual também não temos qualquer problema.

Deputado Carlos Silva (PS): A portaria não está resolvida ainda.

O Orador: Aliás, fomos os primeiros a contestar e continuamos firmes e a manter a mesma posição relativamente ao tema. De facto, o diploma da República, o decreto-lei que desde 2015 regula esta modalidade de subsídio social de mobilidade, determina que só a ele têm direito os cidadãos residentes nos Açores, ou trabalhando nos Açores, com origem na União Europeia, cidadãos do Brasil ou de outros países com os quais Portugal tenha acordo de livre circulação. No caso concreto da aplicação mais restrita a que esta matéria está sujeita desde o passado mês de novembro – portanto, há pouco mais de uma semana – ficam excluídos do subsídio social de mobilidade cerca de 40 % dos imigrantes dos Açores. E logo aqui, nós temos de sublinhar este facto: são sensivelmente 2400, 2500 imigrantes e não todos os imigrantes, como, indevidamente e de forma sub-

reptícia – para não fazer uma adjetivação – o Bloco de Esquerda coloca no seu voto de protesto. O voto do protesto do Bloco de Esquerda diz, designadamente na matéria resolutiva, que será aquela, no fundo, sobre a qual nós decidiremos e aquela que será publicada em Jornal Oficial e enviada às entidades que aqui estão mencionadas, diz que «propõe-se a aprovação de um voto de protesto contra a exclusão dos imigrantes residentes nos Açores».

Deputado António Lima (BE): Não são imigrantes?

O Orador: É falso que seja assim; é uma parte dos imigrantes residentes dos Açores e isso faz a diferença porque mais de 60 % dos imigrantes residentes nos Açores de nacionalidades europeias, brasileiros...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já.

De facto, esses não estão abrangidos.

Esta matéria parece-me importante, mas é também aqui de salientar que, há mais de uma semana – portanto, muito antes do Bloco acordar para esta matéria – já a Sra. Secretária Regional dos Transportes, Mobilidade e Infraestrutura se tinha pronunciado em nome do Governo, dizendo que estava a fazer diligências para resolver este assunto, sequenciada e reforçada a posição do Governo Regional depois pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades que, no Fórum das Migrações, também se referiu a esta matéria, especificando até o número de imigrantes que estão impedidos...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar já, Sr. Presidente.

... por esta nova interpretação. Nós não nos ficamos pelo protesto – que é a parte pequenina em que o Bloco normalmente fica – nós estamos ao lado da solução

em matéria de subsídio social de mobilidade. Como já está garantido os 119 euros a partir de janeiro, mas mais do que isso – e vou terminar, Sr. Presidente – dando nota de que, nesta semana, durante os trabalhos parlamentares, nós teremos aqui a possibilidade de apreciar uma anteproposta de lei – uma anteproposta de lei, isso sim, resolve o problema – a remeter à Assembleia da República, por forma a que todos os residentes na Região Autónoma dos Açores, independentemente da sua nacionalidade,...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... possam e devam ficar abrangidos pelo subsídio social de mobilidade, incluindo imigrantes que não são trabalhadores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: 1:38

Açorianos, que inclui as açorianas e os açorianos – essa coisa de pegar nas gramáticas e começar a modificá-las, faz-me uma estranheza – mas vamos ao que interessa. Obviamente aqui nos considerandos sobre o subsídio de mobilidade, o CHEGA já cumpriu a sua parte e há de cumprir novamente quando for necessário, com a anteproposta que nós fizemos, com aquilo que temos dito publicamente: somos contra este modelo. Ou seja, para que os açorianos percebam, 134 euros, ponto final, não têm de pagar mais nada.

Mas o que está aqui em causa não é nada disso. Eu achei, confesso, grande estranheza que um imigrante, venha ele de onde vier, que tem um cartão de cidadão que diz República de Portugal – como diz o meu e diz o de nós todos – um cartão como este...

(Neste momento, o Deputado José Pacheco exhibe o cartão de cidadão)

O Orador: é um residente! Para mim, não tem qualquer diferenciação. Mas parece que o Bloco faz alguma diferenciação. E porque é que eu digo isto: porque o Bloco diz que se deve dar conhecimento à Associação dos Imigrantes – com certeza, representam os imigrantes, com todo o respeito, está tudo muito certo. O SOS Racismo é que eu não percebi. O SOS Racismo, porquê?

Deputado António Lima (BE): É uma associação que trabalha com imigrantes.

O Orador: Ó senhor, e a associação do queijo de São Jorge? Também devia mandar! E a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada? Também devia mandar! SOS Racismo? O senhor está a dizer o que é que quer. O senhor está a fazer uma caixinha com os imigrantes, que é isto que nós não permitimos. Os imigrantes residentes que têm um cartão de cidadão são as pessoas que cumprem as regras, estão cá a trabalhar, são residentes, estão cá a fazer o seu papel, nada contra. O senhor já está a criar aqui um labirinto ou a criar um fantasma de uma coisa que, enfim... e bastou só ler SOS Racismo – é isso, cá estamos nós, o Bloco no seu melhor. Só faltou dizer os imigrantes e as *imigrantes*, só faltou essa parte. Quer dizer, isto é ridículo.

Nós, com certeza, que achámos que isto é uma coisa que...enfim até fiquei surpreso. Fiquei surpreso quando soube dessa história, achei uma coisa ridícula, uma pessoa que tem o cartão de cidadão. Então, há para aí uns abusos de cartão

de cidadão no nosso Serviço Regional de Saúde, mas depois há uma outra história em que se exclui as pessoas. Não, não se exclui as pessoas. As pessoas são residentes, estão a cumprir, pagam impostos como eu pago, é um cidadão dos Açores, pronto, como queiram. Têm direito ao subsídio de mobilidade e, em bom tempo, a Coligação também já conversou connosco dessa anteposta, que teremos todo o gosto em acompanhar. Porque é assim que deve ser, tem de se corrigir os erros.

O Governo da República, – pois, nós já sabemos o que é que é o Governo da República e acho que nem é preciso escrever um livro sobre o Governo da República, nem é preciso fazer um filme na Netflix – o Governo da República é o que nós temos. Não gosta dos Açores, mas nós estamos cá para dizer: vocês não gostam de nós, mas nós existimos e têm de nos respeitar. E o subsídio de mobilidade tem de ser corrigido e nisto também dou algum crédito ao Governo que tem feito um esforço nesse sentido. No passado, a única coisa que eu ouvi era...silêncio absoluto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Leal, faça favor.

(*) Deputado Luís Leal (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto o Partido Socialista foi Governo na República, em matéria de subsídio de mobilidade, havia, pelo menos, duas garantias: todos, incluindo imigrantes

com residência na Região Autónoma dos Açores, tinham acesso ao subsídio social de mobilidade; segunda, no máximo, pagavam 134 euros.

As garantias esvaíram-se perante um centralismo controlador, focado na questão financeira. O Governo da República do PSD/CDS impôs um teto máximo de 600 euros e agora, pasme-se, numa época em que a necessidade de mão-de-obra é mote para o nosso desenvolvimento económico, impede imigrantes que cá residem e pagam impostos de acederem ao subsídio.

Esta postura foi e continua a ser uma afronta à Região e aos açorianos, representa um duro e grave revés naquela que é a nossa mobilidade, está a provocar um aumento do custo efetivo das passagens dos açorianos.

O Governo da República do PSD/CDS, em vez de acabar com o erro do teto máximo dos 600 euros, agora persiste e ainda exclui imigrantes residentes, e com o contrato de trabalho, de acederem ao subsídio social de mobilidade.

O Partido Socialista é, por isso, frontalmente contra a incompetência e a discriminação do Governo da República do PSD/CDS e votará a favor deste voto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não nos podemos rever inteiramente neste protesto do Bloco de Esquerda, que, como é usual, usa sempre um motivo de protesto para fazer uma espécie de barriga de aluguer e englobar no assunto uma multiplicidade de questões que não são, verdadeiramente, o foco da questão. Relativamente a esta parte de que o Sr.

Deputado faz referência ao teto, se há partido que prontamente se manifestou contra foi o CDS-PP, isso é público, está na comunicação social e, portanto, o Sr. Deputado poderá verificar com os seus próprios olhos que o CDS-PP não se revê neste teto imposto pelo Governo da República. Isto demonstra, claramente, um desconhecimento da realidade açoriana, um desconhecimento sobre como as companhias aéreas estabelecem os seus preços e julgam que os açorianos só viajam em turismo e que, portanto, programam antecipadamente as suas viagens, o que não é verdade. Portanto, as ligações aéreas são o garante da continuidade territorial do nosso país e nós viajamos quando necessitamos e nunca sabemos quando iremos necessitar e, obviamente, tem de ser garantido o acesso às viagens a um custo suportável pelos residentes na Região Autónoma dos Açores. Portanto, sobre essa matéria do teto, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda não nos vem dar nenhuma lição de moral.

Quanto à outra questão da exclusão dos imigrantes residentes. Claro que o Sr. Deputado António Lima tenta dramatizar e querer passar a mensagem, escandalosa, de que todos os imigrantes foram excluídos, quando o Sr. Deputado sabe perfeitamente, o Sr. Deputado tem conhecimento que isso não é verdade. E, portanto, é uma redação manhosa para tentar criar aqui uma espécie de um pseudoescândalo, para dar um pouco mais de ênfase, aqui, a este voto. E, portanto, como já muito bem ficou demonstrado pela intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, há mais de 6000 imigrantes residentes, aqui, nos Açores. Parte deles são oriundos da União Europeia, do espaço Schengen e do Brasil e esses continuam a receber o subsídio social de mobilidade. Os que foram excluídos, não por força de alguma ação desta Coligação ou deste Governo, os que foram excluídos são os que não pertencem ao espaço Schengen ou ao Brasil, que é o que está escrito na lei desde 2015 e, portanto, quem tem que explicar por que razão é que, durante muitos anos, não aplicou essa lei, tem que ser quem paga o subsídio

social de mobilidade e quem fiscaliza a entidade que paga o subsídio social de mobilidade.

E, portanto, se durante 9 anos não se cumpriu a lei, quem tinha o dever de a aplicar e de verificar se ela era cumprida, é que tem de dar explicações.

Presidente: Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, o seu voto é pertinente. No entanto, o modo como Vossa Excelência o redigiu é que, obviamente, não pode receber o nosso acompanhamento, porque não é verdade. 60 % dos imigrantes têm acesso ao subsídio social de mobilidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Nós, na Coligação, manifestamo-nos contra o teto e, portanto, obviamente que não podemos acompanhar um voto que faz passar a ideia de que apenas o Bloco de Esquerda é que está contra o teto dos 600 euros. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Margato, tem a palavra, faz o favor.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM acha que o Sr. Deputado Lima fez um voto de protesto, voto de protesto esse que, na sua essência, revela preocupação com os imigrantes. Mas também é verdade que é pouco claro, é pouco rigoroso na redação do texto.

Isto é fundamental que fique claro, os imigrantes não estão todos excluídos, estão excluídos os imigrantes fora do espaço Schengen, simplesmente, e aqueles que não têm acordos. Imigrantes do espaço Schengen e do Brasil estão incluídos, e fica no ar – o que não pode ficar – é a áurea de que nós estamos aqui a fazer

distinções quando a matéria nem sequer é regulada pela Região Autónoma dos Açores, simplesmente. Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De referir dois pormenores das intervenções que seguiram a apresentação de voto.

Da parte do PSD, a primeira qualificação a este voto – que é um voto em defesa de cidadãos, de imigrantes, que vivem nos Açores – a primeira qualificação é que é um voto oportunista.

Do CDS-PP, a segunda qualificação é que é uma forma manhosa. Sr. Presidente, eu julgo que, quando se indignam aquelas bancadas com alguma crítica que deste lado se fazem, deviam olhar para a linguagem que utilizam e para os insultos que utilizam, porque no seu caso, Sr. Deputado Pedro Pinto é um insulto. Manhosa, não é correto, não é aceitável qualificar um voto deste tipo como manhoso.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A escrita é manhosa, Sr. Deputado!

O Orador: E note-se a despreocupação e a falta de respeito para com os imigrantes que são excluídos pelo Governo da República no acesso ao subsídio social de mobilidade. Porque há imigrantes excluídos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O governo não exclui ninguém, é a lei. Por isso, vamos alterar a lei.

O Orador: O voto não diz se são todos, se são poucos, se são muitos. Que fosse um, já mereceria o nosso protesto. E pelos vistos, agarrados ao facto de não dizermos quantos são ou qual a percentagem que é excluída, a Coligação não acompanha um voto de protesto ao seu Governo da República. Está tudo dito! Quem é que querem defender e quem querem proteger.

Mas sobre esta matéria em concreto, não posso deixar de dizer o seguinte: revelou o PSD que o Governo irá apresentar uma anteproposta sobre esta matéria. Muito bem! Mas o problema aqui não é alterar a lei, é cumprir a Constituição. A lei pode-se alterar para conformá-la com a Constituição, mas aquilo que é fundamental e que sempre se fez, desde que foi criado este decreto-lei, foi o cumprimento da Constituição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O dono da Constituição!

O Orador: A equiparação dos direitos dos cidadãos nacionais e dos cidadãos imigrantes com residência nos Açores. Aquilo que o Governo da República está a fazer é cumprir a lei, mas incumprir a Constituição, está a incumprir a Constituição, retirando direitos a quem tem esse direito. Isso é lamentável, deve merecer o protesto deste Parlamento. Lamento que não seja um protesto unânime e que haja quem prefira estar ao lado do Governo da República, do que ao lado dos cidadãos que residem nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto contra a exclusão dos imigrantes residentes nos Açores no acesso ao subsídio social de mobilidade foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Muito obrigado. Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

Presidente: Não há declaração de voto? Claro que há, sempre houve.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

Presidente: Obviamente, que sempre houve, qualquer votação de um voto tem direito a declaração de voto. Faz favor, Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Permita-me dizer, Sr. Presidente, que o Sr. Deputado António Lima, além de ser o guardião da Constituição...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Quando lhe dá jeito!

O Orador: ...parece que é o guardião de qualquer outro valor maior, neste caso, será do nosso regimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Faço esta declaração de voto apenas para reforçar aquilo que disse durante a discussão do voto.

Nada nada nos atemoriza relativamente ao Governo da República. Aliás, fomos os primeiros, e sermos sempre os primeiros, a defender o interesse dos Açores, independentemente de quem governa na República, seja o PSD, seja o Partido Socialista. Para nós, o que prevalece sempre é o interesse dos Açores.

E, nesta matéria, também não há dúvidas sobre a nossa posição: nós defendemos e vamos continuar a defender os imigrantes que, não estando abrangidos pela disposição da lei, neste momento, estão excluídos do subsídio social de mobilidade. Mas defendemos esses imigrantes, não através de um protesto à República, que dá muito jeito para um título na imprensa ou, porventura, numa rádio e talvez na televisão. Nós defendemos os imigrantes, de forma consequente, alterando a lei, para que a lei esteja do lado deles e de que não haja dúvidas, nem haja outra interpretação possível que não seja: os imigrantes – nomeadamente dos países africanos de língua oficial portuguesa, que são sobretudo estes que têm mais expressão na nossa Região, que estão excluídos por aquilo que determina a lei – possam, num futuro muito breve, também ter tanto direito como têm aqueles cujas nacionalidades são da União Europeia, do espaço Schengen ou do Brasil. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço, regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 14 minutos.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais, vamos dar início aos nossos trabalhos com a agenda.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para? Uma interpelação? Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, interpelo a Mesa, no seguimento do debate que teve lugar na manhã de hoje e interpelo sobre a condução dos trabalhos. Enquadrando a questão: no dia 4 de março de 2021, o seu Chefe de Gabinete dirigiu aos líderes parlamentares um *e-mail*, no qual foi encaminhado um texto, uma revisão do Regimento, onde são enquadradas e cito: «que tem por base a adequação do Regimento ao Estatuto, as práticas parlamentares dos últimos anos e a possibilidade de existência de plenários online, bem como ao mais representativo quadro parlamentar».

Ora, nesse *e-mail*, e no documento que nos foi remetido, consta uma proposta de revisão do Regimento. Nessa proposta, foram enquadradas, como citei, as praxes

parlamentares. No artigo 73.º desse documento, emissão de votos do Regimento, é aditado um novo número que diz o seguinte: «nos votos, não há lugar a declaração de votos». Essa é, no meu entendimento, uma praxe parlamentar, que foi incluída nessa proposta de revisão do Regimento.

Sr. Presidente, tendo em conta a admissão de uma declaração de voto durante a emissão de um voto durante a manhã, eu gostaria de fazer algumas questões à mesa e solicitar esclarecimentos.

O primeiro é que a Mesa promova uma avaliação das declarações de voto que existiram nas últimas três legislaturas, quando existiram emissões de voto, para se perceber qual é a prática que tem existido.

Em segundo lugar, que se redija todas as praxes parlamentares que estão em vigor neste Parlamento. Nós temos de saber que regras é que nos regem, é que estão em vigor; elas não podem estar desta forma e ser interpretadas, eventualmente, conforme o assunto que se está a tratar. É preciso que elas estejam por escrito e as praxes parlamentares têm de estar, estão por escrito e têm de estar, efetivamente, distribuídas por todos, e todos têm de ter conhecimento delas.

Em terceiro lugar, que o Sr. Presidente nos informe qual é a regra que seguiremos nas próximas duas manhãs de PTAP, na emissão de votos. Há ou não lugar a declaração de voto? Eu julgo que é essencial que isso se esclareça porque, sinceramente, eu não sei com que regras é que nos regemos, neste momento, neste Parlamento.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima

Para lhe dizer duas ou três coisas. Não tenho, neste momento, informação segura que, pelo Regimento, não há nada que impeça declarações de voto em votos. Não tenho conhecimento qual é a prática, não tive a oportunidade de ver e, se essa for

a prática, não tenho problema nenhum em assumir que, eventualmente, me possa ter errado.

Mas também nessa linha, tive o cuidado de, após a declaração política do Sr. Deputado Joaquim Machado, perguntar se havia inscrições para mais declarações de voto, se eventualmente cometi um erro, para que todos ficassem em igualdade de circunstâncias. Não houve mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado António Lima, eu começo a ficar cansado de tanta solicitação sobre o Regimento.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Eu estou sempre disponível para reunir e, de uma vez por todas, fechar esse Regimento e gostava de ter de Vossas Excelências...

Deputado António Lima (BE): Vai dizer isso a mim?

Presidente: Gostava de ter, de todos, essa disponibilidade.

Terceira questão, Sr. Deputado António Lima, com toda a franqueza, se o senhor me pede um documento escrito sobre as praxes parlamentares desse Parlamento, eu também gostava de as ter. Porque a cada passo que dou e a cada novidade que aparece, há sempre uma praxe nova, há sempre uma coisa que se fazia e, portanto, meus senhores e minhas senhoras, eu também gostava de ter este levantamento feito, com exaustão, sobre todas as praxes parlamentares que existem nesse Parlamento. Sentemo-nos todos, acabemos o Regimento e acabemos com as praxes parlamentares.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, para uma interpelação. Relativamente ao Regimento, em primeiro lugar, eu também gostava de ter esse

documento sobre as praxes. É um trabalho que tem que ser feito e aliás, no meu entender, está feito.

Foi feito ainda na legislatura de 2016-2020 pela anterior Mesa, foi distribuído nessa altura a todos os grupos e representações parlamentares e eu parti do princípio de que o documento que foi distribuído pela Mesa em 2021 era a compilação das praxes. Parti desse princípio e assumi, por isso, discordei da opção do Sr. Presidente em admitir uma declaração de voto num voto. Porque assumi que esse documento eram as praxes. Posso estar errado, mas assumi.

No que diz respeito ao Regimento, Sr. Presidente, da parte do Bloco de Esquerda, não houve oposição a nenhuma data que o Sr. Presidente tenha proposto para marcar reuniões na Conferência de Líderes para ver o Regimento. O mesmo não se pode dizer de outras bancadas.

Presidente: Muito bem. Sr. Deputado António Lima, o que eu lhe tenho a dizer é que vou pedir a alguém que avalie essa praxe. Se, de facto, relativamente aos votos, for essa a praxe – não há declarações de voto – assumo perante a Câmara o meu erro, e peço desculpa por isso. Se for essa a praxe, assim continuaremos.

Os senhores têm de perceber que há dezenas e dezenas de decisões que uma pessoa tem que tomar aqui e, às vezes, erra. E, portanto, se eu errei, não terei problema nenhum em dizer que errei e que, amanhã, retomaremos aquela que é a prática normal. Peço – aliás, os serviços devem estar a acompanhar – que me vejam essa questão. Quando fizer um intervalo da tarde, tomarei conhecimento disso e se for um erro, renovo as minhas desculpas. Mais eu não posso fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas não é essa a questão.

Presidente: Temos reunião agendada já, para terminar de uma vez e penso que conseguiremos terminar, na próxima reunião essa questão.

Vamos a iniciar os nossos trabalhos. Não sei se há mais interpelações.

Vamos iniciar os nossos trabalhos da agenda, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII – “Programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores”. É uma iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda, sobre a qual deu entrada de uma proposta de substituição integral, que já está nos vossos *e-mails*, e é sobre ela, naturalmente, que incidiremos o nosso debate e a nossa discussão e votação. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra para a apresentação da iniciativa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é que é uma praxe, trazida pelo Sr. Deputado António Lima. Entrega um documento e apresenta outro.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O acesso ao ensino superior é crucial para o futuro dos Açores. Enfrentamos, nesta área, desafios e atrasos significativos que precisam ser abordados urgentemente.

Anualmente, pouco mais de mil alunos açorianos ingressam no ensino superior. Este número é alarmantemente baixo. Por exemplo, em 2023, 1026 alunos dos 1102 candidatos obtiveram colocação no ensino superior. No entanto, nesse mesmo ano, 2258 alunos concluíram o ensino secundário, de acordo com as estatísticas da educação divulgadas pelo governo. Ou seja, apenas 49 % dos alunos que terminaram o ensino secundário se candidataram ao ensino superior, e apenas 45 % ingressaram no ensino superior.

Além disso, 23 % dos jovens abandonam o ensino antes de concluir o 12.º ano e com mais de 18 anos. Se os jovens não terminam o ensino secundário, como poderão, então, chegar ao ensino superior?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora essa é que é a questão.

O Orador: De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), apenas 16,9 % da população entre os 25 e os 65 anos possui estudos superiores nos Açores.

Estamos muito atrás do que se passa no resto do país, sendo que a taxa, no continente, é de 30,3 % e na Madeira de 20,9 %. Segundo dados da Direção-Geral de Educação e do INE, a taxa de escolarização no ensino superior nos Açores é de apenas 11,5 %, enquanto a média nacional é de 43,1 %. O nosso atraso, a este nível, é absolutamente arrasador.

As dificuldades financeiras não serão, certamente, a única explicação para este cenário, mas causam, é certo, fortes limitações no acesso dos jovens ao ensino superior.

Os estudantes e as suas famílias enfrentam despesas brutais: 697 euros de propinas, a que acrescem 300, 400, muitas vezes mais, euros por um quarto; passagens aéreas que custam quase 300 euros por ano, no seu global.

Com o teto de 600 euros estabelecido pelo Governo da República, do PSD e do CDS-PP, ao subsídio social de mobilidade, as viagens ficarão, certamente, ainda mais dispendiosas.

Os Açores são uma Região de baixos salários e a maioria das famílias tem uma situação financeira precária, o que coloca em causa o acesso ao ensino superior. Sem perspetivas de dar continuidade aos estudos, os jovens sentem-se muitas vezes desmotivados para concluir o ensino secundário. Uma grande parte dos estudantes açorianos do ensino superior são deslocados, o que ainda aumenta mais os custos que têm que suportar. As bolsas de estudo existem, mas são insuficientes e os programas de apoio existentes não chegam a todos os estudantes e, por isso também são insuficientes.

A autonomia regional deve fazer mais pelo futuro dos Açores e pelo futuro dos jovens. Nenhum jovem deve ser impedido de frequentar o ensino superior por motivos financeiros.

O Bloco propõe, por isso, neste Parlamento, um conjunto de apoios que garantam o ensino superior público acessível para todos os estudantes residentes nos Açores no primeiro ciclo de estudos, ou seja, a licenciatura. Isso inclui um apoio no valor total da propina, três viagens aéreas ida e volta, apoio ao alojamento e apoio ao transporte público.

Os apoios existentes, nacionais e regionais, são insuficientes e, como já disse, deixam uma grande parte dos alunos de fora. Queremos eliminar obstáculos financeiros que impedem os alunos de ingressar no ensino superior e assim, promover também o desenvolvimento da Região.

Precisamos investir no futuro dos Açores, aumentar as qualificações e criar condições para que os jovens não precisem emigrar. Só é possível construir uma economia qualificada com a qualificação da nossa população. Quanto mais qualificada for a população, mais nos aproximamos desse desígnio. Há uma forte correlação entre a qualificação da população e o desenvolvimento económico. População mais qualificada tem menor risco de desemprego, tem melhores rendimentos e, por isso, também menor risco de pobreza.

É preciso trabalhar, em simultâneo, na qualificação da economia para que jovens que estudam tenham perspectivas de trabalhar nas áreas em que se formaram, na sua Região. Mas um passo não se dá sem o outro e é o passo da aposta na qualificação e no cumprimento de um direito constitucional de Abril – o direito à educação – que propomos dar nos Açores. Queremos garantir que nenhum jovem açoriano seja impedido de alcançar todo o seu potencial e apoiar esta iniciativa é, assim, investir no futuro dos Açores. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em atenção este projeto do DLR do Bloco de Esquerda, para um programa de apoio aos estudantes do ensino superior e técnico-profissional de que subscrevo a sua informação em que se afirma que «a educação é fundamental para a formação de cidadão e evolução da sociedade, pois é através da multiplicação de conhecimento que o indivíduo desenvolve competências úteis para a sua atuação na comunidade.» E como tal, o investimento que a Região aplique na formação académica e profissional será sempre bem aplicado.

Já não subscrevemos as soluções propostas porque: primeiro, não associa os apoios ao mérito do aluno, colocando ao mesmo nível aquele que faz um percurso normal com aquele que não atinge os objetivos. Consideramos que o artigo 9.º desta da proposta de DLR, que estabelece o princípio de tratamento mais favorável, não é claro quanto à possibilidade de acumulação de apoios.

As duas passagens gratuitas que, atualmente, o Governo Regional já proporciona, consideramos que é suficiente. Não é necessário uma terceira ou seguintes, para assegurar as condições que os estudantes precisam para se deslocar.

O passe gratuito de transporte público terrestre, previsto no n.º 7 deste projeto, também não nos pareceu relevante, face aos testemunhos das associações académicas, que referiram a existência de transportes gratuitos em determinados municípios. Aliás, a partir de 1 de dezembro, todos os jovens até aos 23 anos, independentemente de serem estudantes ou não, têm direito a passe gratuito.

Por último, o alojamento é, efetivamente, um problema, mas mais premente quanto à sua disponibilidade e com a existência de contrato de arrendamento. A taxa liberatória de 28 % de IRS sobre os contratos de arrendamento também concorre para que os preços sejam altos e a não celebração do contrato – temos

que reconhecer – acaba por beneficiar ambas as partes: o estudante, porque obtém um alojamento mais barato e o senhorio porque não declara os rendimentos.

Deputado António Lima (BE): Viva à República do fisco.

A Oradora: O CHEGA defende o investimento na formação dos nossos jovens estudantes como caminho certo para quebrar ciclos de pobreza, que ainda existem na região, pelo que irá apresentar uma proposta para complementaridade de apoios, e não sobreposição, com corresponsabilidade do estudante, que tem de apresentar aproveitamento escolar e fixar-se nos Açores, sempre que possível, para retribuir, com a sua produção de riqueza, o investimento que todos os contribuintes açorianos fizeram na sua valorização pessoal. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Discutimos hoje uma proposta, apresentada pelo BE, que visa criar um programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores. Em virtude de uma realidade social escolar que todos conhecemos, é inegável que o tema do ensino superior e do apoio aos nossos jovens é de extrema importância. O CDS-PP reconhece as dificuldades que muitas famílias e estudantes enfrentam, no que diz respeito a despesas com a frequência no ensino superior, sobretudo por estarem deslocados da sua ilha de residência. Importa lembrar, como ponto de partida da análise deste diploma, que é a responsabilidade pelo sistema e pela política do ensino superior, é uma incumbência do Estado, não

devendo caber ao Governo Regional dos Açores substituir-se às competências que devem ser cumpridas pelo Governo da República. Para o CDS-PP, os mecanismos financeiros que dispomos, enquanto Região Autónoma, deverão servir para complementar as políticas nacionais e, deste modo, dar respostas mais sólidas às necessidades sociais e às dificuldades inerentes à condição de ilhéu.

Desde os finais de 2020, quando o Governo da Coligação entrou em funções, PSD, CDS-PP e PPM têm demonstrado um compromisso firme com o apoio aos nossos jovens. Em tão pouco tempo, reforçámos para 750 euros o valor do prémio de mérito de ingresso no ensino superior; criámos bolsas de estudo para os estudantes mais carenciados; disponibilizámos um programa de apoio ao pagamento de propinas, que chega a praticamente todos os alunos; criámos o QUALIFICA.Superior e entrou em funcionamento o programa “Regressa a Casa”, um passo importante para apoiar os jovens açorianos a regressarem à sua ilha de origem.

Como os dados demonstram, há, sem dúvida, uma grande evolução em comparação ao cenário que existia antes da atual Coligação assumir os destinos da Região.

Estamos focados em tornar a população açoriana cada vez mais qualificada, para receberem melhores salários e poderem concretizar os seus projetos de vida nas suas terras.

No CDS-PP, julgamos, também, que o esforço regional de apoio à permanência no ensino superior terá de ser articulado com as políticas de âmbito nacional, tais como as bolsas atribuídas pela Direção-Geral do Ensino Superior ou do âmbito local, efetivadas pelas câmaras municipais, evitando-se superposição de apoios, algo que a proposta do BE parece desconsiderar.

Uma breve nota sobre a temática do apoio ao alojamento estudantil: é importante lembrar, aqui no Parlamento Regional, o que foi feito sobre este assunto, no continente, e que deveria fazer pensar o BE. Em 2018, o Governo da República do PS, suportado pelo BE, lançou o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, que previa duplicar, até 2030, a oferta atualmente existente de cerca de 15 000 camas para estudantes no ensino superior. O que foi feito? As camas duplicaram? Não, nem lá perto.

Voices de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mais tarde, em 2022, o Primeiro-Ministro de então prometeu ter 26 mil camas disponíveis até 2026. Onde é que elas estão? Em 8 anos, o Governo da República do PS, com o beneplácito do BE, angariou apenas cerca de 170 camas por ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Praticamente, não saímos do mesmo lugar. Foi um conjunto de ilusões, um fracasso.

Mas sobre o alojamento, o CDS-PP associa-se à proposta lançada pela JAUPA (Associação de Jovens Açorianos Unidos Pelos Açores) de criar quotas específicas nas residências universitárias para estudantes açorianos que estudem em universidades do continente, e espera que as residências universitárias previstas para os polos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada da Universidade dos Açores se concretizem, conforme previsto, pois isso permitirá um significativo reforço de mais de 270 camas.

Reiteramos, por fim, que o CDS-PP é um partido favorável à plena igualdade de oportunidades para todos os jovens da nossa Região. Acreditamos que o sistema de apoios atualmente em vigor já é suficientemente robusto para atender às necessidades manifestadas. Contudo, estamos sempre disponíveis para corrigir e melhorar certos aspetos, na ótica das famílias e dos alunos, sem nos deixarmos levar por tentações demagógicas exageradas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é que é a frase? Eu nem estava para falar, mas, pronto, lá me inscrevi. O Sr. Deputado do IL também não estava para falar e vai falar.

Bem, eu ouvi aqui uma frase que eu concordo, ali da parte do Bloco de Esquerda. Eu não quero que os nossos jovens emigrem, não quero! Eu quero que os nossos jovens fiquem na Região e isso concordamos todos. Aliás, porque temos lacunas no mundo laboral e social, precisamos de sangue novo e que preencha aquele espaço que temos falta.

O que é que está errado e disse bem a minha colega? O mérito!

Onde é que está o mérito? Isto não é dar as ferramentas. Olha, toma lá um serrote, toma lá uma picareta e constrói uma casa.

Para já, a gente tem que perceber que tipo de casa é que faz falta, tem que perceber que ferramentas são estas. Isto não pode ser atirar dinheiro para cima das coisas. E eu tenho tanta razão no que eu estou dizendo que vou contar-vos uma pequena história, que o meu filho me contou no outro dia.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

Eu tenho o meu filho a estudar no Algarve e ele telefonou-me no outro dia – ou eu telefonei-lhe, não interessa – e diz: «oh papá, olha, o Governo deu 750 euros, não a mim, a um colega. Sabes o que é que ele fez ao dinheiro? Comprou uma trotinete.» É isto! Onde é que está essa fiscalização?

(Aparte impercetível)

O Orador: A mobilidade? Pois, deve ser para isso.

Onde é que está essa fiscalização? O que o Bloco de Esquerda está aqui é a querer mais, mais, mais. E o que é que estes miúdos, estas miúdas nos vão dar a nós? É porque é muito bonito cada um escolher o curso que quer ir. Isto é lindíssimo.

Aliás, aqui o Sr. Deputado Francisco Lima dava uma grande lição de como é que se deve fazer. Ele é que sabe, ele é que tem a fórmula mágica, pode ser que um dia ele explique.

Isto não é dizer aos miúdos: «escolham porque é o sonho». O meu filho foi tirar o curso que quis. Mas também lhe disse: «Meu amigo, as notas quando forem más, o avião que te levou é o avião que te vai trazer.» Aqui não há pão para

malucos. Aqui o papá não vai estar a subsidiar os caprichos, tem que haver aqui uma contrapartida. Acho que a vida deve ser assim.

Aliás, o meu filho trata-me por papá, não me trata por tu, porque, na minha casa, não é uma anarquia. Não há aqui o tu, nem o tu cá lá. Aqui é o *papá*, *mamã*, o *vovô* e a *vovó* e é assim que as coisas devem ser. É que isto não é a comuna nem a garagem do outro.

Eu não percebo é o que nós andamos a dizer a esta juventude? Nós estamos a dizer é que nós vamos dar-lhes dinheiro e, com o dinheiro, eles podem comprar uma trotinete. É isto que nós estamos a dizer. É isto que nós queremos?

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

É isto? Quando nós temos necessidade e nós estamos a dizer a estes jovens: «os senhores tirem o curso e os meninos que voltem para cá à procura de um emprego ou para encaixar-se no mercado de trabalho das nossas necessidades».

Não, nós estamos a dizer: «Ai a liberdade, ele pode ir para onde quiser.», «Ai a Constituição», «Ai Jesus». «Ai Jesus» mas não é na hora de pagar. «Ai Jesus» é na hora de dar, na hora de pedir a eles o retorno, o mérito. Disse muito bem a minha colega Hélia, nós precisamos é deste feedback. E este feedback, onde é que nós estamos a ter? Nada! Que nós não temos profissionais nas áreas mais importantes desta Região. Nós não temos médicos, enfermeiros, professores. Querem mais?

Deputado Berto Messias (PS): Engenheiros!

O Orador: E depois andamos aí a empurrar os miúdos todos para cursos superiores porque alguém disse que fazia falta. E depois eu não tenho o

carpinteiro. Olha, andei no fim-de-semana a serrar madeira, porque não há carpinteiros.

Ou nós começamos a falar a sério de educação – e não é pôr dinheiro em cima das coisas – ou então andamos todos aqui a brincar às apanhadas uns com os outros. E depois os miúdos vêm-nos bater à porta e dizem que não podem voltar para os Açores porque não há emprego. É claro, se escolheram um curso que nunca teve emprego nos Açores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu às vezes desabafo e digo que me vou embora.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não vá, não vá!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E há quem me pergunte: «Mas porque é que te vais embora?» Eu acho que já todos perceberam porque é que eu me vou embora. Há motivos de grande vergonha alheia...

Deputada Marta Matos (PS): Mesmo!

O Orador: ... mal-estar, de debates que são feitos, que não são debates sobre a matéria que temos entre mãos. E eu tenho muita pena disso, tenho muita pena que

a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tenha chegado a este ponto que chegou.

Deputada Marta Matos (PS): É verdade!

O Orador: Eu já dei a essa casa, noutra legislatura, 3 anos da minha vida; noutra legislatura anterior, mais 3 anos da minha vida e nesta já vamos em meses. E custa-me muito assistir ao que eu tenho assistido nos últimos meses aqui nesta Casa.

Em relação ao diploma do Bloco de Esquerda, duas ou três notas:

na esteira do pensamento do Bloco – da falta de pensamento – o que o Bloco aqui nos traz é «dar tudo a todos», de qualquer maneira, não importa. Nem sequer se olha aquilo que já está em vigor nem às medidas de apoio aos estudantes do ensino superior, que já estão em cima da mesa.

Uns receberam, compraram a trotinete. Pois, se calhar, é aquilo que ele precisava.

Deputado José Pacheco (CH): Não precisava nada! Eh Nuno Barata, ainda acreditas no Pai Natal, é?

O Orador: Se gastava 50 euros por mês ou 30 euros por mês na sua mobilidade para chegar da casa que arranjou, barata, à universidade, agora vai chegar muito mais barato. É só carregar e lá está chegando, ponto final.

Agora, trazer um diploma desta natureza sem olhar a que já temos um programa de apoio ao pagamento de propinas, um programa de atribuição das bolsas aos estudantes do ensino superior, o QUALIFICA.Superior, para os estudantes com mais de 23 anos.

E vamos por aqui abaixo, temos o prémio de mérito, o “Regressa a Casa”.

E onde é que nós vamos enquadrar isto que está aqui? É que nem sequer quantifica nada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Bloco quer sempre mais!

O Orador: Quer dizer, remete para o Governo a regulamentação, para o Governo inventar o que é que vai dar. Isto não é nada, isto não é nada.

O Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, sempre que eu faço uma intervenção que não lhe agrada, puxa de um saco – que deve ser o saco do lixo dele...

Deputado António Lima (BE): Ah é, é!

O Orador: O diploma do SIFROTA? Eu não quero discutir o SIFROTA aqui, até porque eu pus no SIFROTA um valor, o Governo resolveu dar o triplo. Portanto, o Governo até entendeu que o meu diploma era parco, era preciso fazer mais. E acho que já fez, já anda o navio a circular, que já está resolvendo o abastecimento de uma ilha, que eu saiba, pelo menos. Já vou para casa bem contente com isso. Se bem que o Governo, depois, tomou outra medida, mas isso a gente não vai discutir, porque a gente está a discutir ensino superior.

Ninguém quer que esta região fique atrasada e que deixem os seus filhos de estudar. E, da nota preambular ou da apresentação que nos fez o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, há um dado importantíssimo e que, esta sim, devia ser a preocupação do Bloco de Esquerda e de nós todos: que é a quantidade de jovens que abandonam os estudos ainda no secundário.

Então, não é a estes que nós temos que olhar para que eles cheguem ao ensino superior. Se eles não chegam lá, de que é que serve isto que está aqui? Não serve para nada.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Relativamente ao alojamento, caímos outra vez na mesma questão: precisamente igual à questão da falta de habitação, até porque uma está relacionada com a outra.

A culpa vai ser sempre do AL, o alojamento local é que tem culpa de não haver casas para os estudantes alugarem e de não haver casas para as famílias viver. Ainda ninguém percebeu que o problema está precisamente na regulamentação que foi criada para complicar o aluguer de quartos, o aluguer de casas, a construção de casas, a construção de unidades para o alojamento de estudantes.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade, sim senhor.

O Orador: E isso é que é preciso fazer. Este vício socialista, seja ele mais à esquerda, menos à esquerda e ao centro, de controlar a vida de toda a gente. Têm que controlar a vida de toda a gente. E o que acontece é que depois temos pensões clandestinas, casas clandestinas, lares de idosos clandestinos, creches clandestinas. Nos Açores, não há tanto, porque a gente vai conhecendo tudo, uma a outra e as coisas vão-se descobrindo. Mas basta dar um saltinho aqui ao lado, à capital do país vizinho, para descobrirmos todas essas coisas. Portanto, o problema não está nestas questões que o Bloco de Esquerda aqui traz. O problema é outro, muito mais complexo e que não se resolve com esse diploma que aqui está, por isso, a Iniciativa Liberal vota contra este diploma.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar a minha intervenção dirigindo-me ao Sr. Presidente da Assembleia e uma vez que se falou tanto de praxe parlamentares, gostaria também de esclarecer, aos açorianos e às açorianas que nos acompanham, que o Bloco de Esquerda também trouxe uma praxe sua. O Bloco de Esquerda, para que as açorianas e os açorianos saibam, propôs um programa de apoios aos estudantes deslocados no ensino superior e no ensino profissional e este diploma foi discutido em sede de comissão parlamentar, ouvimos diferentes instituições e associações; e depois, à hora de que nós estamos agora – são 3 horas e 30 da tarde – ...

Deputado Carlos Silva (PSD): Isso é a versão Joaquim Machado!

O Orador: ... às 3 horas e 10, apresenta uma substituição integral do programa de apoios que nós vínhamos debatendo até aqui.

Deputado Pedro Neves (PAN): Coisa que o PSD nunca fez, querem ver! O Governo também já fez.

O Orador: Ou seja, numa legislatura, em seis vezes, cinco vezes, o Bloco de Esquerda substituiu, ou seja, não sabe o que é que realmente quer.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

O Orador: Sobre este programa de apoio para os estudantes, o Bloco de Esquerda também apresenta um histórico de incoerências. A primeira incoerência é que apresentou esta iniciativa na legislatura passada, mas quando surgiu a oportunidade de derrubar o Governo, teve mais pressa em derrubar o Governo do que propriamente criar soluções para os jovens açorianos.

A segunda incoerência é que, já este ano, na discussão do Programa de Governo – e este programa que promove ou quer aumentar a formação e quer aumentar a qualificação profissional dos jovens açorianos – foi o mesmo Programa de Governo, que tem cerca de cerca de 8 a 10 alíneas para isso mesmo, para aumentar a formação e a qualificação profissional, e o Bloco de Esquerda votou contra o Programa de Governo.

Relativamente ao Orçamento para 2023, o Orçamento que nós votámos em 2024 para 2024 e o Orçamento para 2025, que nós já votamos, há que cerca de 15 dias, nesta Casa, o Bloco de Esquerda volta novamente a votar contra o Plano e Orçamento, tanto para 2024 e para 2025, onde nesses mesmos Planos e Orçamentos tínhamos inúmeras medidas para auxiliar os jovens açorianos. Ou seja, mais uma incoerência do Bloco de Esquerda.

Depois, o Sr. Deputado António Lima gosta muito de encher as suas intervenções a falar da dívida – «ai, a dívida» – preocupa-se muito com os valores da dívida, mas esquece-se que, no que propõe, nem sequer calcula o impacto que isso ia ter no orçamento da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso demonstra o nível e a qualidade que quer trazer a este Parlamento sobre a sua própria proposta. E, neste sentido, gostaria de deixar aqui mais duas outras notas.

Relativamente ao alojamento, que é, obviamente, um problema, mas que não é um problema novo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é novo nem se resolve.

O Orador: É um velho problema, principalmente de uma transcendência que vem de Portugal continental. E a Sra. Deputada Andreia Cardoso sabe tão bem quanto eu que, em Portugal, existem cerca de 120 mil estudantes deslocados. Há uma

promessa, desde 2016, feita pelo António Costa, que se comprometia a colocar cerca de 15 mil camas até 2026, nas residências universitárias, para os estudantes deslocados.

E vou deixar esses dois números, Sr. Presidente, para esclarecer.

Foram concluídas, à data que saiu de Primeiro-Ministro, 474 e projetou 335. É caso para dizer que António Costa preferiu uma cama no Parlamento Europeu do que propriamente os estudantes numa cama no seu próprio país.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de destacar outro dado: a taxa de abandono precoce de educação e formação dos Açores.

Eu sei que estes números, por vezes, incomodam a oposição deste Governo da Coligação, mas a verdade é que a taxa de abandono escolar, em 2019, era de 26,1 %, e hoje temos 21,7 %.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, estamos a baixar. Não estamos satisfeitos, mas estamos aqui a fazer um caminho para continuar a descer estes valores e é com este Governo, estando ao lado dos jovens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu gostaria de clarificar, junto da Mesa, se as propostas de substituição integral são ou não regimentais e se o Grupo Parlamentar do PSD, nesta ou noutras legislaturas, ou do CDS-PP ou o próprio Governo – o Governo não pode – do CDS-PP, do PPM, se já não recorreram a esse instrumento regimental da substituição integral. Por outro lado, também gostaria de perguntar, e se confirma a Mesa, se a proposta de substituição integral não deu entrada ontem às 17 horas e 30 da tarde. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

É evidente que é regimental. Eu não consigo precisar a hora em que deu entrada, mas sei que já deu entrada, senão ontem, esta manhã garantidamente, e que esteve a ser analisada.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, é para requerer a Vossa Excelência também a seguinte informação. De quantas iniciativas do Bloco de Esquerda, nesta legislatura, já subiram ao plenário e quantas delas efetivamente foram sujeitas a uma substituição integral do diploma? Eu fiz as contas, mas posso-me ter enganado – portanto, daí solicitar à Mesa, com o rigor que Vossa Excelência põe sempre nessas coisas – mas de seis diplomas do Bloco de Esquerda que subiram a plenário, cinco foram integralmente substituídos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E?!

O Orador: Gostava que depois fizesse o favor de confirmar se a minha contabilidade foi bem feita. Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, eu também podia fazer uma interpelação à Mesa, mas não o vou fazer. Lembro só a questão dos matadouros.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu agradeço a questão e agradeço a sua resposta porque eu não tinha resposta para lhe dar. Isto tudo que os senhores me perguntam, está tudo à distância de um clique aí, portanto, é fácil.

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Paulo Margato. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda aborda um tema central para o futuro dos Açores: os jovens açorianos e as oportunidades que lhes proporcionamos. Quero, desde já, saudar a iniciativa do Bloco de Esquerda, pois ela demonstra interesse em promover o desenvolvimento e a capacitação da nossa juventude. Este é, sem dúvida, um tema que merece estar sempre na nossa agenda, e qualquer proposta que contribua para melhorar o apoio aos jovens deve ser vista como uma oportunidade de diálogo e de construção.

No entanto, é importante reconhecer que este Governo já implementou medidas amplas e eficazes...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que estão e irão transformar a vida dos jovens açorianos, nomeadamente através do Programa “+ Jovem”, e de outros apoios complementares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Programa “+ Jovem” é uma resposta estruturada e abrangente às necessidades da nossa juventude. Não se limita a apoiar um único aspeto da vida dos jovens, mas sim a criar um conjunto

de medidas que cobrem educação, mobilidade, inserção no mercado de trabalho e valorização profissional.

Este é um Programa que abraça a diversidade de percursos e ambições dos nossos jovens, proporcionando-lhes liberdade de escolha e condições para atingirem o seu potencial.

Entre as suas medidas destacam-se a Mobilidade Estudantil, com o apoio a deslocações entre ilhas e para o continente, facilitando a conexão dos estudantes com as suas famílias e instituições de ensino. Destacamos a redução da tarifa aérea dos estudantes de 99 para 89 euros e a oferta de duas viagens por cada ano letivo; valorização salarial, um incentivo direto aos jovens até aos 35 anos, promovendo a retenção de talento e a competitividade regional; Estágios Profissionais em Mobilidade, que oferecem experiências práticas tanto na Região como fora dela, permitindo aos jovens crescerem profissionalmente e explorarem novas oportunidades; Cheque-Livro, uma medida simbólica – sim, simbólica – mas significativa, que apoia a aquisição de material educativo e reforça o compromisso com a formação.

Além do “+ Jovem”, este Governo tem desenvolvido outras iniciativas de grande mérito, como o Programa “QUALIFICA.Superior”, um apoio ao pagamento de propinas para frequência de licenciatura ou curso de pós-graduação; as Bolsas de Estudo da Direção Regional da Educação; o Prémio de Mérito, que se destina a premiar a excelência, pelo ingresso no ensino superior por jovens estudantes da Região Autónoma, no montante de 750 euros, como aqui já foi dito; os Programas Estagiar L e Estagiar T, que facilitam a transição entre a educação e o mercado de trabalho; os incentivos à Formação Pós-Graduada, que valorizam a especialização e preparam os jovens açorianos para os desafios de um mundo competitivo; o aumento do apoio à Universidade dos Açores, que triplicou desde 2019, passando de 350 mil euros para 950 mil euros, em 2024 e continuará, com toda a certeza,

nos 950 mil euros em 2025. Triplicou e agora vai manter-se em 2025. A Região Autónoma dos Açores vai manter, em 2025, os 950 mil euros de apoio à Universidade dos Açores e realce não é uma competência da Região, é uma competência do Governo da República. É uma simples competência do Governo da República que está descurada pelo próprio Governo da República.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, estes apoios refletem um compromisso claro deste Governo com a juventude açoriana. Não estamos a falar apenas de intenções ou retórica, mas de ações concretas que têm um impacto direto e positivo na vida dos nossos jovens.

A proposta do Bloco de Esquerda, todavia, apresenta algumas fragilidades tais como: abrange apenas as licenciaturas – há pouco falava eu do ensino pós-graduado, dos doutoramentos e outras formações pós-licenciaturas que existem.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Afinal!

(Protestos do Deputado da bancada do BE)

O Orador: Inclui no mesmo Programa duas modalidades de ensino diferentes, o que dificulta a aplicação de normas de forma transversal; exclui os estudantes que frequentam estabelecimentos de ensino privadas, uma questão ideológica, hipoteticamente; impõe aos estabelecimentos de ensino e às autarquias obrigações injustificadas, nomeadamente ao nível do alojamento. Recordo que a Região Autónoma dos Açores não tem competência para legislar sobre as autarquias. Prevê um regime de rendas a “preços controlados”, impossível de concretizar à luz do regime liberalizado; não prevê a verificação de duplicação de apoios, o que resultaria em cenários de ilegalidade; discrimina os jovens que pretendam seguir a via da especialização tecnológica (nível 5), o que penaliza a carência de oferta em termos de mão-de-obra em diversos sectores de atividade.

Minhas senhoras e meus senhores, este Governo tem demonstrado, com resultados palpáveis, que está no caminho certo. É um Governo que acredita nos jovens açorianos; que investe no seu futuro e que trabalha para que possam ser a força motriz de uma Região mais próspera e preparada. E de facto, já é. Superámos a média nacional nas disciplinas de Português e Matemática, e os dados do TIMSS (Trends in International Mathematics and Science Study) demonstram um padrão crescente, pois se formos verificar as notas do 8º ano, também aumentaram. O que quer dizer claramente que teremos, daqui a alguns anos, melhores alunos no 12º, teremos alunos mais preparados para concorrer a nível nacional às universidades.

Em todos os indicadores da Educação temos os melhores resultados da última década.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, os jovens açorianos são o futuro da nossa Região, e é neles que devemos depositar as nossas maiores esperanças. O compromisso deste Governo com a educação, com a qualificação e com a criação de oportunidades é inabalável. Estamos a construir um sistema que não deixa ninguém para trás e que acredita no talento, na ambição e na determinação da nossa juventude.

Como dizia Roosevelt: «O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza dos seus sonhos.»

Este Governo acredita nos sonhos dos jovens açorianos, e continuará a trabalhar, todos os dias, para que eles se tornem uma realidade. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) Deputado Russell Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um estudante açoriano deslocado é um estudante que abandona a sua família, as suas raízes em busca de um sonho, como foi dito aqui, várias vezes, por várias bancadas. Quando falamos de uma distância, não falamos de uma distância só física, falamos de uma distância emocional, social e muitas vezes financeira, para muitos estudantes deslocados. E cabe a nós, decisores políticos, darmos os instrumentos necessários para que os jovens açorianos possam ir em busca de seus sonhos, quer seja nos Açores, quer seja no continente português.

Isso é o que nos traz aqui, com a proposta do Bloco de Esquerda, uma proposta que visa apoiar os estudantes todos, para que todos possam ter as condições necessárias à formação superior, quer seja por via profissional, quer seja pelo ensino superior de nível 6.

Mas um dos maiores entraves que os jovens sentem hoje é o preço da habitação e os dados que vos trago aqui são do Observatório do Alojamento Estudantil, que nos diz que, no último ano, o preço do quarto em Ponta Delgada subiu 29 %, para 300 euros, por quarto, por mês.

Em Lisboa, subiu cerca de 33 % para 500 euros por mês; no Porto, subiu para 390 euros por mês. Estas despesas todas representam um custo, muitas vezes, impossível para muitas famílias. E dou-vos exemplos reais de jovens açorianos, que tive o trabalho de falar com alguns jovens: Beatriz estuda no Porto e paga 620 euros; Matilde estuda no Porto também, paga 570 euros; Cristina estuda em Lisboa, paga 470 euros; Duarte estuda em Lisboa – e veja-se, aqui como a Deputada Hélia disse - paga 450 euros, sem despesas e sem recibo. E eu pergunto,

o que é que os pais fazem às despesas de IRS para estes alojamentos aos estudantes? Fernando e Francisco estudam em Braga e pagam 350 e 400 euros; Gonçalo estuda em Ponta Delgada e paga 330 euros, sem despesas. Estes custos são reais e afetam os orçamentos das famílias.

Ouvir aqui o deputado do CDS-PP falar da necessidade e da falta de apoios ou a necessidade que já está tudo respondido aos apoios aos jovens, quando o próprio CDS-PP, em 2021, apresenta uma proposta de resolução neste Parlamento, aprovada por unanimidade, que tinham dois pontos resolutivos: a criação de um gabinete de apoio ao estudante deslocado – até agora nada – e o segundo ponto – curiosamente – previa a criação de um apoio para as rendas dos estudantes. Que ironia, agora já não se prevê nada, já não é preciso apoio às rendas.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*): Mas há apoio às rendas, Sr. Deputado. Que falta de informação!

O Orador: Não chega, Sra. Secretária. Já fizemos as contas na Comissão e os apoios todos do Governo, majorados, dão cerca de 380 euros por mês aos alunos. Só em renda, estamos a pagar mais de 300 euros. E o resto das despesas, a alimentação, os transportes, o material escolar, onde é que fica?

Depois falamos da medida “*Regressa a Casa*”. É verdade, duas passagens são úteis e ajudam, certamente, muito jovens. Qual é o senão? Tem que adiantar o dinheiro primeiro.

Deputado Paulo Chaves (*PSD*): Isso é falso!

(*Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo*)

O Orador: E, na época de Natal, temos falta de voos.

Ainda agora, no Natal, tivemos, na RTP-Açores, jovens estudantes a dizerem que 700 euros é o preço médio de uma passagem para regressar a casa na altura do Natal. Quem é que paga o remanescente acima dos 600 euros? É o Governo ou é as famílias?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Chaves (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, já se falou muito de juventude hoje, que é importante. A juventude está na ordem do dia, mas vamos aqui falar e debater aquilo que interessa na realidade, que é o DLR, apresentado pelo Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda. Como eu disse, na altura, em comissão permanente – e o Sr. Deputado, na altura, tinha ficado muito incomodado com esta minha adjetivação, eu vou tentar ser mais gentil desta vez, agora em plenário – o Bloco de Esquerda apresenta-nos aqui uma tentativa da recriação do Pacote + Jovem, só que em versão 2.0. Portanto, o que o Governo da Coligação já faz, e muito bem, em políticas públicas para a juventude, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda duplica ou triplica, e é isto que o Bloco de Esquerda tem para apresentar à juventude, de forma demagoga.

Mas vamos, então, àquilo que interessa. Ora, uma das partes que é uma incongruência total, neste diploma, e que o Grupo Parlamentar do PSD ainda não obteve a resposta, é na parte em que o regime, o DLR, não prevê uma

quantificação dos apoios, pelo que não é estimado o impacto da medida em termos do orçamento da Região.

A segunda, a medida “Regressa a Casa” é mais abrangente do que a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, uma vez que o “Regressa a Casa” apoia jovens estejam a estudar ensino superior do regime geral ou ensino profissional, e os jovens que estejam a estudar em qualquer nível do ensino superior, ao contrário da proposta do Bloco de Esquerda, que integra apenas estudantes do ensino superior.

O terceiro ponto – um dos pontos – a iniciativa é discriminatória, na medida em que apenas apoia jovens deslocados que estudam nas universidades e politécnicos públicos, deixando de fora os jovens açorianos que estejam a estar em instituições de ensino privado.

E também aqui um parecer importante da Comissão – e que não é de *somenos*, é de *somais* – que foi a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias). A Delegação Regional dos Açores da ANAFRE, no seu parecer escrito, emite o seguinte parecer: «EM CONCLUSÃO: É entendimento da Delegação Regional da ANAFRE que apesar das preocupações que legitimam o projeto de D.L.R. serem evidentes, as obrigações criadas pelo mesmo para as Autarquias Locais e freguesias não são justificadas.»

Tem mais, Sr. Deputado Russell, tem mais pareceres, pode-se inscrever e a gente tem, aqui, um debate os dois, sem problema nenhum.

Portanto, em relação a este assunto, volto a repetir este DLR apresentado pelo Bloco de Esquerda é a medida 2.0 do Pacote + Jovem. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como era expectável da parte da coligação PSD, CDS-PP, PPM e CHEGA teríamos uma oposição a esta proposta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não ouviu o Deputado Barata?!

O Orador: ... e da Iniciativa Liberal – que não faz parte da coligação – teríamos uma oposição a esta proposta, infelizmente. E digo, infelizmente, porque, independentemente da autoria das propostas, julgo que o que importa, ou deveria importar, era debater o seu alcance, o seu objetivo, o seu conteúdo e aquela que poderia ser a vantagem para os estudantes do ensino superior, mais jovens, menos jovens que estão, neste momento, no ensino superior ou querem chegar ao ensino superior.

Em primeiro lugar, é preciso desmontar a ideia de que há muitos jovens, ou talvez haja jovens a mais, que vão para o ensino superior e que deveriam ir para outras profissões. Não é assim nos Açores, nós temos jovens a menos que vão para o ensino superior, muito a menos. Eu reforço aquilo que disse, na intervenção inicial, a taxa de escolarização no ensino superior, nos Açores, é muitíssimo baixa, muitíssimo mais baixa do que a nível nacional. Estamos a falar de jovens entre os 18 e 22 anos e a taxa de escolarização do ensino superior é de 11,5 % nos Açores – são dados do Instituto Nacional de Estatística – enquanto a taxa nacional é de 40 %. De 11,5 % para 40 %. Se este número não nos deve preocupar, eu não sei que números é que nos podem preocupar quanto ao futuro dos Açores.

Não é uma região com uma outra economia, não é uma região que consiga resistir a crises, não é uma região que consiga sair dos números da pobreza que continuam a envergonhar esta região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos muito melhor!

O Orador: Não há capacidade de desenvolvimento sem qualificar os Açores, sem qualificar os açorianos e açorianas, a começar pelos jovens.

Diz-se, da parte de quem discorda desta iniciativa, tudo e o seu contrário. Por um lado, ela quer dar tudo a todos: «é para todos, não tem em conta nada, é uma festa!» Por outro lado, dizem que discrimina uns e não abrange os mestrados e doutoramentos. Afinal, é para todos ou discrimina? Têm que se decidir: ou é para todos ou não é para todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe que o “é para todos” também discrimina?

O Orador: Esta proposta tem um objetivo claro, apoiar os estudantes que frequentemente o ensino superior público; dá preferência, ainda, à Universidade dos Açores, porque valorizamos e achamos importante valorizar e incentivar a frequência da Universidade dos Açores, não só para reduzir custos para a Região, mas também porque isso é importante para a Universidade dos Açores: ter alunos é ter financiamento, no que diz respeito à universidade.

Por outro lado, esta proposta procura cumprir aquilo que a Constituição consagra: o ensino, tendencialmente gratuito, em todos os níveis de ensino. Podemos dizer que esta é uma competência da República. É verdade, é uma competência do Governo da República, não restam dúvidas. Mas desde quando é que a Autonomia abdica de aplicar medidas da competência da Assembleia da República ou do Governo da República, quando isso é para o bem dos açorianos? Desde quando? Quantas vezes é que discutimos propostas, nesta Casa, que são competência da

Assembleia da República ou do Governo da República, e são aprovadas, porque isso é utilizar a Autonomia para o desenvolvimento dos Açores. Qual é o problema de o fazer? E nesta matéria, por maioria de razão, num assunto que diz respeito ao futuro dos Açores, ao futuro dos jovens, não deveria ser problema.

Há outras críticas que aceito, esta não considero que, sequer, devia estar em discussão, mas cada um saberá dos seus argumentos.

Por outro lado, dizem que já está quase tudo feito. É o apoio às propinas, mas que afinal só paga um terço...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Oh senhor, antes que não pagavam nada é que era bom?!

O Orador: ...e tem critérios de acesso extremamente limitados.

Quaisquer pessoas da classe média, daquilo que se considera classes médias, não conseguem aceder.

Por outro lado, falou-se aqui de uma medida – que eu julgo que vale a pena perder 2 ou 3 minutos – que é a chamada medida de valorização salarial criada pela Portaria n.º 55/2024.

Já agora, eu também acho muito interessante que se criem medidas e mais medidas e mais medidas, mas nenhuma passe aqui no Parlamento. O Parlamento não tem nada a ver com as medidas que se cria nesta Região. É tudo por portaria, é uma forma interessante de legislar.

Esta medida, diz o seguinte, aliás, esta medida tem o objetivo de um apoio no montante 100 % do valor apurado da coleta líquida, paga em seis prestações, durante 5 anos, dos jovens que regressem aos Açores. No seu artigo 14.º, que eu tenho aqui, diz respeito ao incumprimento. Ora, esta medida, que atribui um apoio relativo aos impostos pagos pelos estudantes que regressaram aos Açores para

trabalhar – nessa altura, já não são estudantes, já são trabalhadores – prevê, no artigo sobre o incumprimento, a devolução de apoio. Obviamente que há condições em que essa devolução pode ser aceitável.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*): Claro, temos que ser responsáveis. Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus, isso nem parece seu!

O Orador: Todavia, prevê que um trabalhador que seja despedido ao abrigo de um despedimento coletivo, por extinção de posto de trabalho, por caducidade e encerramento da empresa, por despedimento por iniciativa da entidade sem justa causa, esse trabalhador tenha que devolver metade do apoio. E se não o fizer no prazo de 60 dias, tem juros de mora. Ora, o que esta proposta faz é criar dívidas potenciais a trabalhadores que regressam aos Açores porque, se forem despedidos sem justa causa, por despedimento coletivo, por extinção da empresa ou do posto de trabalho, ficam com uma dívida às costas. Isso desde quando é um apoio? Que apoio é esse? Isso é criar uma dívida a pessoas que estão a começar a sua vida. Eu, se estivesse no lugar de qualquer jovem a regressar aos Açores, nem passaria pela cabeça concorrer a este apoio, porque este apoio é uma armadilha.

Deputado Paulo Gomes (PSD): E já que você diz ninguém faz!

O Orador: É uma armadilha que o Governo monta para os jovens que regressam aos Açores e isso é inadmissível e deve ser denunciado.

Por isso, quando vêm dizer que está tudo feito, não está tudo feito, está tudo mal feito, como é o caso desta portaria ridícula que o Governo aprovou.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Jorge Paiva, faça favor.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação aqui à intervenção do Deputado Russell, só lhe queria esclarecer que, realmente, o gabinete foi aprovado em 2001 e avançará em 2025...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado António Lima (BE): Ah então está quase pronto?

O Orador: ...porque está previsto no plano de investimentos. Vamos cumprir. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só queria aqui realçar uma questão que foi dita pelo Sr. Deputado António Lima, que deixou no ar que este Governo se escondia atrás das responsabilidades da República.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo ainda nem falou.

O Orador: Eu quero frisar que se este Governo se escondesse atrás dos apoios ou das obrigações da República não tinha financiado a Universidade dos Açores com o triplo do valor de 2019 e continuará a financiar em 2025. E mais, Sr. Deputado, as medidas criadas com o + Jovem e outras iniciativas são muito mais robustas, muito mais abrangentes que no tempo em que governou o Governo socialista.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra, de novo, para intervir neste diploma depois do Sr. Deputado António Lima ter feito referência ao facto de os apoios que estão em vigor não abrangeram a totalidade dos estudantes desta Região. É um facto e tem que ser assim. Como diz o nosso povo: «temos que ser uns para os outros» e que quem pode mais há de pagar para quem pode menos. É assim na educação, é assim nas propinas, é assim no apoio às passagens e é assim que tem que ser. Para o Bloco, se calhar, era ao contrário, era dar tudo a todos e sermos todos medianamente pobres. Era o ideal.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: Lá na Albânia... Já que o Sr. Deputado António Lima não gosta que eu fale na Venezuela, eu falo noutros destinos.

Mas sobre este assunto importa também esclarecer a Câmara, que é o veículo para esclarecer os açorianos, que há grande responsabilidade do Governo Regional nas expectativas que foram criadas nos pais e nas crianças que foram estudar porque, vez alguma, foi dito, nesta Câmara, que as propinas seriam progressivas, o apoio às propinas seria progressivo. Nunca foi dito que o apoio à mobilidade não era para todos. Nunca foi dito, por exemplo, que o apoio do Cheque-Livro, àqueles que completaram 18 anos este ano, era só para àqueles que completassem 18 anos depois de junho.

Foi sempre tudo vendido e saiu nas primeiras páginas de jornais e nos telejornais e nos noticiários das rádios, como se fosse tudo para todos, porque dava jeito ao

Governo, naquela altura, parecer que era tudo para todos. Portanto, há aqui uma responsabilidade do Governo Regional dos Açores em falar a verdade quando se aprovam os diplomas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é fácil!

O Orador: Porque têm razão, não pode ser tudo para todos, mas não se pode dizer que é tudo para todos, ou deixar no ar a ideia de que é tudo para todos, e depois na regulamentação, afinal, não é. Porque a Sra. Secretária da Educação, por exemplo, em relação ao Cheque-Livro, disse várias vezes «todas as crianças que completem 18 anos este ano».

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Eu?! Nunca falei sobre isso!

O Orador: E afinal, no fundo não foi. Foi só para aqueles completavam 18 anos depois de 1 de junho deste ano.

E assim sucessivamente. Basta abrir as páginas de jornais de quando estes diplomas foram aprovados para ver estas primeiras páginas, o que é que diziam sobre estes apoios. Mas sim, têm razão, não pode ser tudo para todos, tem que ser progressivo.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Sr. Deputado Nuno Barata, eu nunca falei sobre isso!

Deputado Nuno Barata (IL): Falou sim senhora, eu tenho registos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, para quem vai embora, está muito agitado e muito entusiasmado, Vossa Excelência, ainda. Espero que continue aqui por muitos e bons dias.

Eu quero aqui fazer referências que são as seguintes: em primeiro lugar, é evidente que se pode sempre fazer mais, este é o objetivo deste Governo que tem 4 anos de existência.

Agora, a questão é que, em relação a esta matéria, o Governo da Região Autónoma dos Açores, obviamente, verifica que aquele que tem sido um investimento tão significativo que demos à área da educação – sim, porque nós amamos a educação, porque este sentimento de amar também tem uma consequência, ou teve uma consequência que foi, de facto, disponibilizar meios financeiros como nunca sucedeu na nossa Região ao longo da nossa história.

Eu recordo que nós temos, na área da educação, mais 90 milhões de euros, naquele conjunto de áreas que a Secretaria da Educação, da Cultura e do Desporto tem, comparando com 2019, neste momento, esta Secretaria tem um orçamento que tem mais 90 milhões de euros, mais 90 milhões de euros, nestas áreas. É uma diferença fundamental.

Deputado Carlos Silva (PS): Dava jeito às finanças esse dinheiro!

O Orador: Os açorianos perguntam: e os resultados de todo esse investimento? E os resultados? Bom, os resultados de todo esse investimento são que, pela primeira vez na história dos Açores, os nossos alunos do ensino secundário tiveram uma média superior à média dos alunos do conjunto da média nacional em matemática e na língua portuguesa que, como sabem, são duas áreas fundamentais para a entrada na universidade.

Porque é que isto é importante, nesta matéria?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Importante, importante não é.

O Orador: É que os alunos dos Açores já não dependem do contingente Açores para entrarem nos melhores cursos, já não dependem porque já lá estão, por mérito, porque têm as melhores notas, têm notas superiores à média nacional.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Isto é importante que se destaque, não por propaganda, não por autossatisfação, mas porque são resultados concretos que nos motivam e motivam as famílias dos Açores e motivam as nossas escolas, os nossos professores e, sobretudo os nossos alunos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Porque, neste momento, são melhores que os outros e isso é muito importante e é fundamental.

Também quero dizer, nesta matéria, que podem dizer: «bem, já vamos ver o que é que vai acontecer nos próximos anos, isso pode ter sido um resultado momentâneo.» Nós tivemos, agora, os resultados do TIMSS,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado, convém dizer!

O Orador: ...que é um programa muito valorizado e com imenso prestígio na Europa, na área educativa, e o que é que nós temos? É que, pela primeira vez na história dos Açores, os nossos alunos do 8º ano, em matemática e em ciências, superaram a média nacional.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Nós, nos Açores, no tempo da governação do Partido Socialista, nestes parâmetros, nos exames nacionais, nos exames internacionais estávamos sempre no último lugar. Agora temos uma média superior. Valeu a pena este

investimento enorme na área da educação. Estamos a ter resultados? É claro que estamos, a partir do momento em que os nossos alunos têm uma média superior, quer no âmbito do ensino secundário, quer já no 8º ano.

Portanto, isto mede o sucesso das políticas. Chega? Não chega, é preciso fazer mais e é o que nós estamos a fazer.

Vejam, em relação aos programas que temos vindo a implementar, o pacote + Jovem, o que inclui o “Regressa a Casa”, que custa quase 1 milhão de euros. É um grande investimento, disseram aqui: «bom, mas isto é na área do ensino superior, é uma competência do Governo da República, está constitucionalmente consagrada.» Sim, é evidente que, nesta matéria, o que nós estamos a fazer é um conjunto de medidas que estão direcionadas para esta matéria, como por exemplo o enorme apoio à Universidade dos Açores. Outros governos do Partido Socialista diziam: «não, não, isso é uma competência do Governo da República» e davam-lhe o apoio médio de 300 mil euros. Nós o que estamos a dar é um apoio de 950 mil euros, numa área que não é da nossa competência, mas estamos a fazer esse esforço. Podem perguntar-me, e o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda dizia: «porque não pagar tudo o que são competências nacionais?»

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Porque não há dinheiro para isso e porque nós não podemos nunca, em nenhuma circunstância, é fazer o que os outros têm obrigação constitucional de fazer. Porque depois o dinheiro também não chega para outras áreas, para a agricultura, para as pescas, para a saúde.

É evidente que nós temos que fazer a nossa parte, aquelas que são as nossas competências e a nível nacional, com os nossos poucos recursos, o que estamos a fazer é um grande, grande, grande esforço, também, em áreas que são da competência do Governo da República. Mas não podemos substituir-nos ao

Governo da República, nem é desejável que, alguma vez, a Região, com os mesmos meios financeiros, faça o que têm a fazer ponto de vista constitucional naquela que é a sua competência, que faça também o que ao Governo da República lhe cabe. Isso não é possível e, portanto, é absolutamente incompreensível que se possa fazer um discurso a esse nível.

Mas que está a ser feito um grande esforço, está! O pacote + Jovem; em relação também ao QUALIFICA.Superior ou em relação ao Prémio de Mérito, que agora já é de 750 euros por cada aluno que ingressa no ensino superior; às passagens que são atribuídas anualmente de 89 euros, que, por duas vezes, ao longo do ano letivo, e também na República, contempla já uma deslocação, ou seja, os alunos dos Açores terão três deslocações aos Açores totalmente pagas.

Deputado Nuno Barata (IL): Lá está outra vez, são alguns alunos.

O Orador: E por isso, é evidente que está a ser feito um esforço muito significativo, nestas matérias, e que se este esforço está a ser feito, também podemos dizer com resultados em tão curto espaço de tempo, são extraordinários.

Se Vossas Excelências me perguntassem, Sra. Deputada Andreia Cardoso, se me perguntasse, por exemplo: «acha que, numa legislatura, em 4 anos, no período numa legislatura, Vossas Excelências conseguem superar a média nacional, no âmbito de exames internacionais como o TIMSS, e conseguem superar a média nacional no âmbito do ensino secundário em disciplinas tão fundamentais como português e matemática?»

Deputada Andreia Cardoso (PS): A minha pergunta teria sido outra.

O Orador: Sra. Deputada, eu ter-lhe dito: «não me peça quase o impossível, não me peça que Vossa Excelência não conseguiu fazer em 24 anos», mas a verdade é que, ao fim de 4 anos, alcançámos estes resultados.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor ia dando resposta a isso!

O Orador: Nesse sentido, isto está a valorizar aquelas que são as nossas políticas.

Eu tenho duas ou três perguntas para fazer ao Sr. Deputado, que é o autor da proposta, ao Bloco de Esquerda. Diga-me uma coisa, de acordo com o n.º 4 do artigo 3.º, as universidades privadas estão excluídas deste programa? Sim ou não?

Deputado António Lima (BE): Estão, o Senhor sabe que estão.

O Orador: É porque nalguns dos artigos estão, noutros não estão. Por isso era bom que Vossa Excelência pudesse, aqui, fazer uma referência.

Diga-me uma coisa, preços controlados, quero que Vossa Excelência me explique como é que, em relação à habitação, Vossa Excelência institui preços controlados em todo o território nacional. Quero que Vossa Excelência me explique.

E depois quero que Vossa Excelência me explique como é que pode legislar sobre competências que são das autarquias, são competências próprias das autarquias. Como é que Vossa Excelência me explica este conceito, o conceito de preços controlados? Como é que Vossa Excelência executa este conceito de preços controlados?

Tenho essas questões para lhe colocar que, para o Governo, é importante esclarecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era só para relembrar que esta proposta visa apoiar os estudantes deslocados e, neste sentido, o Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração ao artigo 6.º da proposta do Bloco de Esquerda, com uma medida que já foi apresentada

anteriormente por nós, no orçamento, e chumbada pelos partidos da Coligação, mas sendo este um compromisso que nós temos com os jovens estudantes deslocados, voltamos a colocar, aqui, uma alteração à proposta do Bloco de Esquerda, para que a comparticipação financeira ao alojamento estudantil possa ter efeito e possa, acima de tudo, ser aprovada por todos, para que nós possamos efetivamente apoiar os jovens estudantes deslocados em todas as universidades do país.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É um debate muito interessante, nós debatermos se este tipo de apoio deve ser para todos os alunos, independentemente do rendimento ou não. Esta questão que a Iniciativa Liberal levanta é fundamental para decidirmos que visão é que nós temos sobre os serviços públicos e sob a forma como o Estado deve apoiar as famílias e, neste caso, os estudantes.

Na nossa opinião, no que diz respeito a serviços públicos essenciais – saúde, educação, por exemplo – a diferenciação não se faz no apoio ou no serviço que é disponibilizado. Não é excluir uns porque ganham mais e conceder o apoio, neste caso, a quem recebe menos. É atribuir apoio a todos, a todos, sem olhar ao rendimento, apoio público, sem olhar ao rendimento, em universidades públicas, respondendo ao Sr. Secretário – já que a Sra. Secretária da tutela nada diz sobre o assunto.

A diferenciação, Sr. Deputado Nuno Barata, deve fazer-se é nos impostos: quem ganha menos, paga menos; quem ganha mais, paga mais.

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isto é demais! Como é que isto já chegou aos impostos?!

O Orador: É aí que a diferenciação deve existir, como existe.

Por isso é que essa proposta não é como aquelas que o Governo aprovou, por portaria ou resolução, que não passam neste Parlamento, que o Parlamento não tem oportunidade de dizer nada sobre elas, que não passam pelo escrutínio deste Parlamento, ao contrário desta, que passa pelo escrutínio do Parlamento. O Governo foge ao debate, o Governo não quer que as suas propostas sejam sujeitas ao escrutínio que esta está a ter, como outras que os partidos trazem.

Esta proposta defende que todos os alunos do ensino superior público tenham acesso a este apoio ao pagamento de propinas, apoio ao alojamento, apoio a transportes: três viagens...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Vai ser tudo de graça para toda a gente, claro!

O Orador: ... e – naturalmente, existindo em várias zonas do país, acesso a passos gratuitos até aos 23 anos, aí não se aplica, mas há quem tenha 24, 25 e 26 e que tenha que pagar custos, por vezes, que não são comportáveis – para também transportes, são custos bastante acrescidos, por mês, onde há transportes públicos.

Sr. Secretário Regional, é curioso, não sabia que o que o ensino estava com os assuntos parlamentares, mas eu estou sempre disposto a aprender.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor agora também quer mandar no Governo?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Logo o senhor que fala sobre tudo e todos!

O Orador: Pergunta-me, como é que se atribuem apoios a preços controlados? Oh Sr. Secretário, essa pergunta não é para si. Há dois números nesse artigo, um deles é um apoio, uma comparticipação financeira ao estudante para pagar o alojamento, é o primeiro ponto. Ao mesmo tempo, nós não abdicamos do princípio, do objetivo, de que a criação de soluções de alojamento público deva acontecer. Qual é o problema de o Governo articular com autarquias nos Açores, ou até no continente – de forma voluntária, como é óbvio – a criação de soluções de alojamento? E, como é óbvio, esses preços não podem ser preços de mercado porque é alojamento público. Ou o senhor vai ter lucro com o alojamento? Tem que ser controlado.

(Aparte impercetível do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

O Orador: Não. Sr. Secretário, se o Governo articula, com uma autarquia, a disponibilização de alojamento para um estudante, o senhor não vai colocar o alojamento a preço de mercado, ou vai? Vai ganhar dinheiro com o alojamento público ou não vai?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Disso percebe o Robles!

O Orador: Essa é que é a questão, como é óbvio, o preço é controlado.

Disse o Sr. Secretário que a medida – a tal armadilha – que o Governo criou aos estudantes para regressarem e ficarem com uma dívida às costas e pagarem juros

ao Governo, que é a tal medida de valorização salarial que custará 1 milhão de euros.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*): Isso é falso, Sr. Deputado!

O Orador: Com base nessa informação, e era a informação que também tinha, não posso deixar de dizer uma coisa. Quando o PSD principalmente – e dirijo-me ao PSD, porque é ele que tem essa responsabilidade histórica – vier perguntar, a qualquer partido, quanto é que custa uma determinada medida, vou passar a dizer: «onde é que está a unidade técnica de apoio orçamental para fazer as contas sobre cada medida?» É que esta era uma grande proposta do PSD, quando o PS era governo – foi metida na gaveta quando chegou ao Governo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não, foram reforçados os gabinetes parlamentares.

(*Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo*)

O Orador: Tinha muito interesse em saber quanto é que custavam as coisas, todas, na oposição. Agora, não quer saber. Unidade técnica de apoio orçamental, para apoiar tecnicamente o Parlamento, não há unidade técnica de apoio orçamental e eu estou à espera da proposta do PSD para a criar. Porque eu gostava de a ver. Eu não sei exatamente como é que se faz a proposta, como é que ela é constituída. Eu aguardo, pacientemente, a proposta do PSD.

Mas, tendo em conta aquelas que foram as informações do Sr. Secretário do Ensino Superior do Governo Regional, eu tenho a dizer que, dos dados que nós temos, com as contas que nós temos da parte do Governo Regional, do que está

no Plano, esta medida do Bloco de Esquerda custará, à volta de, mais 4 milhões e meio de euros do que o apoio que já existe.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Coisa pouca!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): É uma pechincha!

O Orador: Mais 4 milhões e meio de euros por ano para apoiar os estudantes do ensino superior. É muito? Eu julgo que não! Olhamos para o Orçamento da Região e olhamos para as despesas que lá há, e para o investimento que lá há, e vemos se esse investimento no futuro dos Açores, no futuro dos jovens dos Açores, não é melhor do que muitas coisas que lá estão. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor.

(*) **Deputado Luís Raposo** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar a minha intervenção por situar o Sr. Deputado António Lima no tempo e no espaço. No tempo, 10 de dezembro de 2024; no espaço, na Assembleia Legislativa Regional.

O que o senhor traz é um exercício que devia ter feito em 2019, em 2020. Este Governo já está a atenuar tudo o que o senhor disse até agora.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Nós já estamos na fase da retenção e atração de jovens para os Açores. E é isso que o senhor não quer concordar ou, pelo menos, finge não querer concordar. Estas medidas que têm vindo a ser tomadas têm, obviamente, sentido de responsabilidade com...

Deputado António Lima (*BE*): As dívidas ou aos jovens?

O Orador: Sr. Deputado, responsabilidade para com a Região Autónoma dos Açores, mas também para com os jovens e com as suas respetivas famílias. E quem o diz são os próprios jovens. Os jovens valorizam as medidas que têm vindo a ser implementadas por este Governo. E gostaria de o esclarecer, Sr. Deputado – uma vez que tem falado muito da medida, da criação da valorização salarial – esta medida, no âmbito do Pacote + Jovem, em relação ao incentivo financeiro atribuído pelo Governo da República, com o objetivo de recompensar o prosseguimento dos estudos superiores e de contribuir para a valorização dos rendimentos de trabalho dos jovens qualificados que trabalham no país, já apoiou cerca de 91 jovens na Região, no período mínimo de 5 anos.

Nós já estamos noutra fase, Sr. Deputado, nós já estamos a apoiar para que eles se fiquem e o senhor tem que concordar com isso, porque são esses factos já apresentados pelo Governo Regional. E depois, ainda vamos mais além, uma vez que estamos perante um rasgo político daquilo que vínhamos assistindo nos últimos anos, até este Governo entrar em atuação para com os açorianos. E dizer-lhe que, nunca descurando os recursos que nós temos, este Governo também já tem, desde 2020, 6600 jovens empregados nos Açores. Estes são dados bons ou não são, Sr. Deputado? Esclareça-me se são ou se não são.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós já estamos noutra fases, ou seja, passa a fase da educação e já estamos a apoiar também na parte da empregabilidade. Sr. Deputado, nós estamos a fazer um caminho disruptivo e diferente do que aquele que o senhor, obviamente, apoia. Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda não estava ligado o microfone, mas ainda não tinha chegado à matéria de facto.

Sr. Deputado António Lima, era só o que faltava...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... que os secretários de assuntos parlamentares que me antecederam, falavam de tudo e mais alguma coisa – como, por exemplo, o Sr. Deputado Berto Messias, que aqui vinha com um conhecimento enciclopédico, ou seja, pretensamente enciclopédico – o pudesse fazer, e outros deputados de assuntos parlamentares, e que agora o Secretário dos Assuntos Parlamentares, quando fala de matemática, que abrange transportes, educação, solidariedade social... quer dizer, era só o que faltava...

Mas, Sr. Deputado António Lima, eu desconfio porque é que Vossa Excelência quer silenciar o Secretário dos Assuntos Parlamentares.

Deputado António Lima (BE): Eu?! Longe de mim!

O Orador: Quando se quer silenciar alguém é sempre uma boa notícia para aquele que se pretende silenciar. Muito bem, a questão, Sr. Deputado, é a seguinte: Vossa Excelência, na sua proposta, coloca um conjunto de apoios em que a Região se substitui a toda a gente. Há uma instituição que dá apoios e subsídios, o Governo Regional paga. Há a DGE que paga propinas, que paga uma bolsa. Não, deixa de pagar porque o Governo Regional paga.

Deputado António Lima (BE): Não paga!

O Orador: Não? Vamos colocar a hipótese que a sua proposta é aprovada: o que é que acha que vão fazer todos os outros? Por exemplo, a nível nacional, as universidades; se os apoios estão a ser atribuídos pelo Governo dos Açores, obviamente que se desresponsabilizam. «Não, o Governo dos Açores paga, nós não precisamos de pagar nada!» Portanto, o que iria acontecer é que o Governo Regional iria pagar um grande conjunto de responsabilidades que, neste momento, são assumidos por entidades nacionais, entidades com autonomia, entidades privadas e não é necessário porque a Região Autónoma dos Açores vive numa abundância tremenda, nós somos uma Região riquíssima, uma espécie de Dubai...

Deputado João Vasco Costa (PS): Basta ver os técnicos especialistas que os senhores têm!

O Orador: ... e, por isso, podemos pagar aquilo que não são responsabilidades da Região Autónoma dos Açores. Podemos pagar todas as outras responsabilidades que são responsabilidades de entidades nacionais e associativas de diferente natureza. Não faz sentido, Sr. Deputado, não faz nenhum sentido e não é nada que se possa fazer. Obviamente, esses recursos, que iríamos direcionar para pagar o que os outros já pagam, teriam que ser retirados da nossa agricultura, das pescas, de outras áreas

Deputado António Lima (BE): O governo já faz isso!

O Orador: Portanto, obviamente isso não faz sentido. E o que lhe quero dizer, Sr. Deputado, e também aos grupos parlamentares que já aqui fizeram referências, é preciso ver, por exemplo, em relação ao número total de bolsas atribuídas: estávamos a falar, em 2020, 150 bolsas e, neste momento, já estamos a pagar 450 bolsas.

Deputado António Lima (BE): É quase 3 mil alunos.

O Orador: Isto significa um esforço muito significativo e um aumento tremendo por parte dos apoios que estão a ser concedidos por parte do Governo Regional. A mesma coisa se diga em relação ao programa do pagamento a propinas, em que partimos de valores de cerca de 500 euros, em 2021, e já estamos com 1104 euros, em 2023/2024. E agora prevê-se uma nova subida entre 2024 e 2025.

Deputado António Lima (BE): Se está a subir as responsabilidades são outras!

O Orador: Portanto, o que significa um aumento muito, muito significativo. Sr. Deputado, isto tem a ver alguma coisa com os valores que o Partido Socialista, os governos anteriores...

Deputado António Lima (BE): Isso não me diz nada!

O Orador: ... os governos do Partido Socialista assumiam? Não têm nada a ver. São valores muitíssimo superiores, que mostram uma fortíssima aposta deste Governo no âmbito do ensino superior. Apesar de ser responsabilidade do Governo da República, nós consideramos que esta é uma área estratégica...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: e estamos a fazer aquilo que o Governo do Partido Socialista não conseguiu fazer em 24 anos. Em 24 anos, ficou longe, muito longe destes números que eu estou a apresentar.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Podemos avançar para a votação? Vamos, então, iniciar a votação deste diploma.

Vamos votar, na generalidade, o projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII – “Programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e, a favor, 22 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente o projeto de Decreto Legislativo Regional, que criava um conjunto de apoios ao ensino superior e que tinha o objetivo de tornar, efetivamente, acessível, gratuito para todos os alunos que ingressam no ensino superior, dos Açores, essa frequência. Esta era uma proposta que tinha um objetivo de, efetivamente, mudar um paradigma relativamente ao acesso ao ensino superior nos Açores. Tornarmos a primeira região do país em

que o ensino superior não tinha barreiras financeiras, de relevo, onde as propinas fossem inteiramente asseguradas pelo Governo Regional, com apoio às viagens e transportes, e apoio ao alojamento. Desta forma, de forma universal, sem restrições do ponto de vista do rendimento das famílias, garantia-se que ninguém era excluído e dispensava-se um conjunto de procedimentos, que vigoram em muitos apoios que existem, que, por um lado, deixam muita gente de fora, não são universais e, ainda por cima, têm aspetos que podem levar à criação de dívidas relativamente a esses alunos, quando regressem aos Açores. Ou seja, os alunos precisam, agora, do apoio para estarem no ensino superior, não precisam de um prospetivo apoio no futuro, que lhes pode ser uma armadilha, em que ficam com uma dívida, com juros para pagar, se forem despedidos.

O apoio que é devido aos estudantes do ensino superior nos Açores é a mudança que é necessário fazer para que nós não tenhamos uma taxa de escolarização do ensino superior, que é de 11,5 % e que compara com os 40 % a nível nacional. Por isso, era, efetivamente, essencial que esta proposta fosse aprovada. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Raposo, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para manifestar que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta iniciativa do Bloco, porque nós já nos encontramos numa fase posterior e nós já estamos a mudar o paradigma. E prova disso mesmo são o pagamento das propinas, das bolsas de estudo e o pagamento de duas passagens aéreas, o aumento do prémio de ingresso no ensino superior, o QUALIFICA. Superior e também a medida de valorização salarial, que já têm dados concretos com a sua implementação. Fico, desde já, por aqui. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) Deputado Russell Sousa (PS): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista manteve a sua coerência desde o Plano e Orçamento, tendo este assunto uma importância estratégica para os jovens. Um dos maiores problemas que os jovens estudantes deslocados enfrentam é a falta de habitação e a falta de apoios para esta habitação e, acima de tudo, esta temática. Por isso, apresentámos uma proposta de alteração.

Apoiamos a proposta do Bloco de Esquerda porque esta necessidade de apoiar os nossos estudantes, que são deslocados na maior parte, – somos 5000 estudantes deslocados – precisam de apoios, principalmente na habitação, que é o maior custo no orçamento familiar, para um estudante deslocado. Por isso, apresentámos a nossa proposta de alteração e votámos a favor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar, na nossa agenda, para o ponto 2, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores”. É uma iniciativa

apresentada pelo PAN. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação do diploma.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O princípio da cooperação é concebido como um dos pilares da proteção civil, que deve constituir uma realidade na composição dos órgãos que regem esta instituição e evoca a importância de possuir uma rede articulada e organizada, que atue como elixir mágico no combate aos atuais desafios, sobretudo inerentes ao cavalgar da crise climática.

A construção de um sistema robusto e eficaz, capaz de responder de forma ágil e coordenada às necessidades da população açoriana, requer a consulta e auscultação da pluralidade de vozes que operam na nossa Região, onde se incluem, ou deveriam incluir-se, a Associação Nacional de Bombeiros.

A eficaz salvaguarda da vida humana, animal e património, bem como a resposta a incêndios ou catástrofes naturais não é possível sem que a voz destes profissionais seja escutada e que a sua representatividade esteja garantida nas instâncias de decisão. A legislação vigente é clara ao definir as responsabilidades do Governo Regional na implementação de políticas e ações de proteção civil que garantam uma resposta eficaz e organizada a situações de emergência.

No entanto, a prática tem traído a teoria, ao arredar a participação destas instituições em assentar no Conselho Regional de Bombeiros que, enquanto órgão de consulta, auxílio e auscultação, tem o dever de as fazer representar nas instâncias que definem as diretrizes e a estrutura do nosso sistema de proteção civil, enquanto mais-valias de experiência e conhecimento, promovendo uma maior cooperação e articulação entre todos os intervenientes.

Ignorar a sua participação enfraquece a representatividade deste Conselho e reitera a contínua desvalorização e desconsideração dos pareceres destes profissionais, comprometendo a qualidade das respostas em momentos críticos – situação incompreensível, sobretudo, quando, em Portugal Continental, estão devidamente representados em órgão homólogo.

Tais motivos levaram a que, no passado mês de junho, o PAN/Açores entregasse, pela terceira vez, à Assembleia Regional a presente iniciativa legislativa que visa redefinir a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, face à necessidade de ampliar a representatividade dos bombeiros na estrutura que os rege, bem como modernizar, aprimorar e otimizar a rede de proteção civil regional, assegurando que esta esteja à altura dos desafios contemporâneos. Esta é uma promessa eleitoral que honramos e pela qual batalhamos desde 2022, aquando da primeira entrega nesta Câmara, que mereceu o chumbo da maioria dos partidos.

Mas com determinação e compromisso, voltamos à carga porque dar espaço aos bombeiros para que participem nos assuntos que lhes dizem respeito é valorizá-los. Integrar vozes representativas não se resume apenas a uma questão de corrigir uma lacuna manifestada, mas de reforçar a confiança da população açoriana na rede de resposta a emergências, garantindo um Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros fortalecido e mais capaz de responder aos desafios que a Região enfrenta, elevando os padrões de segurança na nossa Região e honrando o compromisso de proteger as nossas gentes. Obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, pela apresentação da iniciativa.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada. Sr. Presidente da Assembleia Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA entende, já tornou pública, algumas vezes, a sua posição de que é a favor da integração da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) no Conselho Regional de Bombeiros.

Aliás, este mesmo tema já foi trazido, também pelo CHEGA, a esta Assembleia, com uma proposta de igual teor à que estamos, agora, aqui a apreciar.

De facto, consideramos que a presença desta associação no Conselho Regional de Bombeiros pode ser uma mais-valia e pode até tornar aquele órgão consultivo mais abrangente. Não consegui compreender as reservas de quem se manifesta contra esta proposta. Leva-nos a pensar se existirão outros motivos para os pareceres negativos apresentados, que não aqueles que são claros. Se querem esconder alguma coisa, se querem transparência? Se não têm nada a esconder, qual é o problema de terem mais uma associação que só irá para contribuir para melhorar aquele serviço?

A nosso ver, a presença desta associação naquele órgão que, refiro, é consultivo, pode contribuir para acrescentar mais valor nas competências deste Conselho Regional dos Bombeiros.

Não entendemos esta resistência – até chamava uma teimosia – desta não aceitação desta pretensão, tendo em conta que a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais já tem assento na Comissão Nacional de Proteção Civil, no Conselho Nacional de Bombeiros e em 18 comissões distritais da Proteção Civil Nacional. No entanto, nos Açores não faz parte de qualquer grupo de trabalho criado pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. A nosso ver, não faz sentido.

Parece-nos que um representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais nesse Conselho poderia ajudar, no sentido de ser mais um contributo num órgão consultivo regional, podendo, até mesmo, ser um parceiro importante no desenvolvimento das estratégias na área dos bombeiros. Assim, garantia-se uma maior pluralidade naquele órgão consultivo do Governo Regional e não se excluía uma associação apenas só porque sim. Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez que este assunto é, aqui, debatido e nós temos tido sempre uma posição clara sobre ele. Não compreendemos que haja, como tem acontecido na análise em comissão, nas diversas audições que o Parlamento tem feito sobre esta matéria, não compreendemos que haja reservas quanto à integração da Associação Nacional de Bombeiros no Conselho Regional de Bombeiros.

Ora, o Conselho Regional de Bombeiros é um órgão de auscultação e de consulta do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros. Sendo um

órgão de consulta, não tem nenhuma competência. É por isso, um órgão consultivo, não delibera, de forma vinculativa, não tem essa competência. Mesmo que tivesse, essa seria outra discussão.

Por outro lado, a Associação Nacional de Bombeiros – tendo em conta que alguns dos receios que são expressos, têm a ver com o possível caráter sindical de preocupações que possam ser levadas a um órgão eminentemente técnico – a Associação Nacional de Bombeiros tem, nos seus estatutos, o objetivo de, por exemplo, formular propostas sobre o funcionamento dos serviços, naturalmente sobre os serviços de proteção civil, como é óbvio. E a Associação Nacional de Bombeiros não é um sindicato, é uma associação socioprofissional que já se encontra representada em diversos órgãos de caráter homólogo àquele que estamos a falar, no caso, o Conselho Regional de Bombeiros.

Por isso, nós não vemos nenhum impedimento a que a Associação Nacional de Bombeiros seja integrada neste Conselho. Certamente que terá contributos a dar para a proteção civil nos Açores, para o funcionamento do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros e não devem os órgãos da Administração Regional ter qualquer receio da opinião, dos contributos, da divergência – se assim o for – de visões diferentes e de problemas novos que possam ser colocados. E não só o Serviço Regional de Proteção Civil não deve ter esse receio, como não devem ter esse receio as associações de bombeiros, que muito valorizamos e prezamos. Mas também se deve valorizar, prezar e ter em conta a opinião dos profissionais dos bombeiros. Não é só palmas e louvores, é ouvi-los e integrá-los nos órgãos onde eles podem estar integrados. Neste caso, sentir-se-ão, certamente, mais representados se a Associação Nacional de Bombeiros tiver representação no Conselho Regional de Bombeiros e por isso, nós, mais uma vez, acompanharemos a proposta e votaremos favoravelmente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP não pode acompanhar este diploma apresentado pelo PAN, que visa alterar a orgânica do Conselho Regional de Bombeiros. Desde logo, porque é essencial ouvir o que as associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores dizem – as que estão presentes na Região – o que nos dizem e já disseram e já expressaram, publicamente, que estão contra esta proposta. Ignorar a pronúncia das mesmas seria uma desconsideração inaceitável para com quem, diariamente, serve abnegadamente a nossa Região.

A proposta agora apresentada é, no nosso entendimento, uma ingerência direta no funcionamento do fórum do Conselho Regional de Bombeiros, um órgão cuja constituição deve ter em conta o bom funcionamento do mesmo e não uma ingerência partidária com interesses eleitoralistas.

Deputado António Lima (BE): Eleitoralistas?

(Protestos dos Deputados das bancadas do BE e PAN)

O Orador: Ora, a proposta compromete o respeito pela vontade e pelo funcionamento independente das estruturas envolvidas na proteção civil. Não faz qualquer sentido incluir estruturas representativas de bombeiros profissionais ou sindicatos, neste órgão, uma vez que, na Região Autónoma dos Açores, não existem bombeiros profissionais.

Além do mais, este é um órgão consultivo e de auscultação, em questões, maioritariamente operacionais e, por esse motivo, as alterações propostas não fazem qualquer sentido.

Esta inclusão revela uma total desconexão com a realidade e transforma o PAN numa espécie de delegado da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, que está apostado em atear fogo ao Conselho Regional de Bombeiros, criando instabilidade, atijando discórdia, num órgão cuja característica é ser meramente consultivo, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é perverso e é perverso porque, tendo os Açores apenas bombeiros voluntários, Vossa Excelência quer trazer para a Região a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. Vá se lá saber com que intuito, Sr. Deputado. É para colocar os bombeiros profissionais do continente a fiscalizar a atividade dos bombeiros voluntários dos Açores? Quer subjugar os valorosos bombeiros dos Açores aos profissionais do continente, Sr. Deputado?

Não concordamos com a sua proposta. O CDS-PP pretende é que as nossas instituições sejam unidas e coesas, para que possam continuar a sua ação, empenhadas e com motivação na defesa das nossas populações.

Muito tem feito o nosso Governo de Coligação para melhorar a ação dos nossos bombeiros. Desde logo, e a título meramente de exemplo, a renovação da frota vermelha, que esteve, anos, anos e anos, abandonada e a apodrecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É a garantia de melhores condições laborais para os bombeiros e esse caminho é o que queremos conseguir e queremos continuar a perseguir: unir e motivar, não o de intrometer e dividir, que é o que parece que a esquerda está apostada em fazer.

Por isso, nós não podemos acompanhar esta proposta. Consideramos que qualquer alteração ao funcionamento do Conselho Regional de Bombeiros deve ser feita, acima de tudo, em articulação com as associações humanitárias e os restantes intervenientes regionais, respeitando sobretudo a especificidade do modelo existente nos Açores. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço para fazer esta interpelação apenas para informar a Mesa e esta Câmara que a Comissão Regional de Bombeiros é um órgão consultivo e não é deliberativo, logo, retira-se completamente todos os argumentos do CDS-PP durante a sua intervenção. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por agradecer o Sr. Deputado Pedro Neves por esta informação que trouxe à Câmara, porque eu, movido pelas palavras do Sr. Deputado Pedro Pinto, fui abrir o *site* do Governo para tentar perceber se tinha sido feita alguma alteração no Conselho Regional de Bombeiros, mas, afinal, não. O que lá está escrito é, precisamente, que este é um órgão de auscultação e consulta que reúne ordinariamente uma vez por ano...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Uma vez por ano?

O Orador: ... composto pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros – e o resto da cantilena. Pronto, é um órgão consultivo e é um órgão consultivo que deve ter lá presente a Associação Nacional dos Bombeiros Portugueses. E mais, cria uma certa confusão, aqui no meu disco rígido, estas reações, algumas vezes até agressivas, por parte das associações, por parte dos comandos e por parte de quem tutela este órgão de não querer ter lá aos bombeiros. E esta é uma razão para eu querer que estejam lá os bombeiros. É precisamente por causa dessas reações efusivas à desnecessidade de lá estarem os bombeiros representados que eu vou votar favoravelmente a proposta do Sr. Deputado Pedro Neves. Porque eu acho que é importante nós percebermos, a partir deles lá estarem, porque é que ninguém queria que eles lá estivessem.

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso!

O Orador: Mas há aqui uma questão que me parece, também, importante realçar, e que decorre, também, da intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto e que tem a ver com o facto, quase xenófobo, do Sr. Deputado Pedro Pinto...

(Protestos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

O Orador: ... achar que aqui os portugueses não podem estar no Conselho Regional de Bombeiros. Mas eu queria lembrar a Câmara –se o Sr. Deputado Joaquim Machado esteve atento e eu agradeço os seus apertes – eu disse os portugueses, mas, por enquanto, ainda vivemos num Estado único.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Pois, mas era preciso que nós vivêssemos separadamente.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Agora eu pergunto, em outros casos que, nesta Casa, têm sido relevantes para tomadas de decisão, por exemplo, a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Veterinários, a Ordem dos Médicos Dentistas, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: ... a Ordem dos Advogados, são tudo associações nacionais que têm delegações nos Açores e que estão representadas em inúmeros órgãos nos Açores e que nós, Deputados Regionais, temos ouvido, reiteradamente, inúmeras vezes, em sede de comissões para tomarmos decisões. Portanto, eu não percebo qual é o incómodo de ter um representante da Associação Nacional de Bombeiros no Conselho Regional dos Bombeiros.

(Aparte impercetível do Deputado Pedro Pinto)

O Orador: A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, porque não há outra, Sr. Deputado Pedro Pinto.

Portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, a Iniciativa Liberal vai acompanhar essa iniciativa do PAN, precisamente, por estas razões que acabei de enumerar: porque entendo que é importante ter lá os bombeiros e porque toda esta reação das associações, dos comandos, do Governo Regional, dos partidos da Coligação,

para irem contra esta representação no Conselho Regional de Bombeiros é, para mim, razão mais do que suficiente para eu votar a favor desta iniciativa e ter lá presentes a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é o pior argumento possível.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é, não senhor. E vamos ver se é. Ainda bem que o CHEGA não vai nesta com vocês!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a temática que, hoje, estamos a analisar, cumpre-me dizer que, esta matéria, merece a devida atenção e dedicação para ser mais bem entendida e debatida, por todos, nesta sessão. E para tal é necessário compreender o que, aqui, está em causa e o que é o Conselho Regional de Bombeiros e relembrar o artigo do 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/99 de 19 de março, que define este Conselho como órgão de auscultação e de consulta do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e as suas competências, nomeadamente, – parecendo que vou ser exaustivo, mas nunca é demais para fazer a compreensão dentro desta Casa e também àqueles que nos ouvem – a emissão de pareceres sobre programas de apoio aos corpos de bombeiros, ao Serviço Regional de Proteção Civil e às associações humanitárias; a emissão de parecer sobre os critérios a que deve obedecer a formação e a preparação técnica do pessoal dos corpos de bombeiros; a emissão de pareceres sobre as normas gerais a que deve obedecer a regulamentação interna dos corpos de bombeiros da Região e respetivos quadros pessoal; a emissão de pareceres sobre as normas gerais a que deve obedecer a regulamentação relativa ao equipamento, fardamento e material dos corpos de bombeiros, visando a normalização técnica da respetiva atividade;

a emissão de pareceres sobre a delimitação geográfica da ação restrita dos corpos de bombeiros; a emissão de pareceres sobre as propostas de criação de novos corpos de bombeiros ou secções destacadas; e ainda a emissão de pareceres a iniciativas legislativas que abordem matérias relativas à atividade, designadamente da carreira e, ainda, a outros assuntos relacionados com a atividade de bombeiros enquanto solicitado pelo Presidente do Conselho Regional de Bombeiros. Ainda possui competências para a elaboração de propostas de apoios a prestar às associações humanitárias e aos corpos de bombeiros. Pelo que atrás referi, não se encontra nada em que se possa enquadrar, no âmbito de um conselho consultivo, que sendo plural e querendo-se plural, não possa emitir a sua opinião e dar os seus pareceres quando solicitado para tal, com total transparência e abertura de diálogo.

Ademais, recordando a composição que hoje existe do atual Conselho Regional de Bombeiros – e sublinho que o nome é Conselho Regional de Bombeiros – cuja composição é a seguinte: Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e o seu Vice-Presidente, o inspetor de bombeiros, um representante das federações de bombeiros dos Açores, um representante de cada associação humanitária de bombeiros, por norma o seu Presidente ou um representante desta mesma direção, e os comandantes regionais dos corpos de bombeiros da Região. Ou seja, se é verdade que o Conselho se chama, volto a repetir, Conselho Regional de Bombeiros, poderá haver situações em que os elementos que o compõem nem todos sejam bombeiros, pois para ser presidente da associação, não precisa ser bombeiro e para ser comandante, também, não é regra determinante ser bombeiro. Pelo que, a ser assim, merece, pelo menos, a nossa atenção ao facto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mas vamos atentar naquelas que foram, também, as audições em sede de comissão onde a proposta foi analisada. Temos, por um lado, a Federação de

Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, que representa todos os presidentes das associações de bombeiros dos Açores que, meritoriamente, merecem todo o nosso respeito pela dedicação e pelo seu tempo pessoal que oferecem em prol das associações e das populações que estas servem e atendem. De acordo com a Federação, este Conselho tem uma função muito específica e é um órgão de apoio estratégico e operacional do Presidente da Proteção Civil e entendem, também, que a entrada de mais um elemento no Conselho Regional de Bombeiros trará entropias ao normal funcionamento.

Na audição do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, que se fez acompanhar pelo Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, este referiu que o Conselho é um órgão de auscultação e de consulta deste mesmo Presidente, na área dos bombeiros, para domínios relevantes de órgão operacional, e apenas em questões estritamente operacionais, não devendo, em momento algum, ser utilizado como um espaço de debate para questões de natureza laboral.

Das audições que relatei anteriormente, os factos aduzidos transmitem-nos algumas dúvidas e receios quanto à entrada de um novo elemento no Conselho Regional de Bombeiros, é verdade. As audições refletem algumas questões de ordem jurídica, mas, em momento algum, traduzem, em essência, uma real e uma forte razão para deduzirmos, também, que a introdução de um novo elemento ou concelho possa causar dano significativo que não possa conduzir ao normal funcionamento do mesmo.

Ora, se, por um lado, temos quem diz que causa entropias, por outro lado, e continuando a analisar as audições, recordo que a delegação regional do Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais referiu que a integração da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais reflete uma preocupação importante em fortalecer e melhorar a atuação dos corpos de bombeiros dos Açores. Realçaram

que a Associação Nacional de Bombeiros, ao reunir e debater as problemáticas dos bombeiros, com a experiência direta no campo, pode trazer um conhecimento valioso, que beneficiará, não apenas os bombeiros, mas também toda a estrutura da proteção civil. Destacou e realçou que a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais desenvolve o seu trabalho abordando as necessidades dos bombeiros e do ponto de vista deontológico, operacional, formativo e técnico e deu exemplos, desse trabalho da associação, em todos os órgãos e comissões de proteção civil nacionais e distritais, comissões técnicas e no Conselho Geral da Escola Nacional de Bombeiros. Dado este envolvimento abrangente e reconhecido em várias esferas decisórias e técnicas, dizem ser difícil compreender a razão pela qual a Associação ainda não foi integrada no Conselho Regional de Bombeiros dos Açores. Finalizou, fazendo a distinção entre o que é o Sindicato dos Bombeiros Profissionais e a Associação, frisando que o objeto das suas atuações é diferente e que, no caso em apreço, não se tratava de questões laborais, não tem que haver integração do sindicato, mas sim da associação, reconhecendo que os assuntos tratados pelo Conselho Regional de Bombeiros são da alçada da associação e não do sindicato.

Para finalizar, termino com a audição da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais – no fundo, aquela que é a entidade em causa para integrar o Conselho Regional de Bombeiros – e que defende que tem toda a justificação e a necessidade de estarem presentes no Conselho Regional porque representam os bombeiros, que são eles que estão na primeira linha de todas as situações de emergência e de socorro, na Região, e que acham que devem estar presentes, de forma a poderem transmitir aquilo que são as suas opiniões e os seus entendimentos sobre diversas matérias. Sinalizaram, ainda, que a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais já se encontra representada a nível nacional, quer no Conselho Nacional de Proteção Civil, no Conselho Nacional de Bombeiros, na Comissão Nacional de Proteção Civil, nas 18 comissões distritais

de proteção civil, no Conselho-Geral da Escola Nacional de Bombeiros e que, recentemente, em 2024, foram criadas também as comissões regionais de formação, que estão junto dos comandos sub-regionais de proteção civil, que acompanham o processo formativo, toda a formação que é administrada e fazem, também, parte das funções regionais de proteção civil.

Resumindo, a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais está representada a nível nacional, em tudo o que são órgãos consultivos, órgãos de decisão, em matéria sobre os bombeiros e tudo o que são questões técnico-operacionais relativamente aos bombeiros, e entendem que, na Região Autónoma dos Açores, também deviam fazer parte do Conselho Regional de Bombeiros, órgão consultivo, que é, neste momento, onde todas as matérias sobre bombeiros são discutidas.

Posto isto, e numa primeira análise, é esta a visão que o Grupo Parlamentar tem daqueles que foram os entendimentos e as perspetivas analisadas em comissão.

Iremos debater durante os próximos tempos e havemos de decidir em conformidade. Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor deputado sabe muito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Margato, tem a palavra.

Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta apresentada pelo PAN com vista à alteração da composição do Conselho Regional de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores é um tema que, pela sua relevância, exige de todos nós uma reflexão séria e ponderada.

Esta iniciativa, embora possa partir de uma intenção legítima de inclusão, merece a nossa análise cuidada, por levantar questões cruciais para a eficiência e coesão do sistema de proteção e socorro na nossa Região.

Desde logo, é necessário sublinhar que a proposta em questão não tem sido bem acolhida pelos Presidentes das Associações Humanitárias de Bombeiros e pela Federação Regional de Bombeiros.

A preocupação não reside no facto desta medida abrir espaço para que qualquer associação, independentemente do seu propósito específico ou mérito, reivindique a sua inclusão neste Conselho. Tal representa uma alteração que pode ameaçar a estrutura organizacional e o foco operacional que são os pilares deste órgão.

A questão torna-se ainda mais delicada ao considerarmos a inclusão de membros da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, composta predominantemente por bombeiros que são, em regra, subordinados dos Comandantes dos Corpos de Bombeiros. Esta configuração coloca os Comandantes em posição de vulnerabilidade, ao sujeitá-los a debates em pé de igualdade com os seus inferiores hierárquicos. Tal cenário compromete a sua autoridade e enfraquece o princípio da Unidade de Comando, fundamental para o bom funcionamento das corporações.

É essencial registar que o Conselho Regional de Bombeiros não deve ser um espaço para o debate de matérias laborais ou sindicais.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é matérias laborais!

O Orador: Este é, por definição, um órgão de natureza operacional, vocacionado para garantir a cooperação e a eficácia nas respostas às necessidades da população

em momentos críticos. Qualquer desvio desse propósito compromete a sua missão essencial e prejudica a sua capacidade de atuação.

Acrescenta-se que várias Direções de Associações de Bombeiros já manifestaram a sua oposição à proposta do PAN, deixando claro que poderão reconsiderar a sua participação no Conselho Regional, caso esta medida avance. Este posicionamento reflete, de forma inequívoca, a importância de preservar o foco do Conselho em questões operacionais, evitando possíveis conflitos de interesse e garantindo a sua eficiência.

O PPM, na sua responsabilidade de zelar pelo interesse coletivo, defende a preservação de uma estrutura que respeite a hierarquia, valorizando a autoridade dos Comandantes, e assegurando a coesão dos Corpos de Bombeiros.

É nosso dever garantir que o Conselho Regional de Bombeiros continue a ser uma ferramenta eficaz, respeitando a sua natureza operacional e protegendo os princípios que o sustentam.

Exorto assim todos os presentes a refletirem profundamente sobre os resultados desta iniciativa, estando certo de que em conjunto, conseguiremos tomar as decisões que melhor servirão a nossa Região e os valores que defendemos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sabia que era uma fonte de inspiração tão grande para o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, mas folgo em saber que leva em consideração, em elevada consideração, aquilo que é dito pelo CDS-PP, não sei se será alguma reminiscência antiga que terá.

Mas, relativamente a esta matéria, aprez-me acrescentar o seguinte: não deixa de ser curioso que, tendo o Governo proposto e aprovado agora, há 1 mês – nem há 1 mês, 2 semanas – proposta de Orçamento para o próximo ano, onde se propôs uma medida concreta para uma retribuição financeira aos bombeiros voluntários, esse orçamento tenha sido votado contra por todos aqueles que agora estão aqui a mostrar-se favoráveis a esta alteração à composição deste Conselho consultivo.

Deputado Pedro Neves (PAN): Se isso é o melhor contributo do CDS...

O Orador: Ou seja, vêm para este debate mostrar-se preocupados com os bombeiros, mas, perante uma medida concreta, que apoia diretamente todos os bombeiros voluntários da Região – porque na Região só temos bombeiros voluntários – votaram contra. Isto é que é significativo.

Mais, a composição do nosso Conselho Regional, como já muito bem foi salientado aqui por outros deputados, que estão a favor desta medida, tem os comandantes dos corpos dos bombeiros da Região. Existe, em Portugal, a Associação Nacional dos Comandos de Bombeiros de Portugal. A proposta tem incluída esta Associação Nacional? Não tem!

Nos Açores, não temos bombeiros profissionais, mas querem meter a Associação dos Bombeiros Profissionais

Deputado Pedro Neves (PAN): Não tem porque você votou contra. Se tivesse votado a favor teria!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi o senhor que votou contra a proposta do PAN!

O Orador: Nos Açores, só temos bombeiros voluntários. Ó Sr. Deputado, ouça, nos Açores, só temos bombeiros voluntários, porque, por acaso – mas é só por um mero acaso – também existe a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários e Vossa Excelência não propõe a sua inclusão no nosso Conselho Consultivo. Portanto, está preocupado em meter a Associação dos Bombeiros Profissionais, numa região onde não há bombeiros profissionais, e despreza e deixa de fora da sua proposta a inclusão das associações que representam as tipologias de bombeiros que existem nos Açores,

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: que é a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários e a Associação Nacional dos Comandos de Bombeiros Portugueses. Portanto, isto é muito sintomático daquela que é a natureza da proposta que está aqui em votação – e que, pelos vistos já tem o apoio de várias bancadas – que é lançar a discórdia e pegar fogo, atear fogo, criar instabilidade, atihar a discórdia num órgão que é meramente e quer-se que seja apenas e meramente consultivo. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabem – não é nenhum segredo – o especial carinho que o CHEGA tem tido, tem e continuará a ter pelos bombeiros. Agora, politiquice dentro dos bombeiros, é que eu gosto pouco.

Infelizmente, a politiquice anda em tudo: anda nas escolas, anda nos bombeiros, em tudo, nas associações, anda em todo o lado. É uma coisa desagradável e que nós temos que começar a varrer – olha, comprei um aspirador bom para isso – começar a aspirar a politiquice dentro daquilo.

E isto aqui cheira-me a politiquice. Até porque houve um passarinho que me disse – um melrinho – que me disse que se não fosse assim, ou seja, se isto fosse aprovado, os Srs. Comandantes, Presidentes e tal, iam-se embora do Conselho Regional. E a minha resposta ao passarinho foi: «pois que vão!» Das duas, uma, ou os sócios das associações vão questionar os Presidentes a razão de não quererem pluralidade dentro do Conselho Regional – para as pessoas perceberem, é um grupo de trabalho onde estão representados os bombeiros.

O que se pede aqui, e como nós, o CHEGA, já tínhamos pedido, era que há aqui uma associação que representa bombeiros e que quer fazer parte... Não é para ir lá fazer sindicato nem pedir aumentos salariais. Não, não é isso, querem dar um contributo e aqui foi dito, e bem, há questões que também passam...

Também concordo, podiam estar outros grupos representativos, se calhar também deviam estar. Se é um conselho consultivo, é para isso que serve – para consultar, para ouvir a opinião. Ou então o Conselho não serve para nada; ou então nós estamos a falar de um grupo restrito, de algo que eu não sei o que é, onde se discute algo que eu não faço ideia o que é e se eu não faço ideia, comecei a ficar preocupado. Eu fiquei muito preocupado! Se não querem a pluralidade, se não gostam da democracia, se aquilo é uma elite, é uma confraria de bombeiros ou de comandantes de bombeiros – é porque nem é de bombeiros – algo está errado. Se está errado, nós temos que começar a perceber o que é que esse Conselho. Se calhar, temos que perceber também o que é que é a proteção civil dos Açores.

Olha, engraçado, se calhar começamos a questionar por aí. Nós temos que começar a questionar algumas coisas. Vacas sagradas só na Índia e eu não vivo na Índia, vivo nos Açores. Chantagem é que eu não aceito. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) Deputado Luís Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve, porque sempre que a política se procura meter muito na proteção civil, nas forças de segurança ou defesa, o resultado está à vista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O contrário é que era preocupante!

O Orador: Portanto, não vale a pena sequer falar das consequências negativas que isso tem.

(Aparte impercetível)

O Orador: Ainda bem que que que vocês percebem muito dessa área, não é aquilo que se tem visto.

Não há dúvida nenhuma da importância que as associações têm dentro das corporações, das associações, das instituições. Não há dúvida nenhuma. Elas têm um papel fundamental.

Aliás, os bombeiros têm progredido, na Região Autónoma dos Açores, e mesmo a nível nacional, graças a essas pessoas que se dedicam, de corpo e alma, de forma gratuita, na defesa intransigente dos direitos dos colegas, ou seja, as associações e os sindicatos – porque, há bocadinho, diziam que as associações não eram sindicatos, a fronteira às vezes é muito ténue, às vezes não sabe a linha que os divide porque a linha é mesmo muito ténue, porque a gente, às vezes, não sabe bem de que lado é que estamos. Aliás, nos Açores, as mesmas pessoas representam as 2 partes, logo a linha, aqui, fica praticamente quebrada.

Dizer que e voltar a referir que elas são muito importantes nas relações laborais, muito importantes, são o garante da defesa dos direitos do trabalho, sem dúvida nenhuma.

O Conselho Regional de Bombeiros não é nada disso, o Conselho Regional de Bombeiros não é uma reunião de concertação social. Ninguém vai para lá falar em salários, em estado do quartel. Então, mas agora dizem-me assim: «não, os bombeiros têm que estar lá representados». Mas quem são os comandantes das corporações? Representam quem no Conselho Regional dos Bombeiros? Representam a mim, representam os políticos que estão nesta Casa? Não! Representam os bombeiros de cada local, de cada local. São os comandantes das corporações, são os presidentes das associações, portanto, não podiam estar mais bem representados no Conselho, que se quer um conselho ágil, sem entropias.

E é assim, vamos deixar que o Conselho decida porque o Sr. Presidente da Proteção Civil...

Sr. António Lima, diz que não, nunca foi convocado, mas pode ser um dia porque o Sr. Presidente da Proteção civil tem abertura para convocar quem entender que pode aportar algum conhecimento à proteção civil, pode convocar quem entender para aquela reunião.

Deputado António Lima (BE): A mim não me convoca de certeza.

O Orador: Não o convocou a si, pois, se calhar tem toda a razão e eu também não o convocava. Graças a Deus que não o convocou. Eu também não o convocava para o Conselho Superior de Polícia, garanto-lhe.

Quer dizer, daqui a dias, nós, além do Presidente do Governo Regional dos Açores, Presidente do Conselho Nacional de Polícia, queremos também que esteja um deputado de cada representação ou grupo parlamentar, porque, segundo o Sr. Deputado Nuno Barata, aquilo é tudo uma data de gente corrupta que está ali para dentro e só o facto de não querer é motivo para eu querer, porque aqui há qualquer coisa que não funciona bem.

É exatamente o contrário que tem acontecido nos Açores. A nossa proteção civil nos Açores, e atendendo à quantidade de fenómenos e à complexidade, tem sido exemplar, exemplar. Portanto, o Conselho Regional de Bombeiros está a funcionar de forma correta, as ações da proteção civil, nos Açores, têm sido realizadas de forma exemplar e daí até serem alvo de alguns elogios, de alguns reconhecimentos, por parte, até, de países terceiros. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Margato, bem-vindo a esta Casa e vou pegar numas palavras que disse e que eu concordo, que é preciso reflexão e é preciso uma análise

cuidada e profunda em qualquer decisão de qualquer deputada e deputado aqui nesta Assembleia, coisa que às vezes nem não dá, não há essa disponibilidade. Lembro-me até que, ontem, só me deram 12 horas para tomar uma decisão, do qual o Sr. Deputado também foi interveniente, e que tive que decidir mesmo em cima do joelho, mas é a vida. Nós somos deputados e temos que o fazer.

Contudo, nesta iniciativa, não é o caso porque é a terceira iniciativa do PAN, é já uma iniciativa do CHEGA, já passou duas legislaturas e quase 3 anos para haver uma reflexão mais cuidada, mais canalizada. Já se ouve e reouvimos novamente – peço desculpa por esta palavra – ouvimos, por mais do que uma vez, todas as entidades que deveriam ser ouvidas relativamente a esta iniciativa. Por isso, não posso concordar, não acredito que haja, aqui, algum deputado ou deputada, independentemente do partido, que não tenha já cuidado da reflexão, porque isto é exatamente uma cópia de todas as outras iniciativas que o PAN fez, anteriormente, na legislatura passada. Também a mesma iniciativa que o CHEGA fez, que pediu exatamente o mesmo, sem tirar nem pôr. A única coisa que eu inseri foi – porque eu acho que devemos ouvir mais pessoas, mais entidades que são importantes, que têm competência, que têm responsabilidade – a AMRAA (Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores). A própria AMRAA é que disse que não tinha competência e não tinha responsabilidade, o que eu discordo em absoluto, porque um Presidente de Câmara tem a responsabilidade de Conselho em termos de proteção civil, pelo menos é a primeira pessoa, se não tiver o Senhor Presidente do Governo, é a pessoa que substitui o Presidente da Proteção Civil para a televisão. Por isso, há essa responsabilidade e todos os presidentes de Câmara têm essa responsabilidade dentro do concelho. Aliás, as câmaras municipais são umas das que ajudam mais os quartéis dos bombeiros nos seus próprios concelhos. Por isso, achei muito estranho a decisão da AMRAA, mas, por respeitar a pessoa em questão, o Sr. Presidente da AMRAA, Alexandre Gaudêncio, eu retirei da minha proposta.

Contudo, e para responder ao Sr. Deputado Pedro Pinto, que acha que, à partida, nós não podemos meter só uma associação que nós queremos, porque acha que, obviamente, queremos é ver isto tudo a arder – isto parece quase até uma hecatombe, parece uma bomba nuclear que o PAN insere aqui neste Parlamento – e que acha que nós devíamos meter mais associações.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor é que tem que explicar porque é que quer essa e não as outras!

O Orador: Eu pergunto se as associações que o Sr. Deputado disse na sua intervenção, alguma está representada nos Açores, além da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais? Gostaria que me respondesse essa. Por isso é que nós não introduzimos qualquer outra entidade que não tenha representatividade aqui nos Açores. Aí, sim, é que nós teríamos pessoas do continente a vir cá ao conselho regional, situação na qual eu não sentiria, obviamente, algum conforto.

Sr. Deputado Paulo Morgado, volto novamente a si, a Vossa Excelência, respeitando ao comando, eu até me assustei com essas palavras do comando e de fragilizar o comandante, mas eu informo, e basta olhar para o comando do Conselho Regional, se acha que o subordinado do comandante pode ter um problema, então o comandante, relativamente ao Vice-Presidente da Proteção Civil, que também é subordinado do Vice-Presidente da Proteção Civil? Ou então o Vice-Presidente da Proteção Civil, que é subordinado do Presidente da Proteção Civil, que também está lá naquele Conselho Regional? Você tem um comando completo entre subordinados e superiores hierárquicos naquele Conselho Regional, por isso também não cola esse argumento em termos do comando e da fragilidade.

Aliás, maior parte dos bombeiros dão-se muito bem com os seus comandantes, exceto algumas exceções que todos nós sabemos quais são. De igual modo, a grande maioria dá-se bem com todos os bombeiros, sejam eles voluntários ou

profissionais, ou os cadetes, bem como, maior parte das vezes, até reivindicam também aquilo que os bombeiros querem dentro desse Conselho Regional. Maior parte das vezes!

Contudo, em termos de um Conselho, relativamente à parte laboral poderá existir, já aconteceu dentro desse conselho regional, mas não é isso que nós queremos a Associação Nacional para tal. Nós queremos, também, para dar o seu cunho operacional, porque são os bombeiros profissionais que estão na rua todos os dias e que poderão e deverão dar – é aquilo que eu acredito – algum contributo que irá enriquecer bastante o Conselho Regional.

Vou usar também e dando resposta ao Sr. Deputado Nuno Barata, esteve muito bem, porque como é que é possível o *bullying* que foi feito relativamente ao Deputado do PAN Açores, nomeadamente eu, relativamente à introdução de uma Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, neste caso a representação dos Açores, dentro do nosso Conselho Regional, o *bullying* que eu recebi, dos bastidores, relativamente a isso, e da forma como a Coligação e o Governo estão totalmente contra há duas legislaturas, isso é que me faz uma grande confusão.

Por isso é que, mais uma vez, eu insiro isto, porque há lutas que merecem e esta luta merece.

Não, Sr. Deputado Pedro Pinto, não por votos, porque eu disse e reitero: «Na próxima legislatura, eu não estou cá porque eu vou deixar de ser deputado». Aquilo que eu digo, eu prometi e, mais uma vez, eu prometi aos bombeiros que iria fazer tudo para que no Conselho Regional a ANBP estivesse lá. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já aqui foi dito, o Conselho Regional de Bombeiros é um órgão de auscultação e consulta do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, sim, mas em matéria operacional e só em matéria operacional.

É precisamente isto que foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2006/A, de 31 de outubro, que depois veio a ser regulamentado onde foram definidas as respetivas competências e a composição, que também já foi apresentada pelo Sr. Deputado José Eduardo, escuso de apresentar novamente. Por isso, no entendimento do Governo, para efeitos de auscultação do Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, a composição que existe é perfeitamente adequada, estando os bombeiros devidamente representados a todos os níveis. Ou seja, para além dos representantes do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, entendemos que é fundamental que lá estejam os presidentes das direções das associações, legítima e democraticamente eleitos, que são responsáveis por manter estas associações, criar e manter esses corpos de bombeiros, bem como os comandantes que são responsáveis por comandar e assegurar o cumprimento das noções dos seus operacionais.

No entanto, Sras. e Srs. Deputados, a postura deste Governo Regional tem sido, sempre, de articulação, de abertura, de diálogo em todas as matérias e com todos intervenientes em matéria de proteção civil, e este Conselho Regional de Bombeiros não é exceção.

Aliás, o Conselho Regional de Bombeiros tem sido, de facto, um instrumento essencial do reforço desta cooperação, deste diálogo, que nos tem permitido alcançar conquistas muito importantes, algumas delas já referidas pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, há pouco, mas outras há, como estatuto social de bombeiro, como a valorização salarial, que recentemente foi alcançada em sede de portaria para as condições de trabalho e, portanto, esta postura de diálogo é

uma postura correta e que traz benefícios. Quero, por isso, reiterar, de forma inequívoca, que este Governo Regional trabalha com todos e para todos,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...em matéria de proteção civil e para construir políticas mais efetivas em relação a estas matérias, e os bombeiros, evidentemente, não são diferentes.

Portanto, se for o entendimento deste Parlamento Regional que se devem acrescentar representantes de outras entidades, o Governo Regional, evidentemente, que cá estará para dar continuidade ao trabalho de cooperação e de articulação com todas as entidades, quer seja ANBP, quer seja também a AMRAA ou qualquer outra entidade.

Mas também, dito isto, importa salientar que, salvo melhor a opinião, esta proposta do PAN é uma ingerência nas competências do Governo Regional,...

Deputado Carlos Silva (PS): Uma ingerência?!

O Orador: ...competências de composição deste órgão atribuídas por este Parlamento...

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso mesmo!

Deputado António Lima (BE): Quem atribuiu, pode retirar!

O Orador: ...por este Parlamento, no Decreto Legislativo Regional, que remete para Decreto Regulamentar para a composição deste órgão e, portanto, acaba por ser uma ingerência.

Dito isto também, entendemos que este Conselho Regional de Bombeiros não deve ser transformado, em momento algum, num espaço de debate laboral. Isso não deve acontecer porque se corre o risco de transformar o Conselho Regional de Bombeiros num fórum sindical, e não é esse o seu propósito.

Deputado Carlos Silva (PS): E o CRADS (Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável), Sr. Secretário?

O Orador: Aliás, as matérias de carreira laborais são tratadas em sede de portaria para as condições de trabalho, não é no âmbito do Conselho Regional de Bombeiros.

Aparentemente, é precisamente isto que esta proposta apresentada pelo PAN pretende porque, para além de propor a inclusão da ANBP, enfim, num conselho regional, e tendo em conta o regime vigente na região, que é de voluntariado, colocar uma associação que não representa ninguém nos Açores, porque não há bombeiros profissionais nos Açores. Se não há bombeiros profissionais, vão representar quem?

Deputado António Lima (BE): Mas há sócios!

Deputado Pedro Neves (PAN): Nem o Sr. Secretário acredita no que disse.

O Orador: Mas a questão que me parece mais relevante não é esta. É que o PAN propõe a inclusão...

(Aparte impercetível do Deputado Pedro Neves)

O Orador: Estou a responder-lhe, Sr. Deputado do PAN.

O senhor propõe a inclusão de uma nova competência a este Conselho. O senhor disse que quer que a ANBP vá para lá para dar contributos em matéria operacional. Mas o senhor propõe a inclusão de uma nova competência a este Conselho, que tem que ver com a emissão de pareceres em matéria laboral. Explique-me, então, Sr. Deputado, porque é que introduz esta nova competência ao Conselho Regional de Bombeiros, que não a tinha nem é esta a sua vocação?

Portanto, não deve ser este um tópico enquadrado na missão do Conselho Regional de Bombeiros.

Eu bem sei que o Sr. Deputado Pedro Neves entende que não deve consultar ninguém na construção das suas iniciativas, isso é legítimo. Também sei que o Sr. Deputado Pedro Neves entende que eu articulo e dialogo demais. Bom, é a sua opinião, mas o que é facto que se o Sr. Deputado tivesse consultado a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores teria percebido que a sua posição é que não deveria integrar este órgão. E se tivesse consultado a Federação e as associações, também entenderia qual é que é a posição das associações ou da esmagadora maioria das associações em relação a esta matéria.

De facto, não é possível, da parte do Governo Regional, ignorar aquela que é a posição das associações e aquela que é a posição da Federação e que é absolutamente desfavorável a esta integração da ANBP no Conselho Regional de Bombeiros.

Aliás, já foi dito aqui, algumas das direções dizem mesmo que se, enfim, acontecer esta integração, deixam de fazer parte do Conselho Regional de Bombeiros. Não é isto que se quer porque isto enfraquece o órgão. Este órgão é um órgão de auscultação para matérias operacionais.

Deputado Pedro Neves (PAN): E enfraquece o Secretário que tem receio disso!

O Orador: Não! Eu termino como comecei, o Governo Regional, cá estará para trabalhar com todas as entidades e, se for esse o entendimento deste Parlamento, que devem ser adicionados os novos representantes, o Governo Regional cá estará para poder dar continuidade a este trabalho, mas em matérias operacionais – porque o Sr. representante da ANBP, na Comissão, o que disse é que vinha fiscalizar o órgão. Ora, não é isso que se pretende. Pretende que venham dar

contributos positivos e proativos em matéria operacional. Não venham fiscalizar porque não têm competência para isso, nem é esse o seu propósito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, reafirmo, tem sido este o apanágio deste Governo, nós estamos disponíveis para colaborar e trabalhar com todos e para todos. Se for esse o entendimento do Parlamento, muito bem, cá estaremos, mas atenção, qualquer alteração que retire o foco deste Conselho Regional de Bombeiros, em matérias operacionais, está a desvirtuar este órgão e, portanto, temos que ter muito cuidado a fazer essa ponderação. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu podia ter pedido a palavra para defesa da honra, mas como ainda tenho 6 minutos, vai ser mesmo uma intervenção.

A intervenção inusitada do Sr. Deputado Luís Soares – para quem, quando se fala de fardas, só ele é que sabe, só ele é que pode falar, a gente não tem o direito de falar –

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é preconceito!

O Orador: suscitou esse meu pedido de palavra, porque ele pôs na minha boca palavras que eu não usei.

Deputado Luís Soares (PSD): Usou, usou!

O Orador: Não usei, não. O Sr. Deputado Luís Soares disse que eu tinha dito que, no Conselho Regional de Bombeiros, eram todos corruptos. Eu não disse nada disso, são palavras do Sr. Deputado Luís Soares, com as quais ele há de ser responsabilizado, até porque sei muito bem o que é corrupção, conheço o conceito jurídico, o conceito penal, ao invés de quem, populisticamente, usa a palavra corrupção para tudo e para nada.

Mas vamos ao que interessa mais aqui. Eu fico, diria, inspirado pelas palavras do Sr. Deputado Pedro Pinto – não por qualquer tipo de saudade, não por qualquer tipo de clarividência – é mesmo pela forma desajeitada com que Vossa Excelência esgrime os argumentos. E mais, é de uma desonestidade intelectual atroz extrair uma norma, uma pequeníssima norma, do orçamento para dizer que todos tinham que ter votado a favor na generalidade do orçamento, porque tinha lá uma normazinha que dava dinheiro aos bombeiros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ouça o que diz, afinal está-lhe a arder a consciência!

O Orador: O Sr. Deputado Pedro Pinto, durante anos, votou contra orçamentos que, certamente, tinham lá coisas que ele concordavam e durante anos, certamente, votou a favor de orçamentos que tinha lá coisas com as quais ele não concordava.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas podia ter votado a favor daquela norma!

O Orador: Aliás, também tive a oportunidade de dizer, na minha declaração de voto sobre a votação final global do orçamento, no passado mês, que os orçamentos têm uma globalidade, por isso é que nós votamos na generalidade e depois votamos na especialidade e não na votação final global.

Eu não concordo com o orçamento da Região Autónoma dos Açores, mas, obviamente, concordo com muitas das normas que lá estão plasmadas, como é obvio.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quando dá jeito

O Orador: Não senhor, porque a partir do momento em que o diploma passa na generalidade, todos temos obrigação de o melhorar e é para isso que estamos aqui. E é também, neste debate, que eu chamo este assunto, porque é sempre bom fazer essas pedagogias. É desonestidade intelectual extrair uma norma para criticar quem é votou contra um diploma na generalidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é tudo menos pedagógico!

O Orador: Mas há uma coisa ainda, sobre esse diploma, que importa dizer: o Sr. Secretário Regional, e bem, disse que está pronto para colaborar com quem lá estiver. Não poderia ser de outra forma.

Mas acabou por dizer que é preciso manter o foco na operacionalidade do órgão. Como é óbvio, o órgão não é um órgão de auscultação sindical. Por isso, no dia em que a Associação Nacional dos Bombeiros Portugueses, lá representada, tentar fazer do órgão um órgão sindical, tem lá os outros, para não o deixarem fazer, para fazer cumprir a função do órgão.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas também altera a função do órgão! Seja sério!

O Orador: É assim que as coisas funcionam.

Agora mais, a chantagem das associações e das corporações a dizer que se vão embora, é um problema delas. Elas é que se demitem da sua função no órgão. Elas é que se demitem da sua função naquele órgão, só porque tem lá mais um que não

querem que esteja. Convenhamos, é um bocadinho *birrinha de criancice*, mas pronto, cada um fica com a sua atitude.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é ser embirrento!

Deputado Nuno Barata (IL): Embirrento é o senhor. Já ninguém o pode sofrer!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria pedir a defesa da honra, mas percebo que Vossa Excelência não me vai conceder a defesa da honra, não é verdade?

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma intervenção.

O Orador: Muito obrigado.

Nessa circunstância, eu tenho que devolver a desonestidade intelectual ao Sr. Deputado Nuno Barata, porque acabou a sua intervenção a dizer que, no dia em que esta associação lá quiser transformar e falar de coisas laborais, estão lá os outros todos que não vão deixar. Ora, o que ele não diz aos açorianos é que esta proposta que está, aqui em debate, e vai a votação também tem uma norma, como já o Sr. Secretário salientou, para alterar as competências desse órgão, para passar a ter competências laborais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Portanto, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal está a esconder dos açorianos a verdade toda, só conta a verdade que lhe interessa, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Enumere lá as competências laborais! Não seja desonesto! Seja politicamente honesto!

O Orador: Portanto, quanto à honestidade intelectual, está devolvida a honestidade e, portanto, ó Sr. Deputado, já está devolvida a honestidade, somos ambos honestos.

Deputado Nuno Barata (IL): Nem a associação dos bombeiros profissionais tem competências laborais!

O Orador: Relativamente à iniciativa do PAN, o Sr. Deputado Pedro Neves terminou a sua intervenção, acusando-nos de sermos obsessivos. Sr. Deputado e a sua obsessão qual é? Qual é a sua obsessão com esta associação? A sua obsessão é por nós estarmos contra? Diga-nos qual é a sua obsessão! Vossa Excelência já disse que já tentou e vai tentar e enquanto não conseguir, não vai desistir, isso é obsessão. Qual é a sua obsessão?

Já agora, quantos bombeiros profissionais existem nos Açores? Pergunta um. Pergunta dois: quantos desses bombeiros profissionais dos Açores estão inscritos nessa associação nacional?

Deputado Nuno Barata (IL): Muitos!

O Orador: Pergunta três: quem são os órgãos sociais dessa associação regional? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Pinto, não me respondeu absolutamente nada daquilo que lhe perguntei sobre as associações que o Sr. Deputado enumerou.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A iniciativa é sua! Vá diga lá quais são os corpos sociais.

O Orador: Mas foi uma intervenção sua que disse que achava que era muito mau o PAN apenas meter a ANBP e não meter mais associações. Eu fiz uma pergunta, qual é que é a outra associação que existe, com representatividade nos Açores, e não respondeu. Não me respondeu porque não sabe responder, porque não há nada para responder.

Sr. Secretário, da mesma forma que eu vejo o Sr. Secretário a ficar um pouco nervoso e ficar sem chão, eu percebo, porque está a ver que esta iniciativa consegue ser aprovada, está quase, está, quase, vamos ver até ao fim. Se calhar ficou sem o chão.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): O Parlamento é que decide. Venham todos!

O Orador: Por isso, tenta, de alguma forma, dar uma volta, exatamente como o Sr. Deputado Pedro Pinto tenta subverter, diz que, neste caso, o Deputado Pedro Neves está com uma obsessão...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Eu estou retribuindo!

O Orador: ... e vamos assim mudar o tom e a tónica relativamente a este assunto da obsessão do Governo e da Coligação em não querer que a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, que fazem parte no continente, a nível nacional e nas distritais, mas não quer aqui. Por isso eu acho que se calhar abraçamos, demos as mãos porque eu tenho essa obsessão, mas o Governo também tem, de igual forma.

Contudo, o Sr. Secretário está a ficar sem o chão, porquê? Porque – e disse algo que eu acho lamentável – disse no seu argumento que não há bombeiros profissionais.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):
Mas não há!

O Orador: Sr. Secretário, não há porque o seu partido e a Coligação, a qual você representa enquanto Secretário, chumbou a proposta do PAN porque, senão, você tinha bombeiros profissionais e não tem porque Vossa Excelência não quis. Como não tem, não quer dizer que uma associação não tenha sócios que são assalariados, e para mim, são profissionais. São exatamente as mesmas pessoas, apenas com uma palavra diferente.

Eu consigo ver o cor-de-rosa entre o preto e o branco, essa é a diferença entre nós. Relativamente a isso, Sr. Secretário, não me vai ensinar nada. Relativamente a eu não querer ouvir determinadas pessoas porque, é engraçado que nesta iniciativa – Quer ouvir uma entidade? – o PAN quer inserir uma pessoa, para ouvirem essa entidade, mas é o Governo que não quer ouvir essa entidade, por isso não me venha ensinar o que é o Governo a querer ouvir e não ouvir várias entidades relativamente a vários temas? Não só da sua tutela, mas como inúmeras tutelas que só querem ouvir os amigalhões e não querem ouvir o resto. Por isso, aí estou, Sr. Deputado Pedro Pinto, na minha obsessão em querer que esta iniciativa seja aprovada, apenas por justiça e não, obviamente, nem por teimosia nem por beicinhos. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar a votação desta iniciativa? Se há mais inscrições, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 5 minutos.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Eram 18 horas e 09 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares. Vamos dar continuidade ao nosso debate.

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, em momento algum, o Governo Regional e o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática foram contra a profissionalização dos bombeiros, em momento algum. O Governo Regional e o Secretário do Ambiente foram contra a forma irresponsável em como o PAN apresentou essa proposta.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): Só o Sr. Secretário é que é perfeito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Esta que é a grande questão. O PAN, à sua boa maneira, não ouviu ninguém, mais uma vez, não ouviu ninguém, fez uma proposta irresponsável, que acrescentava os custos, só no primeiro ano, em 5 milhões de euros, sem pensar na

estabilidade financeira das associações que ficariam com esse encargo, e esperava que o Governo Regional estivesse de acordo com essa proposta. Evidentemente que não!

Agora, também disse que aquilo que for decidido, a nível nacional, também deve ser uma boa bitola para nós vermos como é que vai ser reorganizado esse sistema. Agora, o Governo Regional não é contra a profissionalização.

Dito isto, neste momento, o regime que está em vigor é de voluntariado. E se é de voluntariado, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais não representa ninguém neste órgão.

Mas, deixem-me dizer isto, Sras. e Srs. Deputados, para que fique bem claro, para o Governo Regional, não faz absolutamente diferença nenhuma, caso este seja o entendimento do Parlamento, ter mais uma entidade representada no Conselho.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pronto, isso já é positivo.

O Orador: De modo algum, nós temos primado pela articulação e diálogo. Eu disse isso no início e disse isso no fim. Se vier mais esta entidade, seja a ANBP...

O que fiz foi questão de dizer a posição das associações e também.... Disse a posição das associações e fiz questão de dizer, no início e no fim, que nós não teríamos qualquer problema, que trabalhamos com todos e para todos. E, portanto, se for este o entendimento, sejam muito bem-vindos, seja a ANBP, seja a AMRAA, nós vamos continuar a trabalhar com todos e para todos. Portanto, gostaria que isto ficasse bem claro, porque o Sr. Deputado Pedro Neves deixou no ar que o Governo estava preocupado com a integração da ANBP. Está enganado, Sr. Deputado, isso não é verdade.

Se a ANBP for, por entendimento deste Parlamento, integrada, hoje, no Conselho Regional de Bombeiros, será muito bem recebida, mas, atenção, que não se desvirtue o funcionamento operacional deste órgão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas quem garante isso é o Presidente da Proteção Civil.

O Orador: Porque foi isso que o Sr. Deputado tentou fazer ao acrescentar uma competência que não existia no Conselho Regional de Bombeiros, que permite tratar matérias laborais. Essas matérias de concertação social são tratadas em sede de portaria para as condições de trabalho.

Dito isto, se for aprovado, se for esta a vontade do Parlamento, sejam muito bem-vindos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) Deputado Luís Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando se diz que o Conselho Regional de Bombeiros não vai tratar de matérias laborais, eu queria aqui apenas relembrar o que está aqui na alteração ao artigo 11.º, número 2, que é a competência do CRB, e aqui a alínea a), número 7, quando diz que: as iniciativas legislativas, que abordem matérias relativas à atividade, designadamente as carreiras. Não sei se é a carreira que vai para algum lado ou se é a carreira profissional dos bombeiros. Obrigado.

Deputados Pedro Pinto (CDS-PP) e Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, qual é a sua obsessão? Quantos bombeiros profissionais há, nos Açores? Quantos estão inscritos nessa associação que Vossa Excelência quer introduzir? E quais são os corpos sociais dessa associação? A quem é que o PAN quer dar o jeito, Sr. Deputado? Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que conversa é essa?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois eu – o CHEGA – isto não é uma questão de jeitos, jeitos é lá aquilo que nós não gostamos nada, que é o compadrio, a politiquice, o amigalhaço. Aqui nós estamos a defender, independentemente de haver ou não bombeiros profissionais, curiosamente existindo bombeiros assalariados, que é assim uma coisa que ninguém percebe, é uma questão de justiça e até bom para o Estado ouvir todos. Não é isto a democracia? Não é isto que se anda por aí a apregoar, ouvir todos, a pluralidade?

Oh, Sr. Deputado Pedro Pinto, jeitos? O senhor envergonha o meu antigo partido, não é com jeitos que se faz essas coisas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas intervenções que me antecederam, penso que tem sido insistentemente aduzida uma confusão das questões laborais dentro deste Conselho Regional de Bombeiros. E eu penso que aqui é a tentativa de fazer confundir e não fazer a separação entre o que é a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais.

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor está desatento.

O Orador: O sindicato, sim, faz o seu trabalho no âmbito da comissão técnica e é aí que se discute tudo o que são questões de ordem laboral, tudo o que são questões de ordem laboral, relacionadas com o trabalho propriamente dito, com questões de trabalho, organização de horários de trabalho. Tudo o que é a parte laboral é discutida na comissão técnica, onde estão representados, não só o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, mas também a CGTP e a UGT. A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais está representada, a nível nacional, em todos os órgãos que já referi, no âmbito de questões técnico-operacionais, que é aquilo que se está aqui a tratar, que estão relacionadas com a formação dos bombeiros, com a orgânica interna do corpo de bombeiros, com o funcionamento do corpo de bombeiros, com a prestação do socorro em si, com a hierarquia, com o conteúdo funcional de cada categoria. Isso são questões que não têm nada a ver com a parte laboral. Tem a ver, sim, com a questão técnico-operacional do corpo de bombeiros e é nesse âmbito que a Associação Nacional

de Bombeiros está lá representada nesses órgãos nacionais e pretende ser integrada no Conselho Regional de Bombeiros.

Se assim não fosse, o Secretário Coordenador da Associação não teria concluído que é legítimo os bombeiros terem a sua própria voz e ter dito que o objetivo de estarem presentes no Conselho Regional de Bombeiros é participarem, darem os seus contributos, que acham importantes para a atividade profissional e para os bombeiros em geral e garantir que os seus anseios, as suas necessidades chegam ao Conselho Regional de Bombeiros.

Assim, e atendendo àquilo que nos foi transmitido e aquilo que fomos ouvindo ao longo deste debate, o que se pode concluir? Que num Conselho composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, por 17 Presidentes de associações de bombeiros e os seus 17 Comandantes, haja receio de entropias causadas pela entrada de um representante de uma associação de bombeiros que, no mínimo, representa mais de 300 bombeiros açorianos. Que se pense em democracia, que se pense em transparência, que se pense em liberdade de opinião e que se permita que possa haver tudo isto, e muito mais, em prol dos nossos bombeiros e em prol da sua formação, da sua dignidade e das suas justas reivindicações no seio de um Conselho que se intitula de Conselho Regional de Bombeiros e para que, assim o seja, verdadeiramente. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Conselho Regional de Bombeiros tem realizado um trabalho que é claro, é transparente, é público. As grandes conquistas que estas reuniões têm vindo a ter nos últimos anos – o aumento salarial; o modelo de financiamento das associações; melhores condições para os nossos bombeiros; a aquisição de viaturas; o reforço do papel do bombeiro na nossa região – refletem o bom desempenho que estas reuniões anuais têm surtido.

E pasmo agora ver uma posição do Partido Socialista, que é completamente diferente daquela que foi a posição assumida pelo Sr. Deputado Berto Messias, aquando da última discussão sobre este diploma.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E a do CDS!

O Orador: Dizia o Sr. Deputado Berto Messias que era preciso repensar, que era preciso analisar as circunstâncias. Propunha, inclusivamente, o Sr. Deputado Berto Messias a inclusão da ANAFRE, da AMRAA, da CGTP, da UGT e sabe-se lá mais o quê. Mas a verdade, Sras. e Srs. Deputados, e quero terminar esta minha breve intervenção apenas para reforçar o seguinte: aqui foram aludidas algumas ideias de que há falta de transparência naquela que é a execução dos trabalhos do Conselho Regional de Bombeiros, o que não é verdade. E é bom que sejamos claros e é bom que reconheçamos, todos, o papel importantíssimo que as nossas associações executam, diariamente, nas nossas ilhas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do PSD obviamente, deixar bastante claro que é injusto esta anuência que foi feita aos trabalhos do Conselho Regional de Bombeiros. E também, obviamente, não podia deixar em claro a posição do Partido Socialista no passado e a posição do Partido Socialista hoje, que é muito diferente, que difere da noite para o dia, e, portanto,

esta é a incoerência, uma vez mais, demonstrada pelo Partido Socialista em relação ao desenvolvimento dos Açores. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi dito várias vezes que o PAN tenta, de uma forma quiçá *encapotada* – palavra minha – meter também aqui a situação laboral dentro do Conselho Nacional e fui procurar, dentro da iniciativa, várias vezes, para tentar perceber aquilo que eu tinha feito e descobri esta aqui: os projetos de diploma relativos à definição e desenvolvimento dos princípios orientadores do setor e de carreiras. Isto é o que compete ao Conselho emitir parecer.

Mas eu acabei de dizer e citar o Conselho Nacional dos Bombeiros. Porque é que o Conselho Regional dos Açores não quer ter exatamente a mesma alínea do Conselho Nacional dos Bombeiros que tem a ver com emitir um parecer sobre os decretos legislativos ou iniciativas, relativamente a carreiras, do qual têm e devem ter a competência para tratar como tal, exatamente como o Sr. Secretário também tem essa competência relativamente à tutela. Não há nada encapotado, eu simplesmente meti uma alínea que estava a nível nacional, exatamente como vamos ter, esta semana, uma iniciativa em conjunto com o PS, relativamente aos motociclos. Nós queremos uma justiça e não queremos que os Açores tenham um ponto, a República tenha outro.

Gostamos que haja uma justiça, haja feito, não estamos aqui a inventar a roda, estamos exatamente a fazer aquilo que existe na República.

Já tentámos inventar a roda relativamente ao estatuto profissional de bombeiro, mas pelos vistos o Sr. Secretário gosta de esperar pela República porque dá muito trabalho e como dá muito trabalho, é melhor não nos chatearmos com isso. Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E a obsessão? Não responde?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, como não contava intervir mais neste debate, mas sinto-me obrigado a isto.

Parece-me desadequado que o senhor diga que a preocupação do Governo Regional em relação à proposta irresponsável, que o senhor apresentou nesta Casa, para a criação de um estatuto profissional que custava mais 5 milhões de euros às associações, colocando em causa a sua sustentabilidade, foi uma posição do Governo Regional porque dava muito trabalho. Ó Sr. Deputado, sejamos sérios. Aquela proposta que o senhor apresentou, nesta Casa, não era razoável, nem responsável. Portanto, agora não tente arranjar subterfúgios e desculpas para a irrazoabilidade da sua proposta, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Podemos passar à votação?

(Pausa)

Vamos, então, votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores”.

Vamos votar, naturalmente, em primeiro lugar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 5 do CHEGA, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM.

Presidente: Vamos, então, iniciar o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Não havendo, está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 5 do CHEGA, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PAN, da alínea h do número 3 do artigo 11.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está a votação uma proposta de alteração, do PAN, que revoga o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 22.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 3.º, 4.º e 5.º não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação artigos 3.º, 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 3.º, 4.º e 5.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 5 do CHEGA, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votámos contra esta iniciativa porque ela, no nosso entendimento, vai introduzir discórdia e entropia num órgão que tem funcionado...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas o senhor votou a favor o artigo 2.º!

O Orador: ... num órgão que tem funcionado e que, com a alteração, também, às competências desse órgão, que até agora eram, meramente, consultivas no foro operacional, passa também a ter competências para analisar e debater questões laborais.

Portanto, nessa matéria, consideramos que saem prejudicados os bombeiros, sai prejudicada a fluidez do trabalho, sai prejudicada a proteção civil porque vai desviar o foco daquilo que tem sido e deve ser a atuação da proteção civil e dos bombeiros, para questões, meramente, sindicais, que podem e devem ser e têm sido resolvidas noutros fóruns e por outras vias. Portanto, não concordamos com esta proposta e por isso votámos, convictamente, contra. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Se pudesse, eventualmente, esclarecer a Câmara sobre a votação do artigo 2.º e qual o resultado deste mesmo artigo, porque penso que pode ter havido equívoco.

Presidente: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

(Pausa)

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA votou favoravelmente esta proposta porque considera que é de elementar justiça, é a pluralidade a funcionar, é a democracia a funcionar.

De facto, estamos sempre ao lado dos bombeiros, já tínhamos defendido esta nossa posição publicamente, a integração desta Associação Nacional de Bombeiros Profissionais neste órgão consultivo do Governo Regional. Achamos que será uma mais-valia para este órgão e quem não deve, não teme; se não tem nada a esconder, não me parece que seja um problema ter mais uma pessoa, mais um elemento a contribuir para o bem-estar de todos os bombeiros dos Açores. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada.

Não existindo mais inscrições para declarações de voto...

Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, solicito um intervalo regimental de meia-hora, por favor.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19 horas e 3 minutos.

Eram 18 horas e 33 minutos

Eram 19 horas e 04 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos entrar no ponto 3 da nossa agenda. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA. Para apresentar a iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA traz hoje, a esta Assembleia, um projeto, que considera essencial, que tem por objetivo aprovar a possibilidade de retomar a utilização do glifosato em espaços públicos nos Açores – foi proibido em 2022.

Reconhecendo a necessidade de um debate aprofundado, o CHEGA optou por retirar a dispensa de análise em comissão, permitindo que diversos organismos e entidades com conhecimento técnico e científico nesta matéria fossem ouvidos.

Todos os grupos e representações parlamentares tiveram a oportunidade de ser esclarecidos por quem de direito e ninguém pode alegar falta de conhecimento ou falta de contraditório. Algumas opiniões desfavoráveis ao uso do glifosato decorrem do preconceito, do fundamentalismo e da desinformação, com base em

relatórios sem validade científica comprovada e, por vezes, em especulações de alguns génios assintomáticos que proliferam na opinião pública.

Ainda há aqueles que são contra, porque o produto é comercializado pela multinacional A ou pela farmacêutica B – os mesmos que são contra o capitalismo, mas que ambicionam para si próprios a riqueza, algo que também contraditório.

Ainda são contra o glifosato todos aqueles que são contra todos os químicos, os ambientalistas, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): *Aquela raça!*

O Orador: ... e aqueles que defendem que o princípio da precaução se deve aplicar sempre, mesmo quando nenhuma evidência científica aponta para esta necessidade.

Importa esclarecer que o glifosato continua a ser amplamente utilizado na agricultura, em todo o mundo, incluindo nos Açores, por ser uma solução económica e eficaz. Praticamente tudo o que comemos, algures na cadeia alimentar, foi aplicado de glifosato.

Contudo, a esperança média de vida nos países modernos continua a aumentar.

A proibição do uso do glifosato em espaços públicos nos Açores foi aprovada nesta Casa, numa altura em que havia dúvidas sobre a renovação da licença para o uso do produto, a nível europeu, a partir de 2023. No entanto, a União Europeia renovou a autorização por mais 10 anos.

Como resultado desta decisão – de proibição ao uso do glifosato – as bermas das nossas estradas, os caminhos agrícolas e demais espaços públicos estão completamente invadidos por infestantes e os passeios e bermas de estrada degradados pelas raízes que persistem. As alternativas ao controlo das infestantes

são inviáveis, técnica e economicamente, e têm efeitos nocivos comprováveis para o ambiente, tais como os microplásticos das ceras roçadoras, o óleo, o combustível gasto, a emissão de hidrocarbonetos e por aí fora.

Deputado Pedro Neves (PAN): O problema é das hortênsias, Sr. Deputado.

O Orador: Durante as audições realizadas, ficou claro o desespero de autarcas e presidentes de juntas, face à dificuldade de gerir os espaços públicos. Representados pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e pela Associação Nacional de Freguesias, testemunharam os elevados custos e a ineficácia de produtos e estratégias alternativas que exigem mais gastos, produtos mais tóxicos e uma mão de obra que não existe.

A comunidade científica foi ouvida, nomeadamente o Conselho Regional da Ordem dos Médicos e o Centro de Biotecnologia da Universidade dos Açores, os quais afirmaram, de forma clara, que as alegações de que o glifosato é cancerígeno ou genotóxico não têm sustentação científica.

A Entidade Europeia para a Segurança dos Alimentos e a Agência Europeia para os Produtos Químicos, entre outras entidades públicas independentes, também se pronunciaram em 2023 e, por isso, a autorização do produto foi renovada até 2033.

Contudo, alguns partidos políticos nesta Casa insistem em perpetuar mitos, em difundir informação falaciosa e em fomentar o alarmismo.

Mais uma vez, os profetas da desgraça alimentam-se da mentira e da ignorância.

Deputados Francisco Lima e José Pacheco (CH): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estamos perante um caso de negacionismo da ciência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, esta proposta não põe em causa nem o ambiente nem a saúde pública. Se assim o fosse, os pareceres das entidades públicas e dos cientistas credíveis teriam sido

negativos. Se assim o fosse, os outros países mais ricos e mais desenvolvidos que Portugal, e que os Açores, já teriam proibido o uso do glifosato.

A autorização para o uso do glifosato na União Europeia foi prorrogada até 15 de dezembro de 2033, conforme o Regulamento de Execução (UE) 2023/2660 da Comissão Europeia, sob condições e restrições específicas, tais como a proibição do uso junto a estabelecimentos de ensino, jardins de infância, parques urbanos de proximidade, parques de campismo, hospitais e outros locais de prestação de cuidados de saúde e lares de idosos, bem como outras condicionantes devidamente plasmadas no anexo I deste documento. Desta forma, as acusações de que esta proposta do CHEGA promove o uso indiscriminado do glifosato não passam de uma mentira, que é repetida, pela esquerda e pela extrema-esquerda, tantas vezes, seguindo aquela máxima de que uma mentira repetida várias vezes, algum dia se tornará verdade.

Com esta proposta, não está em causa a defesa de uma ideologia, mas a defesa do que está certo e deve ser feito.

Apelamos a que as Sras. e Srs. Deputados olhem para os factos objetivos e para a ciência, e votem sem preconceitos ideológicos.

É isto que os açorianos esperam dos seus representantes. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Esqueci-me de referir, há pouco, que o CHEGA deu uma entrada de uma proposta de substituição integral.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Raposo, vai dizer alguma coisa?

Presidente: Naturalmente estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu espero, do Sr. Deputado Luís Raposo, uma indignada intervenção sobre esta substituição integral: de manhã, substituições integrais, mau; de tarde, substituições integrais, bom.

A substituição integral que o CHEGA apresenta nem sequer devia ser considerada uma substituição integral porque é outro diploma. É outro diploma e o Sr. Presidente confirmará.

Nós não temos problema nenhum em discuti-lo, mas o que este Parlamento fez foi gozar com quem trabalha, porque pediu pareceres a muita gente competente, e que se dedicou a analisar o diploma, e este é outra coisa. É outra coisa, e isto é gozar com quem trabalha, é gozar com autarcas, é gozar com cientistas, é gozar com ambientalistas.

Deputados Francisco Lima e José Pacheco (CH): Ah sim, sim!

O Orador: Isto é gozar com quem trabalha e é lamentável que assim seja.

Sobre a proposta em concreto, a proposta, no fundo, o que pretende é exatamente aquilo que a proposta inicial queria, que é revogar a proibição do glifosato, criando um conjunto de exceções que, na prática, vão levar a que se possa utilizar indiscriminadamente. É isso que o proponente quer, sempre quis, e que expressou

na sua proposta inicial e que expressou, ali, daquela bancada. Pelo proponente, bebia-se *calicezinhos* de glifosato ao pequeno-almoço, que não fazia mal nenhum. Sobre o negacionismo da ciência, a proposta que foi aprovada em 2019, nesta Casa – e bem – a proposta foi do Bloco de Esquerda e foi uma proposta que coloca, em primeiro lugar, a saúde pública e o princípio da precaução. E não o faz com base em crenças, faz num conjunto de estudos científicos que, sobre esta matéria se debruçam, e que certamente que há estudos que dizem coisas diferentes, certamente que há estudos que possam vir contrapor com dados novos, mas o conhecimento científico que tínhamos na altura e que temos hoje – e hoje ainda é superior – apontam para graves riscos à saúde pública, na utilização de glifosato, principalmente quando estamos a falar em doses elevadas.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem! Os cientistas do Bloco de Esquerda.

O Orador: Ora, aquilo que estamos a falar não é da utilização do glifosato na agricultura – este é outro debate, estamos disponíveis para ele, mas é outro debate – é a sobre utilização do glifosato no espaço público e são as ruas onde caminhamos, são os parques onde caminhamos e onde as crianças brincam, são as escolas.

Deputados José Sousa e Francisco Lima (CH): É falso!

O Orador: É desses espaços que estamos a falar e essa proteção que nós temos que garantir. E já agora, não é menos grave aplicar glifosato junto a uma escola do que numa rua onde passam crianças, é exatamente a mesma coisa porque naquela rua também podem passar crianças.

Sobre conhecimento científico, eu trago aqui alguns estudos científicos, recentes essa matéria: efeitos tóxicos do glifosato no sistema nervoso e conclusão é “a

exposição ao glifosato pode induzir efeitos tóxicos no sistema nervoso central”, no primeiro estudo. Segundo estudo...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Qual é a fonte?!

O Orador: Posso entregar à Mesa. ... que “a exposição de crianças ao glifosato pode aumentar o risco de doenças durante a juventude” – da Universidade de Berkeley.

Deputado José Pacheco (*CH*): Fumar ganzas também!

O Orador: “o glifosato pode exacerbar a neuro-inflamação e causar doenças do tipo alzheimer” apesar de um tempo de recuperação – um estudo que saiu a semana passada.

Ora, estudos científicos sobre esta matéria há dezenas ou centenas, ou até mais, e por isso, o princípio da precaução obriga a que – no nosso entender – se defenda, em primeiro lugar, a saúde pública e não se coloque em risco a saúde pública, porque a saúde pública vale muito mais do que o que se gasta a limpar bermas e do que ter umas plantas um pouco maiores do que seria aceitável para algumas pessoas.

Deputado José Sousa (*CH*): Vê-se mesmo que o senhor nunca foi presidente de Junta ou de Câmara!

O Orador: Ora, sobre as exceções que o CHEGA quer agora criar, eu tenho a relembrar algumas imagens que trouxemos, aqui, durante a discussão original deste diploma: as exceções que estão previstas na legislação servem para tudo e mais alguma coisa. Aquilo que acontecia antes desta proibição era: aplicação de glifosato junto a uma residência universitária e uma escola – era proibido, mas fazia-se. Aplicação de glifosato no jardim público –era proibido, mas fazia-se. Aplicação de glifosato na porta de um colégio – era proibido, mas fazia-se.

Aplicação de glifosato mesmo aqui em baixo, onde passam pessoas, crianças, animais – fazia-se. E já agora, os municípios avisavam a população de que iam fazer aplicações em que horas? Das 9 horas às 16 horas, não eram horas onde não passava ninguém, as ruas não eram fechadas, era das 9 às 16 e quem passasse, passasse. Não foram raras as vezes que eu, como outros transeuntes, apanharam com *spray* de glifosato e isso é o que pretende o CHEGA criar, voltar ao passado. Voltar a um passado que não beneficia ninguém e não beneficia, acima de tudo, a saúde pública e nós colocamos a saúde dos açorianos acima de qualquer interesse do ponto de vista económico, porque se custa mais dinheiro arrancar ervas, olhe, que se arranque. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É verdade que esta questão do glifosato tem dividido, não só esta Assembleia, tem dividido a Europa. Houve países como a Áustria, como a Itália, França, o Luxemburgo – que foi o primeiro a proibir completamente a utilização de glifosato – o que é certo é que houve um regredir nestas tomadas de posição, destes países, nomeadamente a Áustria. E porquê? Porque proibir é fácil, ter pensamento para aquilo que a gente vai proibir e como é que a gente vai resolver o problema que nós vamos criar com a proibição, é outro.

O que é verdade é que há estudos científicos que dizem que sim, há outros que dizem que não e que, à cautela, a gente – e tem razão, Sr. Deputado António Lima – à cautela, a gente tem que ter o maior dos cuidados na aplicação da coisa, não é de qualquer forma.

Portanto, nós devemos utilizar o glifosato, nós não podemos continuar com as bermas... Não temos mão-de-obra, é que o problema não é só o dinheiro, é não ter mesmo mão-de-obra.

O senhor tem sinalização tapada, seja ela horizontal, seja ela vertical, tem sinalização tapada, tem as estradas a ficarem degradadas, porque a raiz vai crescendo; a gente corta a rama, mas a raiz vai-se desenvolvendo e vai danificando o asfalto. Quem tem calçadas, então, está completamente em pânico, até, para conseguir manter as calçadas limpas.

A Sra. Deputada Andreia Cardoso também ainda nunca foi Presidente de Junta, o Sr. Deputado António Lima precisava realmente de ser Presidente de Junta.

Eu não imprimo fotografias para não gastar muito tinteiro da impressora e andar, para aqui, a fazer atentados ao ambiente, a exibir fotografias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é preservar o ambiente.

O Orador: Mas a verdade é que eu estou constantemente a receber fotografias de residentes da minha freguesia, a perguntar – o que eu costumo dizer em tom de brincadeira, quando me dizem que a erva está alta, eu digo: «não, é o muro que está baixo, acrescenta o muro.» Quer dizer, eu já chego a brincar com isto. Realmente, temos que ter muitos cuidados, não pode ser dado de uma forma indiscriminada, agora também não podemos entrar, aqui, no proibicionismo. Qualquer coisa é: «vamos proibir isto.» Proibir, e resolver como? Proibir, e resolver como? O senhor, o que apresentou, foi uma norma que passou, nós sabemos bem como...

Deputado António Lima (BE): Como?!

O Orador: Nós sabemos bem como, Sr. Deputado António Lima... eu estava nessa Assembleia e sei como.

Deputado António Lima (BE): Não estava, não! Como?

O Orador: Aliás, há um deputado que – eu não sei quem é que vou citar, mas vou citar um deputado desta Casa – que disse que se nós, como imagem de marca, temos «Açores limpos, Açores lindos», devemos muito ao glifosato. Isso foi dito, nesta Casa, por um deputado desta Casa, não me recordo quem terá sido, mas ele, provavelmente, está aqui presente.

Portanto, a utilização do glifosato é essencial, para que nós possamos manter as nossas bermas limpas. Por mais que o senhor ache que não é, por mais que traga os estudos científicos todos que têm, eu peço-lhe, Sr. Deputado António Lima, o senhor, quando fizer uma proibição, apresente uma solução. Porque proibir gratuitamente, qualquer um de nós faz. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, faça favor.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda ainda se pendura nos relatórios que existiam de 2015, porque quando a ciência já não lhe convém, o senhor torna-se impermeável ao conhecimento, porque os relatórios de 2015, que levaram àquelas conclusões em que quase que o glifosato foi proibido em 2022, e vou citar, aqui, o que está no relatório do Centro de Biotecnologia dos Açores, efetivamente vários dos estudos com conclusões negativas sobre o glifosato foram refutados pela comunidade científica credível – não é a que o senhor estuda –

porque os que deram origem às primeiras conclusões da IARC (International Agency for Research on Cancer) em 2015 recorreram a metodologias erradas, concentrações exageradas, sistemas biológicos não extrapoláveis para seres humanos, entre outros.

Infelizmente, esta diversidade de opiniões causou grande confusão na comunidade científica e, em particular, na opinião pública, que depois levou a tomar essas decisões, aqui, sem qualquer fundamento científico credível.

Mais lhe digo, Sr. Deputado, a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos concluiu que, quando utilizado conforme as orientações e não com doses exageradas, como o senhor estava a dizer, não há evidência que seja carcinogénico para humanos.

Voz não identificada: É como o tabaco aquecido.

O Orador: Ó pá, e só fuma quem quer.

Não é obrigatório as câmaras não juntas utilizarem, simplesmente usam se acharem que têm essa necessidade. Mas os senhores querem passar uma carta de incompetência aos presidentes de juntas e aos autarcas, como se eles não soubessem decidir se precisam ou não utilizar. Os senhores simplesmente querem proibir. «Ah, precaução para todos!» Precaução, quando não existem dados científicos que comprovem. Neste caso, nós temos. Foi prorrogada a utilização do glifosato na Europa, por alguma razão, porque estes relatórios que o senhor aponta foram totalmente refutados. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há estudos para todo o gosto, como dizem, não é? Mas há aqui uma situação e um problema, porque quando o CHEGA apresentou esta iniciativa e pediu urgência para estar aqui, no mês de dezembro, não conhecia o novo estudo, possivelmente ou supostamente. É o estudo de 4 de dezembro, como já foi dito pelo Bloco de Esquerda, que tem a ver, obviamente, com o aumento exacerbado, em termos neurológicos, quando uma pessoa está exposta ao glifosato. Este é um estudo que não se pode, não podemos, nunca, dizer que é errado – ou então se calhar os cientistas são ambientalistas, não é? Então, não vamos acreditar nos cientistas, só vamos acreditar nos cientistas quando nos dão, obviamente, um estudo que aprova a nossa intervenção ou o nosso argumentário ou a nossa narrativa.

Mas, agora, há este caso e este caso é extremamente importante, já para não falar, obviamente, da Organização Mundial de Saúde essa entidade – que, supostamente, não vale nada, não é? – que também diz, potencialmente, cancerígeno, mas aí tem a palavra «potencialmente» podemos brincar com as palavras.

Agora, o estudo de 4 de dezembro não diz isso, é exacerbado o que o herbicida glifosato faz ao cérebro. Dos estudos que foram feitos, quando há essa exposição, e mesmo que durante 6 meses não fosse dado mais glifosato, não houve sequer uma renovação relativamente a essa inflamação. A inflamação continuava e isso é um problema bastante grave.

Também, se o glifosato é tão bom, se calhar volta o DDT. O DDT também que tem que voltar, porque o DDT também era muito bom, matava tudo, nada mexia. Mas nós perguntamos, como é que é possível, então, que os nossos funcionários que faziam a limpeza, quando estão a inserir glifosato, estão completamente

vestidos de uma ponta dos pés à ponta da cabeça? Isto é incrível. É uma regra de segurança, mas segurança porquê? Se não faz mal nenhum. É como o DDT, na altura nem se usava máscara para o DDT. Aquilo era uma maravilha!

Então, aqui temos um problema, que estão a dizer que a esquerda, – quando à partida, a direita votou a favor da proibição na altura da Assembleia da República, em 2016... o PCP, na altura, é que não quis, claro! Mas o PEV (Partido Ecologista Os Verdes) votou a favor. Há aquela diferenciação entre o PCP e o PEV – aquele que parece que é, mas não é. Esse é que o problema, não havia o CHEGA, mas o PCP substituíu o CHEGA relativamente a tudo o que fosse problemas ambientais. Sim, sim, isso é verdade, isso é histórico e é muito bem conhecido.

Havia uma iniciativa do Bloco de Esquerda, havia do PAN, havia também do PEV, foram todas chumbadas, juntamente. Na altura, a direita votou a favor porque era o princípio de precaução e quando há o princípio de precaução, nós temos cuidado.

É como o Infarmed, o Infarmed faz o mesmo. O Infarmed, quando tem um problema num medicamento, por princípio de precaução, retira um medicamento e quando vão verificar o princípio ativo... É exatamente a mesma coisa.

E depois o CHEGA diz aqui que a esquerda – e que eu não sou de esquerda – mas a esquerda quer é proibir. Não! Está proibido.

O CHEGA é que quer tirar a proibição, exatamente o oposto.

Nós não estamos a proibir absolutamente nada disso, já aconteceu, já foi, já é passado, o passado já está.

Neste momento, querem retirar, fazem o levantamento da proibição. Nós também já estamos habituados, o CHEGA também já fez isso com a taxa turística regional do PAN.

(Aparte impercetível do Deputado José Pacheco)

O Orador: Não, agora já não precisa revogar, agora não precisa revogar. Aquilo, nem passa, nem vai passar.

Mas, agora querem, obviamente, retirar essa proibição e depois fazer umas exceções que nós não sabemos muito bem porquê. Mas aí estamos a deixar uma abertura.

E também há uma narrativa, que é engraçada, que se começou a ver há uns meses – eu até trouxe aqui um chapeuzinho e até dei ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, como se devem lembrar, que tinha lá um logótipo que era conhecido, por acaso, é o dono, do glifosato mais vendido do mundo e isso é engraçado. Depois viu-se também a Federação Agrícola a dizer que temos de inserir glifosato. E viu-se pessoas da universidade, nomeadamente da Terceira, a dizer – supostamente, já não é de agora, já do passado também diziam, «obviamente há cientistas e há cientistas, mas nós é que temos razão» – que temos que meter glifosato, porque senão os Açores não são limpos.

Aliás, a nossa medalha relativamente a termos um turismo bastante sustentável é porque, se calhar, então, é o glifosato – temos que meter também lá, o logotipo do glifosato – sem isso a gente não tinha este turismo tão limpinho, tão limpinho, em termos do turismo sustentável, natural.

E o que o CHEGA quer fazer, independentemente se concorda ou não com estudos, – que é engraçado, só concorda com estudos que dizem que não é necessário o princípio de precaução – quer pensar mais na limpeza de uma via pública do que na saúde dos açorianos. Isto é o que está em causa aqui. Não é se

temos ou não temos recursos humanos, não é se já fizemos parte de uma junta de freguesia ou não fazemos parte da Junta de Freguesia...

Então, por isso também voltamos ao DDT. É *limpinho*, o DDT até deixa a pedra da calçada branca. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faz favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** É para solicitar um intervalo de 30 minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental, está concedido. Encerramos os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 31 minutos.

(*) texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Sandra Micaela Costa Dias

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 346/XVI/1.^a (PSD) – Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais ou estrangeiras que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República -
Audição n.º 20/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024-12-23;

Assunto: N.º 366/XVI/1.^a (CH) – Regulamenta a atividade de representação legítima de Interesses (“Lobbying”) junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República - Audição n.º 22/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024-12-26;

Assunto: N.º 369/XVI/1.^a – Alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum - Audição n.º 24/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2024-12-30.

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 33/XVI/1.ª (ALRAM) – Pela responsabilização do Estado na alocação de meios aéreos de combate a incêndios rurais e de busca e salvamento terrestre, durante todo o ano, na Região Autónoma da Madeira - Audição n.º 19/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-02

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2024-12-22;

Assunto: N.º 37/XVI/1.ª (ALRAM) – Pela majoração das prestações e dos apoios sociais atribuídos pela segurança social aos residentes nas Regiões Autónomas, através da segunda alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social - Audição n.º 21/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-06

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2024-12-26;

Assunto: N.º 39/XVI/1.ª (ALRAM) – Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira - Audição n.º 23/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-09

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024-12-29.

3- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - MACT - (Reg. DL 307/XXIV/2024) - Audição n.º 21/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024-12-04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024-12-10.

4- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 22/XIII -

http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registo/3/3658

Assunto: Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime de execução do Acolhimento Familiar previsto no Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2025-01-03

5- Propostas de Resolução:

N.º 6/XIII –

http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registo/3/3657

Assunto: Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2023

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: Enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à Comissão de Política Geral e à Comissão de Assuntos Sociais para pareceres setoriais, que deverão ser remetidos à Comissão de Economia até 21 de janeiro de 2025. Enviado à Comissão de Economia para parecer até 29 de janeiro de 2025

6- Requerimentos:

Assunto: Cópia integral, datada e assinada dos pareceres do Governo Regional à Portaria n.º 234/2024/1, de 26 de setembro, e ao projeto de portaria que procede à segunda alteração à Portaria n.º 95-A/2015, de 27 de março, que define o modo

de proceder ao apuramento do valor do subsídio social de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024-11-22

Referência: 54.06.00 – N.º 217/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque217.pdf

Assunto: Dados programas de apoio ao emprego - Contratar e Converter

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024-12-02

Referência: 54.06.00 – N.º 218/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque218.pdf

Assunto: Ponto de situação do "Construir 2030"

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024-12-02

Referência: 54.09.00 – N.º 219/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque219.pdf

Assunto: Dados sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez nos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024-12-02

Referência: 54.06.00 – N.º 220/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque220.pdf

Assunto: Estrada Regional Raminho-Serreta

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024-12-03

Referência: 54.09.03 – N.º 221/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque221.pdf

Assunto: Deslocação de médicos especialistas à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo

Autores: Lubélio Mendonça, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024-12-04

Referência: 54.02.09 – N.º 222/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque222.pdf

Assunto: Resultados do Plano Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021- 2024?

Autores: Russell Sousa, Dora Valadão, Flávio Pacheco, Inês Sá, José Miguel Toste, Lúcio Rodrigues, Sandra Costa Dias, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024-12-04

Referência: 54.02.00 – N.º 223/XIII -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque223.pdf

Assunto: Análise das candidaturas ao SOLENERGE suspensas

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024-12-06

Referência: 54.08.00 – N.º 224/XIII. –

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque224.pdf

7- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Esclarecimentos sobre contratos de "renting" para aquisição de equipamentos para o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-11-28

Referência: 54.10.02 – N.º 188/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp188.pdf

Assunto: Cópia integral, datada e assinada dos pareceres do Governo Regional à Portaria n.º 234/2024/1, de 26 de setembro, e ao projeto de portaria que procede à segunda alteração à Portaria n.º 95-A/2015, de 27 de março, que define o modo de proceder ao apuramento do valor do subsídio social de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-11-28

Referência: 54.06.00 – N.º 217/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp217.pdf

Assunto: Preenchimento de formulário exigido aos empresários açorianos para concretizar negócios com autoridades norte-americanas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-11-29

Referência: 54.06.00 – N.º 197/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp197.pdf

Assunto: Porto das Pipas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-11-29

Referência: 54.03.03 – N.º 211/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp211.pdf

Assunto: Asfixia financeira do Governo Regional ao Hospital da Horta pode colocar em risco prestação de cuidados de saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-04

Referência: 54.02.07 – N.º 156/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp156.pdf

Assunto: Execução do Plano de Investimento de 2024 em Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-04

Referência: 54.09.00 – N.º 182/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp182.pdf

Assunto: Apoio Assistência à Maternidade

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024-12-04

Referência: 54.03.00 – N.º 214/XIII. –

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp214.pdf

8- Informações:

Assunto: Ofício ref.^a REIT.SAI/2024/880, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores agradecendo institucionalmente o envio do Voto de Congratulação – Centenário do nascimento de José Enes Pereira Cardoso, primeiro reitor e fundador da Universidade dos Açores, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 11 de setembro de 2024

Proveniência: Pedro Paiva Araújo, Chefe do Gabinete da Magnífica Reitora da Universidade dos Açores

Data de Entrada: 2024-11-26;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII (CH) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002/A, de 12 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro, que aprova o regulamento do sistema tarifário dos portos da Região Autónoma dos Açores e do Projeto de Resolução n.º 19/XIII (CH) - Recomenda ao Governo Regional dos

Açores a regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi através de nova portaria, ambos até 17 de janeiro de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024-11-27;

Assunto: Ofício ref.^a SST/3904/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 9/2024 – FS/SRATC – Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores – Serviço de Emergência Médica, aprovado em sessão de 26 de novembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-11-27;

Assunto: Ofício ref.^a 3887-GP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um exemplar do Relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2023

Proveniência: José F.F. Tavares, Meritíssimo Juiz Conselheiro, pela Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-11-28;

Assunto: Ofício ref.^a 3887-GP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um exemplar do

Relatório e parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2023

Proveniência: José F.F. Tavares, Meritíssimo Juiz Conselheiro, pela Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-11-28;

Assunto: Correspondência recebida por correio eletrónico a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as palavras de apoio sobre a tragédia que se abateu em Valência

Proveniência: Maria de Los Llanos Massó Linares, Presidente Corts Valencianes

Data de Entrada: 2024-12-02;

Assunto: Of. ref.^a XVI-706/GPAR-jj-D9024, informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que recebeu o Voto de Protesto – contra a imposição de um limite de 600 euros no custo elegível para o Subsídio Social de Mobilidade e a informar que do mesmo foi dado conhecimento aos Grupos Parlamentares e à Deputada Única Representante do Partido PAN, bem como a Sua Excelência o Ministro das Infraestruturas e Habitação

Proveniência: Rui Manuel Carlos Clero, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024-12-03;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/530 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento para

o plenário de dezembro de 2024 da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XIII – Aprova o Regime de Dedicção Plena no Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Jorge Abraços Estêvão, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024-12-03;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII (BE) – Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores, até 28 de janeiro de 2025, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII (GOV) - Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores, até 28 de janeiro de 2025 e do Projeto de Resolução n.º 18/XIII (PS) - Avaliar o processo de introdução de manuais digitais nas escolas da Região Autónoma dos Açores, até 20 de janeiro de 2025

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024-12-04;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer por 45 dias do Projeto de DLR n.º 23/XIII (BE) – Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional, até 9 de janeiro de 2025, da Proposta de DLR n.º 17/XIII (GOV) - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios na Região Autónoma dos

Açores, até 23 de dezembro de 2024, do Projeto de Resolução n.º 20/XIII (BE) - Recomenda ao Governo Regional que crie mecanismos de implementação do projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, no setor público e no setor privado, com a respetiva redução do horário laboral e sem perda de rendimento para os trabalhadores, até 12 de janeiro de 2025 e do Projeto de Resolução n.º 21/XIII (IL) - Recomenda ao Governo Regional a revisão e atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes, até 20 de janeiro de 2025

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024-12-05;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 6 de dezembro de 2024, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 12/XIII – Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024-12-06;

Assunto: Ofício ref.^a SST/4116/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 10/2024 – FS/SRATC – Auditoria à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, aprovado em sessão de 5 de dezembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-06;

Assunto: Ofício ref.^a SST/4124/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para ulterior conhecimento, a verificação interna da conta da Ilhas de Valor, S.A., relativa a 2023, objeto de homologação em sessão de 5 de dezembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-06;

Assunto: Ofício ref.^a SST/4063/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para ulterior conhecimento, a verificação interna da conta do Hospital da Horta, E.P.E.R., relativa a 2023, objeto de homologação em sessão de 5 de dezembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024-12-06;

Assunto: of. Gp221-XIII remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a substituição temporária do seu mandato, eleita pelo círculo eleitoral de São Jorge, nos termos do n.º 2 do art.º 5.º do Estatuto dos Deputados, com

efeitos a partir do dia 9 de dezembro de 2024, inclusive, até ao dia 18 de dezembro de 2024, inclusive

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024-12-06;

Assunto: of. Gp221-XIII remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a informar que, na sequência do pedido de substituição temporária do seu mandato, a vaga será preenchida pelo candidato Jorge Miguel Azevedo Paiva, que já tem os poderes verificados, com efeitos em igual período

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024-12-06;

Assunto: Correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a substituição temporária do seu mandato, eleito pelo círculo eleitoral do Corvo, nos termos do n.º 2 do art.º 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 7 de dezembro de 2024, até ao dia 16 do mesmo mês, inclusive

Proveniência: João Mendonça, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024-12-09;

Assunto: Correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a suspensão do seu mandato por atividade profissional inadiável, eleita pelo círculo eleitoral

do Corvo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 7 de dezembro de 2024, inclusive, por um período de 10 dias

Proveniência: Deolinda Rosa Machado Vieira Estêvão, candidata da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024-12-09;

Assunto: Correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência do pedido de substituição temporária do seu mandato, a vaga será preenchida pelo candidato Paulo Jorge Faim Margato, com efeitos em igual período

Proveniência: João Mendonça, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024-12-06;

Assunto: Correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, por se encontrar na situação prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, solicita a suspensão do seu mandato, eleito pelo círculo eleitoral de São Jorge

Proveniência: Luís Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Velas

Data de Entrada: 2024-12-09.

9- Relatórios:

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII (GOV) - Visa adaptar o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024-12-06;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR014.pdf>

Assunto: Da audição com caráter de urgência do Secretário Regional do Mar e das Pescas sobre o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional par a subdivisão dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024-12-06.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20761.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024-12-09;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20770.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XIII (PAN) – Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024-12-05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR013.pdf>

Assunto: Sobre a Petição n.º 63/XII – Assistente Operacional, Assistente Técnico e Técnico Superior da Administração Pública Regional dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024-12-05;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare3059.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 3/XIII – Alteração legislativa com vista a permitir a contabilização das avaliações de desempenho obtidas ao abrigo de contratos a termo resolutivo para efeitos de valorização remuneratória

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024-12-05;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpare774.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 7/XIII – Processo extraordinário de integração de assistentes operacionais e bolsiros ocupacionais nas escolas

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024-12-05;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpare1452.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024-12-09;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20768.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII (PS/PAN) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os decretos-leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024-12-03.

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR022_4.pdf

A Redatora, *Diana Machado*